

UNIVERSIDADE FEDERAL MARANHÃO – UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCSoc

CAMILA LAGO BRAGA

**CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO, MERCADOS E ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO DOS AGRICULTORES PERIURBANOS DA COMUNIDADE
RURAL CINTURÃO VERDE EM SÃO LUÍS (MA)**

São Luís
2019

CAMILA LAGO BRAGA

**CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO, MERCADOS E ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO DOS AGRICULTORES PERIURBANOS DA COMUNIDADE
RURAL CINTURÃO VERDE EM SÃO LUÍS (MA)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc), da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Relações de Produção e Ação Coletiva: Questão Agrária, Trabalho e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro

São Luís
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Braga, Camila Lago.

Circuitos de comercialização, mercados e estratégias de reprodução dos agricultores periurbanos da comunidade rural Cinturão Verde em São Luís MA / Camila Lago Braga. - 2019.

167 f.

Orientador(a): Marcelo Domingos Sampaio Carneiro.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Agricultura periurbana. 2. Circuitos curtos. 3. Construção social de mercados. 4. Reprodução social. I. Carneiro, Marcelo Domingos Sampaio. II. Título.

BRAGA, Camila Lago. Circuitos de comercialização, mercados e estratégias de reprodução dos agricultores periurbanos da comunidade rural Cinturão Verde em São Luís (MA). Camila Lago Braga – São Luís (MA), UFMA/PPGCSoc, 2019.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais (PPGCSoc), da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Relações de Produção e Ação Coletiva: Questão Agrária, Trabalho e Ambiente.

Aprovada em ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Domingos Sampaio Carneiro – Orientador:
PPGCSoc/UFMA

Prof. Dr. Stéphane Gérard Émile Guéneau – Examinador interno
CIRAD/Prof. Visitante PPGCSoc/UFMA

Prof. Dr. Evaristo José de Lima Neto – Examinador externo
UFMA/Bacabal

A Deus, por estar comigo a cada momento da minha vida, e minha família, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo e de todos, meu agradecimento vai para o meu Deus, quem tem me sustentado em todo o tempo, tem sido fiel em suas promessas e tem me mantido firme mesmo em meio as dificuldades. Não existem palavras suficientes para declarar o meu amor por Ele. Agradeço as pessoas mais importantes da minha vida, aos meus pais e pastores, Eliomar e Carmen, e a minha amada irmã Vanessa Lago, pelo amor incondicional, pela força e apoio que tenho recebido ao longo da minha caminhada. Ao meu cunhado Daniel, e ao mais novo membro da família, Estêvão.

Agradeço profundamente ao meu orientador Marcelo Carneiro, sem o qual teria sido impossível concluir este trabalho em tempo hábil. Muito obrigada pelo aprendizado que me proporcionou, oportunidades, incentivo e por ter me mostrado que existia correlação entre a sociologia e a agronomia, fato este que me motivou a concluir ambos os cursos. Agradeço pela presteza na correção dos capítulos e pelo exemplo de professor e pesquisador que quero seguir na minha caminhada profissional. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa permitindo a dedicação exclusiva ao mestrado. Não poderia deixar de mencionar o Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Sociedade (GEPTS), que muito contribuiu na minha formação.

Meus agradecimentos aos professores Evaristo Neto e Stéphane Guéneau, os quais têm me proporcionado um tempo de enorme aprendizado, tanto pessoal quanto profissional. Obrigada pelas viagens – pelo Brasil e pelo mundo -, por me inserirem nas pesquisas, e pelas contribuições dadas para desenvolvimento desta pesquisa.

Meu muito obrigado a todos os agricultores do Cinturão Verde, que mais uma vez abriram suas casas e me receberam de forma carinhosa e, pacientemente responderam aos meus questionamentos. Obrigada também aos gestores da SAF, SAGRIMA, SEMAPA pela disponibilidade e presteza.

A partir de agora iniciarei uma nova etapa, rumo ao doutorado, enfrentando outros desafios bem longe de casa, no entanto, estarei levando comigo tudo que aprendi durante esses dois anos. Mais uma vez, obrigada a você que fez parte deste processo.

BRAGA, Camila Lago. Circuitos de comercialização, mercados e estratégias de reprodução dos agricultores periurbanos da comunidade rural Cinturão Verde em São Luís (MA). Camila Lago Braga – São Luís (MA), UFMA/PPGCSoc, 2019.

RESUMO

O ponto de partida desta dissertação fundamentou-se nos impactos que a urbanização acelerada causou sobre a agricultura praticada na chamada zona rural do município de São Luís, em especial na comunidade rural do Cinturão Verde, condicionada por alguns fatores como a concorrência com o mercado de trabalho urbano, a pressão exercida pelo mercado imobiliário e as novas exigências de qualidade estabelecidas pelo mercado consumidor urbano. Apesar disso, os agricultores periurbanos têm criado estratégias com vistas a garantir a reprodução social de suas famílias, principalmente através do acesso e criação de novos mercados. Sendo assim, o objetivo da pesquisa consistiu em buscar compreender o papel desempenhado pelos diferentes circuitos comercialização (feiras, mercados institucionais e venda direta / indireta na propriedade) no processo de reprodução social dos Agricultores Familiares Periurbanos da Comunidade Cinturão Verde, no município de São Luís, Maranhão. Para realizar essa investigação utilizei diferentes métodos de pesquisa. A fim de compreender a evolução da agricultura periurbana em São Luís lancei mão de dados estatísticos do IBGE. Por sua vez, as informações relativas aos agricultores do Cinturão Verde foram obtidas através de entrevistas, o mesmo ocorrendo com as informações dos organizadores das feiras livres e com gestores de políticas públicas de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar. A perspectiva teórica do estudo dialogou com as contribuições da Sociologia Econômica, especialmente a Sociologia dos Mercados, entendendo que as relações econômicas estão enraizadas (*embedded*) nas relações sociais; e com a análise dos Sistemas Alimentares Alternativos (SAAs), o qual apresenta uma promessa de diferença em relação aos Sistemas Alimentares Convencionais, cujo modelo de produção agroalimentar segue a tendência de uma economia de mercado desenraizada das relações sociais. Portanto, entre os objetos de análise dos SAAs têm-se os Circuitos Curtos de Comercialização - através da venda direta ao consumidor - reforçando a alternatividade desses sistemas. A partir desse modelo de análise, identificamos, na comunidade estudada, diferentes tipos de mercados (alternativos, convencionais ou institucionais) e circuitos (longo/curto), cujas características variam em relação às diferentes exigências de qualidade, formação de preços, relações entre produtores e consumidores, bem como, entre produtores e agentes intermediários. Sendo assim, foi possível perceber que os agricultores periurbanos do Cinturão Verde têm buscado um equilíbrio entre autonomia e dependência no tocante ao processo de comercialização, o que implica no acesso tanto a mercados mais alternativos, quanto a mercados convencionais. Neste sentido, operar na lógica dos mercados alternativos em circuitos curtos não significa que haja um abandono do acesso a mercados mais convencionais, pois, nas situações observadas, os agricultores mostraram que a questão central é a garantia da reprodução social das famílias, muito mais que se envolver na disputa entre a construção de Sistemas Alimentares Alternativos e Convencionais.

Palavras-chave: Agricultura periurbana. Circuitos curtos. Reprodução social. Construção social de mercados.

RÉSUMÉ

Le point de départ de cette thèse était basé sur l'impact que l'urbanisation rapide a provoqué sur l'agriculture pratiquée dans la région rurale de la municipalité de São Luís, en particulier dans la communauté rurale du Cinturão Verde, conditionnée par des facteurs tels que la concurrence sur le marché du travail urbain, la pression exercée par le marché de l'immobilier et les nouvelles exigences de qualité établies par le marché urbain des consommateurs. Néanmoins, les agriculteurs périurbains ont créé des stratégies afin d'assurer la reproduction sociale de leurs familles, notamment par l'accès et la création de nouveaux marchés. Ainsi, l'objectif de la recherche était d'essayer de comprendre le rôle joué par les différents circuits de commercialisation (foires, marchés institutionnels et de la vente directe / indirecte sur la propriété) dans le processus de reproduction sociale des agriculteurs familiaux périurbains du Cinturão Verde, dans la ville de São Luís, Maranhão. Pour réaliser cette recherche, j'ai exploité différentes méthodes de recherche. Afin de comprendre l'évolution de l'agriculture périurbaine à São Luís, j'ai utilisé les statistiques de l'IBGE. Les informations sur les agriculteurs du Cinturão Verde ont été obtenues par des entretiens ainsi que des informations fournies par les organisateurs de foires et responsables des politiques publiques pour soutenir la commercialisation des produits de l'agriculture familiale. La perspective théorique de l'étude aborde les apports de la Sociologie Économique et en particulier la Sociologie des Marchés où les relations économiques sont encadrées (*embedded*) dans les relations sociales; et l'analyse des Systèmes Alimentaires Alternatifs (SAAs) qui a une promesse de différence à l'égard des Systèmes Alimentaires Traditionnels dont le modèle de production agroalimentaire suit la tendance d'une économie des relations sociales détachées des marchés. Par conséquent, parmi les objets d'analyse des SAAs, les circuits courts de commercialisation - via la vente directe au consommateur - renforcent l'alternativité de ces systèmes. Dans cette étude, nous avons identifié différents types de marchés (alternatifs, conventionnels ou institutionnels) et de circuits (longs / courts), dont les caractéristiques varient en fonction des exigences de qualité, de la formation des prix et des relations entre producteurs et consommateurs ainsi qu'entre les producteurs et les intermédiaires. Du coup, il a été révélé que les agriculteurs périurbains du Cinturão Verde ont cherché un équilibre entre l'autonomie et la dépendance à l'égard du processus de commercialisation, ce qui engendre un accès à des marchés plus alternatifs, comme les marchés conventionnels. En ce sens, le fonctionnement sur la logique des marchés alternatifs en circuit court ne signifie pas dire qu'il y a un abandon à l'accès aux marchés plus conventionnels car dans toutes les situations observées, les agriculteurs ont montré que la question centrale réside bien plus dans la garantie de la reproduction sociale des familles, que de s'impliquer dans le conflit entre la construction de Systèmes Alimentaires Alternatifs et Conventionnels.

Mots-clés: Agriculture Périurbaine. Circuits courts. Reproduction sociale. Construction sociale des marchés.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Mapa de Localização da Comunidade Cinturão Verde	21
Figura 1 - Mercados acessados pelos agricultores do Cinturão Verde.....	23
Mapa 2 - Mapa de localização geográfica da MRH da Aglomeração Urbana de São Luís	65
Mapa 3 - Localização dos polos de produção na MRH da AU de São Luís por área (km ²) ...	83
Mapa 4 - Local da produção e comercialização no município de São Luís (MA)	84
Mapa 5 - Croqui da Comunidade Cinturão Verde (São Luís).....	95
Box 1 - Programa Cédula da Terra.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população urbana e rural de São Luís, no período de 1940 a 2010 ..	20
Gráfico 2 - Número de Agricultores por Modelos de Adesão do Programa de Aquisição de Alimentos no ano de 2017/2018	90
Gráfico 3 - Número de agricultores cadastrados pelo PAA via Conab por município na AU de São Luís de 2010 a 2017	91
Gráfico 4 - Número de comunidades e agricultores cadastrados no PAA no ano 2017/2018 nos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa	91
Gráfico 5 - Valor de Aquisição (R\$) da agricultura familiar pelo PNAE nos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa, no ano de 2017	92
Gráfico 6 - Nível de escolaridade dos Agricultores do Cinturão Verde.....	108
Gráfico 7 - Faixa etária dos agricultores do Cinturão Verde.....	108
Gráfico 8 - Composição do grupo familiar dos agricultores do Cinturão Verde	109
Gráfico 9 - Renda mensal obtida pelos agricultores do Cinturão Verde.....	112

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Área de agricultor urbano localizada em espaço intraurbano de São Luís	66
Imagem 2 - Stand do Programa Agropolos em Supermercados do Grupo Mateus.....	79
Imagem 3 - Estrutura de barraca doada pelo Programa Mais Feira a agricultores familiares do Maranhão	80
Imagem 4 - Centro de distribuição de produtos no mercado do João Paulo	94
Imagem 5 - Poço artesiano no Cinturão Verde.....	100
Imagem 6 - Agroindústria de farinha no Cinturão Verde.....	101
Imagem 7 - Casa de alvenaria no Cinturão Verde.....	102
Imagem 8 - Caminhão do Programa Agropolos	103
Imagem 9 - Canteiro suspenso (1) e Canteiro no chão (2) na propriedade do entrevistado C105	
Imagem 10 - Agricultores familiares na Feira da Agricultura Familiar no bairro do João Paulo	116
Imagem 11 - Agricultores do Cinturão Verde comercializando na Feirinha da Agronomia, na Universidade Estadual do Maranhão	118
Imagem 12 - Feira São Luís Rural do Angelim	119
Imagem 13 - Agricultora do Cinturão Verde comercializando na Feirinha da SAF.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil geral dos entrevistados quanto ao sexo, idade, escolaridade e os que auxiliam na atividade agrícola com e sem laço familiar.	27
Quadro 2 - Relação dos Polos agrícolas na Aglomeração Urbana de São Luís por município	82
Quadro 3 - Feiras livres por bairros, periodicidade e número total de produtores em São Luís	86
Quadro 4 - Mercados acessados, frequência e representação dos agricultores entrevistados	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo os grupos de área total, na Microrregião da AU de São Luís - 2006	66
Tabela 2 - Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano (Mil Reais) segundo os principais tipos de produção e Grupos de área Total, na Microrregião da AU de São Luís - 2006	67
Tabela 3 - Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano (Mil Reais) segundo os tipos de produção vegetal e os grupos de área total, na Microrregião da AU de São Luís – 2006	67
Tabela 4 - Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano (Mil Reais) segundo os tipos de produção animal e os grupos de área total, na Microrregião da AU de São Luís – 2006	68
Tabela 5 - Número de pessoas de dez anos ou mais de idade ocupadas, segundo a seção de atividade do trabalho principal, na Microrregião da AU de São Luís (2010)	69
Tabela 5.1 - Número de pessoas de dez anos ou mais de idade ocupadas, segundo a seção de atividade do trabalho principal, na Microrregião da AU de São Luís – Em % (2010)	69
Tabela 6 - Quantidade de kits feiras entregues na Aglomeração Urbana de São Luís (por ano)	81
Tabela 7 - Origem da aquisição de produtos pelos feirantes de alguns mercados públicos do município de São Luís (MA) (%)	86
Tabela 8 - Principais culturas produzidas pelos agricultores da comunidade Cinturão Verde	104
Tabela 9 - Origem da maior parcela da renda da família	112

LISTA DE SIGLAS

AEXT - Apoio a Projetos de Extensão

AGED - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão

AGERP - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão

AU – Aglomeração Urbana

AUF - Agricultura Urbana Familiar

AUP - Agricultura Urbana e Periurbana

AUP - Agricultura Urbana Profissional

CAAUP - Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

CAF - Casa da Agricultura Familiar

CC – Circuitos Curtos

CEASA – Central de Abastecimento

CINPRA - Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento

COAFACIV – Cooperativa de Agricultores Familiares do Cinturão Verde

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER - Empresa Maranhense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPI - Equipamento de Proteção Individual

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

FEPA - Fundo Especial de Produção e Abastecimento

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUMACOP - Fundo Maranhense de Combate à Pobreza

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFMA - Instituto Federal do Maranhão

INAGRO - Instituto de Agronegócio do Maranhão

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MRH - Microrregião Homogênea

NEI - Nova Economia Institucional

NSE - Nova Sociologia Econômica

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAP - Programa de Apoio à Produção

PCPR - Programa de Combate à Pobreza Rural

PGC - Programa Grande Carajás

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PROCAF - Programa de Compras da Agricultura Familiar

PROHORT - Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros de São Luís

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RAA - Redes Agroalimentares Alternativas

SAA - Sistemas Alimentares Alternativos

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

SAGRIMA - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca

SEAGRO - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

SEDAGRO - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

SEDUC - Secretaria Estadual de Educação

SEMA - Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SEMAPA - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

SEMPAB - Secretaria Municipal de Abastecimento

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SFSC - *Short Food Supply Chain*

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIGITE - Sistema de Informações Gerenciais e Inteligência Territorial Estratégica do Maranhão

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

UNDP - Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

UNHABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

URP - Unidade de Referência de Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Justificativa e proposta metodológica.....	25
2 AGRICULTURA FAMILIAR PERIURBANA E MERCADOS: perspectiva teórica e conceitual.....	30
2.1 A questão da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP)	30
2.1.1 Agricultura familiar periurbana: entre o rural e o urbano	33
2.1.2 Quem faz a Agricultura Urbana e Periurbana?.....	36
2.1.3 Estratégias para a reprodução social da agricultura familiar periurbana.....	38
2.2 Um breve panorama sobre a Sociologia dos Mercados.....	43
2.2.1 Contribuições da Sociologia Econômica para a compreensão dos Sistemas Alimentares Alternativos	47
2.2.2 <i>Embeddedness</i> e análise a partir das redes	52
2.2.3 A promessa de diferença dos circuitos curtos de comercialização: proximidade, realocação, preços e intermediários.....	55
3 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: breve contextualização da Aglomeração Urbana de São Luís (MA)	64
3.1 Agricultura urbana na Aglomeração Urbana de São Luís (MA)	64
3.2 Uma breve caracterização das atividades da agricultura periurbana na Aglomeração Urbana de São Luís	66
3.3 Principais Políticas Públicas voltadas para a AUP na Aglomeração Urbana de São Luís (MA)	69
3.3.1 Quando a AUP entrou na agenda política do município de São Luís	70
3.3.2 Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUP) em São Luís.....	75
3.3.3 Programa Mais Produção e Agropolos.....	77
3.3.4 Programa Mais Feiras.....	80
3.4 Polos de produção agropecuária na AU de São Luís	81
3.5 Caracterização dos principais canais de comercialização na Aglomeração Urbana de São Luís	84
3.5.1 Comercialização nos Mercados públicos e feiras livres.....	85
3.5.2 Mercados Institucionais: PAA, PNAE e PROCAF	87
3.5.3 Mercado do João Paulo.....	93

4 OS AGRICULTORES PERIURBANOS DA COMUNIDADE CINTURÃO VERDE, SÃO LUÍS (MA)	95
4.1 Histórico de formação da Comunidade Cinturão Verde	96
4.2 Infraestrutura	99
4.3 Perfil produtivo	103
4.4 Perfil geral dos agricultores do Cinturão Verde	107
4.5 Características gerais dos agricultores entrevistados	113
4.6 Mercados acessados pelos agricultores do Cinturão Verde	115
5 MERCADOS ALTERNATIVOS E CONVENCIONAIS: o caso dos agricultores periurbanos do Cinturão Verde	122
5.1 Mercados “alternativos” e “convencionais” em circuitos curtos	123
5.1.1 Relações entre produtores e consumidores	123
5.1.1.1 <i>A exigência da Alternatividade</i>	125
5.1.2 Relações entre agricultores e atravessadores	127
5.1.3 Exigências de qualidade e estabelecimento dos preços	128
5.2 Mercado convencional em circuito longo	130
5.2.1 Relações entre agricultores e atravessadores	130
5.2.2 Exigências de qualidade e estabelecimento dos preços	133
5.3 Mercados Institucionais	136
5.3.1 Relações estabelecidas entre agricultores e agentes dos programas de compras públicas	136
5.3.2 Exigências de qualidade e estabelecimento dos preços	138
5.4 O acesso a diferentes mercados como parte das estratégias de reprodução dos agricultores periurbanos	139
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICE A	161
APÊNDICE B	164

1 INTRODUÇÃO

Estudar a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) implica compreender a diferença entre campo e cidade / rural e urbano, pois como afirmou Singer (2002), não é possível distinguir campo e cidade simplesmente pelo tamanho da população ou densidade demográfica. Sugere, então, serem pensadas a partir de sua estrutura econômica e política, ou seja, “pela natureza do poder que nelas encontra abrigo” (SINGER, 2002, p. 95), pois cidade e campo constituem-se dois modos distintos de organização da vida social.

A partir dessa abordagem, o autor discute a respeito do papel econômico e político das cidades e do campo na América Latina, enfatizando que o poder no campo é descentralizado, abrangendo áreas limitadas, enquanto que nas cidades, há o domínio político através da imposição da sua autoridade e suas leis. Do ponto de vista econômico, o campo é caracterizado pela sua atividade primária (agrícola e extrativista), a qual exige maior uso do solo, por isso a agricultura periurbana é praticada na periferia da área urbana. Com isso, a cidade torna-se dependente do campo para sua subsistência.

Com o processo de industrialização, houve uma mudança nessas relações, passando a serem configuradas a partir da dinâmica da economia urbana, criando-se uma interdependência entre campo e cidade, mas com a permanência do domínio político das cidades. Portanto, após esse processo, o autor previu uma mudança nessas relações, tendo em vista as limitações desse desenvolvimento ao âmbito urbano e a imensa taxa de imigrantes, ocasionando uma grande urbanização, denotando uma nova etapa na relação entre campo e cidade (SINGER, 2002).

Diante disso, no Brasil, a ocupação urbana ocorreu influenciada pelas políticas de desenvolvimento para as grandes cidades, impulsionando uma grande migração da zona rural para as áreas urbanas. Segundo Arruda e Arrais (2007), nos últimos 50 anos, o crescimento urbano no país transformou e inverteu a distribuição da população, representando, em 1945, 25% da população total de 45 milhões, saltando para 82%, em 2000, um total de 169 milhões.

O ano de 1960 foi o marco inicial para o desenvolvimento de políticas de planejamento territorial no Brasil, inspirados na teoria dos polos de desenvolvimento, em que o centro mais dinâmico das Regiões Metropolitanas (no caso, as capitais) acabou adquirindo prioridade nas decisões e na absorção dos investimentos (MOREIRA, 2013).

No Maranhão, o até então governador José Sarney, embasado nesses ideais desenvolvimentistas, investiu em políticas de modernização do campo e das cidades – cuja população urbana na época não passava dos 20%. Como consequência, houve uma grande concentração fundiária, um forte fluxo migratório de pessoas do interior do estado, de estados vizinhos e outras regiões para a capital maranhense, que resultou na aceleração da ocupação urbana e pobreza (GOMES, 2009).

Essa tendência foi percebida em São Luís, capital do Maranhão, cujo histórico de crescimento populacional esteve associado ao processo de implantação de indústrias no estado, que se intensificou nos anos 1980, como parte das ações do Programa Grande Carajás (PGC). De acordo com Gomes (2009), esse programa caracterizou-se por um conjunto de empreendimentos, objetivando viabilizar condições de desenvolvimento socioeconômico da Amazônia Oriental, através de três conjuntos de projetos: minero-metalúrgicos; agropecuários e florestais; e de infraestrutura (Estrada de Ferro Carajás e Porto de Ponta da Madeira).

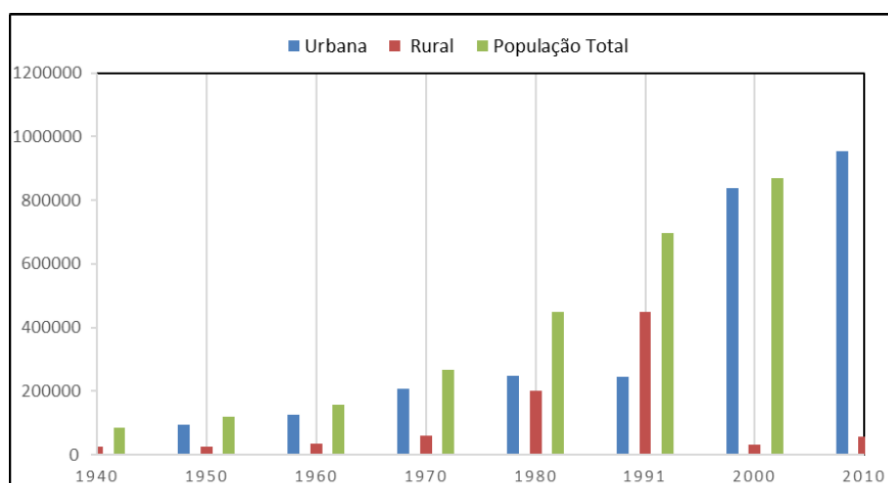
Do ponto de vista urbano, os projetos mais importantes foram implantados em São Luís, caso do Complexo Industrial da Alumar, iniciado em 1979, com o objetivo de produção de alumínio e alumina; e, das instalações para armazenamento, beneficiamento e exportação de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, inauguradas em 1985 (FEITOSA; RIBEIRO, 1995). Esses dois grandes empreendimentos trouxeram um grande impacto sobre a população de São Luís, entre eles, calcula-se que em torno de 5 mil famílias foram desalojadas para implantação das empresas, sendo estimada para a Alumar a desapropriação de 1.650 famílias, das quais 55% eram de pequenos produtores rurais. (GOMES, 2009). Além disso, os projetos industriais e o aumento populacional impulsionaram a construção de grandes conjuntos habitacionais (Cidade Operária, Cohatrac, São Cristóvão, Maiobão, etc.) e, consequentemente, o setor da construção civil teve um crescimento, ocasionando maiores oportunidades de empregos, embora precários e instáveis.

Nesse período, ocorre o avanço do Aglomerado Urbano de São Luís em direção à zona rural dos demais municípios que compõem a ilha (São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar). Assim, no final da década de 1990, surge o projeto de lei complementar para a criação da Região Metropolitana da Grande São Luís, abarcando os quatro municípios da ilha – São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar – somados mais tarde com o município de Alcântara (MOREIRA, 2013).

Portanto, de 1950 a 1991, temos, no município de São Luís, um crescimento exponencial da população urbana, em comparação à população rural, decorrente dos fatores apontados anteriormente. Apesar desse rápido crescimento, no ano 2000, temos uma queda acentuada da população rural em São Luís, passando a representar 3,83% (32.838) do total, enquanto que a urbana correspondia a 96,17% (824.550) (gráfico 1).

Essa diminuição da população rural, e consequente aumento da população urbana, devem-se ao fato de a Prefeitura Municipal de São Luís ter atualizado o limite entre a Zona Urbana e a Zona Rural com a implantação do Plano Diretor de 1992, quando algumas áreas que eram rurais passaram a ser consideradas urbanas. (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 20)

Gráfico 1 - Evolução da população urbana e rural de São Luís, no período de 1940 a 2010



Fonte: Gomes (2016)

Diante desse intenso processo de urbanização, surgem profundas modificações no sistema de abastecimento alimentar da cidade, com novas formas de comercialização, visando atender ao mercado consumidor cada vez mais crescente. Contudo, apesar da expansão do setor varejista de alimentos (supermercados) e da criação das centrais de abastecimentos (CEASA), algumas pesquisas (LEDA, GOMES JR, 2017; CUNHA, BELIK, 2012) apontam para a permanência do setor tradicional nesses espaços urbanos (feiras livres, mercados municipais, armazéns, açougues, mercearias e quitandas), os quais têm resistido ao avanço do modelo “moderno” e padronizado de comercialização. Diante disso, tem-se discutido sobre os novos arranjos do sistema de abastecimento, cuja característica perpassa pela promoção da saúde e exercício da cidadania em torno da alimentação (MORGAN, 2009).

Em São Luís, os anos 90 foram marcados pelo estabelecimento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura periurbana, em um contexto no qual 80% de

tudo produto consumido na capital eram procedentes de outros estados do país, demonstrando a fragilidade da produção maranhense de hortifrutigranjeiros.

Dessa forma, a AUP entrou na agenda política dos governos através da criação de dois principais programas, a saber: Plano Municipal de Produção e Abastecimento em São Luís, criado em 1993; e o Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento (CINPRA), criado em 1997, durante a gestão de Conceição Andrade e Jackson Lago, na prefeitura de São Luís, cujo objetivo era o fortalecimento da agricultura local, através do incentivo à produção e comercialização, a fim de diminuir a dependência de produtos exógenos. Contudo, as políticas voltadas para a agricultura em São Luís deixaram de ser prioridade na agenda política municipal nos governos subsequentes, corroborando para o enfraquecimento da atividade agrícola ou mesmo o abandono, voltando a ser assistida, a partir de 2014, durante o governo Flávio Dino, através da criação dos programas Mais Produção, Agropolos e Mais feiras.

É nesse contexto político-econômico-social da Aglomeração Urbana de São Luís que situamos o nosso objeto de estudo, a comunidade rural Cinturão Verde, criada em 1998, localizada em São Luís, estado do Maranhão. A referida comunidade é composta por 87 famílias que vivem da produção agrícola e que produzem na própria área da comunidade (mapa 1).

Mapa 1 - Mapa de Localização da Comunidade Cinturão Verde



Fonte: Google Maps (2018); Dourado (2018)

Os agricultores que, atualmente, fazem parte da comunidade tinham residência em outros bairros de São Luís e nem todos possuíam renda advinda da atividade agrícola. A constituição desse território ocorreu, após criação da Associação Cinturão Verde da Vila Sarney Filho I, em 1997, possibilitando a compra da terra por meio do programa Cédula da

Terra¹, a partir do qual moradores de bairros populares em São Luís e adjacências passaram por um processo de deslocamento para uma área situada no Distrito Industrial (bairro Maracanã) em São Luís (MA), a 1 km do Aterro Sanitário da Ribeira e a 6 km da BR 135, voltando-se para a produção hortifrutigranjeira. Além de produzirem para o autoconsumo, também, têm papel importante no abastecimento do mercado local, pois grande parte de sua produção é vendida diretamente nas feiras da cidade, aos mercados institucionais ou aos atravessadores (BRAGA, 2013).

Por estar localizada em um centro urbano, apresenta algumas características próprias de áreas urbanizadas, tais como: um mercado de trabalho mais diverso, podendo intensificar o problema da sucessão na agricultura familiar; o mercado de terras, referente à especulação imobiliária; e na comercialização existe a concorrência com produtos oriundos de outros estados, por vezes de valor agregado e preços mais baixos; dentre outros.

Em 2018, os moradores da comunidade adquiriram a escritura da terra, após quitarem o financiamento, o que possibilita a venda de sua propriedade para terceiros. Com isso, outras preocupações aparecem no tocante à continuidade na atividade agrícola, já que a tendência observada – não só em nível de Brasil – é a diminuição da agricultura familiar em detrimento da urbanização. Acrescentamos ainda o alto custo da energia elétrica, devido ao uso do sistema de irrigação, o que tem limitado a produção; a redução de cadastros e irregularidade dos Programas de Compras Institucionais quanto à entrega dos produtos, os quais em 2018 só foram entregues às instituições receptoras durante dois meses; e o acesso aos mercados.

Considerando os mercados acionados pelos agricultores do Cinturão Verde, elaboramos uma tipologia para diferenciar os tipos de circuitos de comercialização, podendo ser curtos ou longos, bem como os diferentes tipos de mercados, alternativos convencionais ou institucionais, conforme quadro 1.

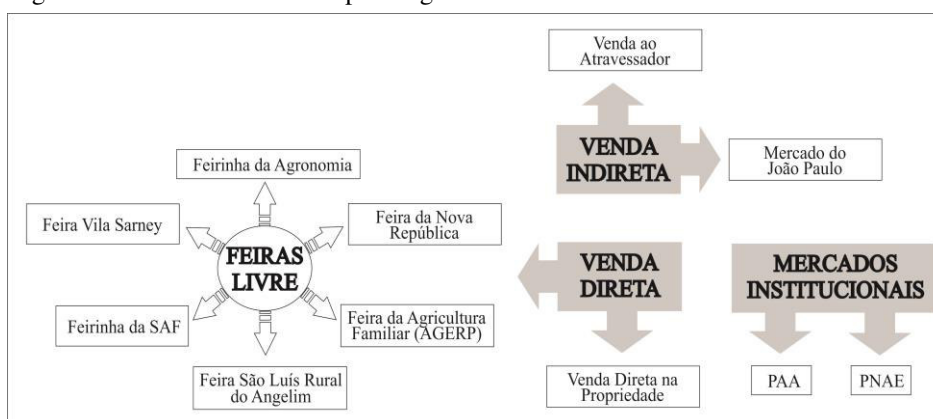
No Cinturão Verde identificamos três mercados para venda dos produtos da comunidade Cinturão Verde, à saber: venda direta ou em circuito curto na Feira da Agricultura Familiar, Feirinha da Agronomia, Feira São Luís Rural do Angelim, Feirinha da SAF; Feira Nova República e, mais recentemente, a Feira da Vila Sarney²; venda indireta ou

¹ Cédula da Terra foi uma política de crédito com fins a facilitar “o acesso à terra aos agricultores com recursos escassos”, também denominados de “Banco da Terra” (BRAGA, 2013).

² Em março de 2016, por iniciativa do Departamento de Economia Rural da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), foi criada a Feirinha da Agronomia que acontece às terças-feiras em frente ao prédio do curso de Engenharia Agrônoma. A Feira São Luís Rural do Angelim é realizada todos os sábados, no bairro do Angelim, gerida pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de São Luís (SEMAPA). A

circuitos longos realizada na Feira do João Paulo e diretamente ao atravessador³; e, por fim, venda nos mercados institucionais, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁴ e Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF)⁵ (figura 1).

Figura 1 - Mercados acessados pelos agricultores do Cinturão Verde



Fonte: Elaboração da autora (2018)

Isto posto, priorizamos, nesta discussão, dois eixos de análise que se complementam, o primeiro relaciona-se ao mercado como uma construção social, de acordo com as teorias propostas por Polanyi (2000) e Granovetter (2007). A segunda questão abordada trata-se da promessa de diferença dos “Sistemas Alimentares Alternativos” ou “Redes Alimentares Alternativas” (LE VELLY, 2017; MARSDEN et al., 2000), cuja ideologia parte de uma

feirinha da SAF é realizada nas dependências da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), conta com uma agricultora do Cinturão Verde, que vende seus produtos aos funcionários da secretaria. As feiras Nova República e Vila Sarney Filho foram iniciadas por iniciativa dos agricultores do Cinturão Verde, a primeira por iniciativa de agricultores individuais e a segunda através da Cooperativa de Agricultores Familiares do Cinturão Verde (COAFACIV). A Feira da Agricultura Familiar é realizada pela Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP), no bairro do João Paulo e ocorre todos os sábados.

³ A feira do João Paulo é um dos centros distribuidores de São Luís – tal como a CEASA –, onde, segundo Soares (2015), 83,5% dos produtos comercializados vêm de outros estados, enquanto que os alimentos vindos das zonas rurais próximas de São Luís e de outros municípios somam 16,5%, demonstrando uma grande concorrência com produtos não locais.

⁴ A agricultura familiar apenas recentemente passou a ser atendida por políticas governamentais no Brasil, com programas como a Previdência Social e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – o qual se apresenta como a primeira política pública firmada nacionalmente que foi destinada a agricultura familiar, tendo o ano de 1996, como referência. Estas duas políticas surgem com o objetivo de atender as necessidades do agricultor familiar, visto que a primeira garante benefícios sociais equiparados aos dos trabalhadores urbanos e o segundo garante o acesso ao crédito rural. Além destas duas políticas, em 2007, foi implantado o PAA e PNAE, visando atender as necessidades dos trabalhadores do campo, no que diz respeito à comercialização dos seus produtos, e as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social.

⁵ Consideramos, nesta pesquisa, os circuitos curtos como toda venda direta, e circuitos longos toda comercialização sem acesso direto ao consumidor, caso dos mercados do João Paulo e Programas de Compras Públicas.

oposição aos Sistemas Alimentares Convencionais. Portanto, os circuitos curtos (CC) de comercialização caracterizam-se pela construção de alternativas – quanto à produção, distribuição e consumo de alimentos - ao modelo industrial mais padronizado de abastecimento alimentar, sendo definido como um modo de comercialização que privilegia a venda direta, possibilitando a conexão entre consumidor e produtor, realocização das fontes alimentares e busca pela construção da qualidade (MARSDEN et al., 2000). Contudo, como aponta Le Velly (2016), essa alternatividade precisa ser problematizada tendo em vista a distância existente entre um projeto que contempla uma promessa de diferença dos Sistemas Alimentares Alternativos (SAA) e a realidade de sua execução.

Nessa perspectiva, alguns fatores são primordiais para essa análise, o primeiro é o local onde a agricultura é praticada, ou seja, em uma área predominantemente urbana; em segundo lugar, as estratégias acionadas para a reprodução social das famílias; e por último, cada mercado acessado terá características diferentes a depender dos atores envolvidos e do projeto de sua construção, no qual alguns apresentarão um princípio de alternatividade (Feirinha da Agronomia, Feirinha da SAF, Feira São Luís Rural do Angelim, Feira da Agricultura Familiar da AGERP e Feira livre da Vila Sarney), e outros não (Feira da Nova República e Mercado do João Paulo).

Dessa forma, o objetivo da pesquisa consistiu em buscar compreender o papel desempenhado pelos diferentes circuitos comercialização (feiras, mercados institucionais e venda direta e indireta na propriedade) no processo de reprodução social dos Agricultores Familiares Periurbanos da Comunidade Cinturão Verde, na cidade de São Luís – Maranhão.

Com base em Ploeg (2016), entendemos por reprodução social os mecanismos que permitem a família camponesa se sustentar no curto e longo prazo, através de uma produção voltada para os equilíbrios internos dentro de uma unidade familiar. Embora a agricultura camponesa e esses equilíbrios sejam afetados pelo contexto capitalista, seu funcionamento e desenvolvimento não são governados por eles, pois operam de formas mais complexas e distintas. Esse processo de reprodução pode ser entravado ou favorecido pelo acesso aos mercados e a diferentes tipos de políticas públicas, cujos efeitos podem corroborar para a permanência na atividade agrícola e o sustento das famílias⁶. Para isso, as perguntas propostas foram: Qual o perfil da agricultura praticada no Cinturão Verde? Quais são os mercados

⁶ Devido à abrangência da pesquisa, não abordaremos a perspectiva dos consumidores, embora sejam contempladas questões referentes às relações de proximidade que se estabelecem entre consumidor e produtor nos mercados acessados.

acessados? A partir das relações de comercialização, quais são as implicações dos circuitos curtos na reprodução social desses agricultores familiares?

1.1 Justificativa e proposta metodológica

Diante desse panorama, a opção por este tema de pesquisa surgiu por três motivos: da tentativa de estabelecer um objeto de estudo que permitisse a utilização dos conhecimentos adquiridos pela autora da pesquisa, ao longo de sua trajetória como acadêmica dos cursos de Ciências Sociais e Engenharia Agrônômica; do intuito de dar continuidade à linha de pesquisa que vem sendo trabalhada desde a monografia defendida em 2013, sobre os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Comunidade Cinturão Verde; e da participação em projetos de pesquisa e extensão sobre Comercialização agrícola, com ênfase nos mercados públicos do município de São Luís.

As pesquisas desenvolvidas nos mercados públicos permitiram identificar vários agricultores dos municípios que compõem o Aglomerado Urbano de São Luís. Isso despertou o interesse para compreender as diversas configurações sociais e políticas desses territórios, a fim de entender a multiplicidade de lógicas que organizam as trocas econômicas e sociais e, igualmente, avaliar quais as estratégias de comercialização desenvolvidas por essas comunidades, em especial, o Cinturão Verde, bem como como ocorre o acesso a esses mercados.

Portanto, identificamos um grande potencial da agricultura periurbana da AU de São Luís para o abastecimento dos mercados locais, ao mesmo tempo em que verificamos a existência de esforços do governo estadual e municipal para fomentar a produção e comercialização através de políticas públicas, entre elas, os mercados institucionais. Ademais, a exemplo da importância da AUP, citamos a recente greve dos caminhheiros ocorrida em maio de 2018 que, com duração de pouco mais de 10 dias, demonstrou o problema do abastecimento alimentar, a partir dos circuitos longos de comercialização, e a necessidade de se fortalecer os Circuitos Curtos.

Sendo assim, este tema torna-se relevante, pois no levantamento bibliográfico realizado, percebemos a existência de uma íntima relação entre a discussão do fortalecimento da agricultura urbana com os debates acerca da construção social dos mercados, pois como sublinha Ferrari (2011), esses agricultores têm uma forte capacidade inovativa e uma

interação com instituições locais, permitindo agregar valor aos seus produtos, investir em economias de escopo e sustentabilidade.

Muitos trabalhos apontam para a articulação entre diferentes mecanismos de comercialização, com a valorização de produtos locais das comunidades rurais que, por sua vez, circulam por circuitos diferenciados de comércio, privilegiando a reconexão entre agricultores e consumidores. Percebemos também a articulação com as políticas públicas, enfatizando as ações de inclusão produtiva, os programas de compras públicas e, sobretudo, as políticas de desenvolvimento territorial. Nessa perspectiva, Wanderley (2009) explica que a agricultura familiar não se contrapõe à economia globalizada, pelo contrário, o processo de desenvolvimento tende a diversificar o tecido social, tornando possível encontrar, no meio rural, categorias sociais diferentes entre si pelo modo de vida e forma de produzir.

Portanto, as implicações sociais deste tema conferem ao objeto de estudo em questão uma “legitimação” e “reconhecimento” do problema social a ser analisado (LENOIR, 1996), considerando o acesso dos agricultores periurbanos do Cinturão Verde aos mercados através de vários circuitos de comercialização e das políticas públicas.

Para compreender essas questões propostas, o ponto de partida foi a discussão teórica sobre os mercados como construções sociais (POLANYI, 2000; GRANOVETTER, 2007), assim como os conceitos referentes aos circuitos curtos de comercialização e Agricultura Urbana e Periurbana, a partir de uma bibliografia específica.

Os métodos utilizados na pesquisa foram o estatístico/quantitativo, histórico e empírico. A aproximação estatística baseou-se em uma análise de dados secundários (atuais e históricos). Nesse expediente, Merllié (1996, p.168) assinala que analisar “dados” é uma atividade de construção, na qual o sociólogo deve “tomar distância em relação a essa realidade e, ao mesmo tempo, ser capaz de explicá-la”, haja vista que a construção desses dados são inseparáveis do ponto de vista particular, seja das instituições que o produziram, seja do próprio pesquisador. Portanto, a nossa pesquisa baseou-se nos dados secundários disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e SEMAPA, a fim de obter informações sobre a agricultura periurbana na Aglomeração Urbana (AU) de São Luís e mercados acessados por esses agricultores.

Com o objetivo de analisar dados referentes ao PAA e PNAE, consideramos as estatísticas produzidas pelos órgãos que operacionalizam essas políticas no estado, a saber: Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Companhia Nacional de Abastecimento

(CONAB). Essas informações possibilitaram fazermos uma descrição quantitativa da comunidade e das políticas públicas acessadas por eles (LAKATOS E MARCONI, 2000).

Sobre o método histórico, Lakatos e Marconi (2000, p. 91) afirmam que “(...) as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, portanto é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função”. Desse modo, propomo-nos a fazer um levantamento histórico da construção do território do Cinturão Verde, considerando a história oral relatada pelos agricultores que fizeram parte da fundação da comunidade.

A pesquisa empírica consistiu na identificação dos mercados acessados pelos agricultores periurbanos do Cinturão Verde, através de entrevistas realizadas, a partir de um roteiro semiestruturado (Apêndice 1 e 2), o qual foi dividido em questões relativas ao perfil dos entrevistados, sua atividade produtiva e mercados acessados.

O registro das informações obtidas nas entrevistas foi realizado associando anotações no diário de campo e gravação em áudio, com o objetivo de captar os discursos e falas dos entrevistados. Considerando o universo da pesquisa, realizamos conversas com dois gestores da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca (SAGRIMA), dois da SAF e um coordenador da SEMAPA de São Luís, no tocante às políticas públicas de acesso aos mercados fomentados pelo Governo Estadual do Maranhão e Prefeitura de São Luís.

Em sequência, realizamos entrevistas com dez agricultores de um total de 87 famílias, contemplando representantes de cada mercado acessado⁷. Portanto, a fim de não identificá-los diretamente, nomeamos pela ordem de letras do alfabeto, de A até J, cujo perfil quanto ao sexo, idade, escolaridade, bem como se auxiliam na atividade agrícola com e sem laço familiar está demonstrado no quadro 2, a seguir.

Quadro 1 - Perfil geral dos entrevistados quanto ao sexo, idade, escolaridade e os que auxiliam na atividade agrícola com e sem laço familiar.

Entrevistados	Sexo	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Laço familiar*	Sem Laço Familiar**
Entrevistado A	M	44	2º grau completo	Casado	5 pessoas	2 pessoas
Entrevistado B	M	59	2º grau incompleto	Casado	2 pessoas	3 pessoas
Entrevistado C	M	46	Até 8ª série	Casado	3 pessoas	1 pessoas
Entrevistado D	M	38	Até 8ª série	Casado	5 pessoas	-

⁷ Optamos por realizar as entrevistas na residência dos agricultores e não nos mercados onde são encontrados mais facilmente e em maior número. Isso ocorreu devido à extensão do questionário cuja aplicação leva em média 2 horas para ser concluído. Além disso, os primeiros agricultores entrevistados indicavam os demais, sendo realizadas ligações telefônicas antes, a fim de agendar a visita.

Entrevistado E	M	76	Até 2ª série	Casado	2 pessoas	1 pessoa
Entrevistado F	F	49	Até 2ª série	Casada	2 pessoas	1 pessoa
Entrevistado G	M	40	Até 4ª série	Casado	3 pessoas	1 pessoa
Entrevistado H	M	31	Até 8ª série	Casado	3 pessoas	1 pessoa
Entrevistado I	M	39	2º grau completo	Casado	2 pessoas	2 pessoas
Entrevistado J	M	33	2º Grau completo	Solteiro	4 pessoas	1 pessoa

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

* Contaremos somente aqueles que auxiliam na atividade agrícola, morando ou não na mesma residência, mas que têm vínculo de parentesco (com o entrevistado incluído).

** Contratação de mão de obra para auxílio na produção.

O marco temporal escolhido baseou-se no período de realização da pesquisa, de agosto a dezembro de 2018, visto que foram analisados os impactos atuais desses mercados na reprodução social da comunidade.

A partir do proposto, esta investigação está estruturada em seis capítulos, a contar da presente introdução. O segundo capítulo constitui o marco teórico e conceitual, no qual são apresentadas definições centrais que darão suporte à análise. Destarte, iniciamos uma discussão sobre a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), considerando os principais conceitos e suas implicações na dinâmica entre o rural e urbano, abordando aspectos relativos aos atores responsáveis por esse tipo de agricultura, assim como, uma discussão sobre os conceitos de reprodução social da agricultura familiar. Uma segunda linha teórica trata-se de analisar os Sistemas Alimentares Alternativos (SAA) e a promessa de diferença dos circuitos curtos de comercialização em relação aos sistemas convencionais (LE VELLY, 2017), à luz da Sociologia Econômica, a qual estuda os mercados como construção social (POLANYI, 2000; GRANOVETTER, 2007).

No capítulo três, optamos por fazer uma contextualização da AUP no Aglomerado Urbano de São Luís (Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Raposa e São Luís), a fim de estabelecer uma correlação entre o universo mais amplo da agricultura local e do nosso recorte de pesquisa que é a Comunidade Cinturão Verde. Portanto, privilegiamos fazer uma caracterização da atividade agrícola, entendendo suas características e abrangência; identificar as políticas públicas de apoio à produção e comercialização, trazendo também ao debate, com base nas experiências de políticas públicas voltadas à AUP na AU de São Luís, a distância existente entre a concepção de um projeto e a realidade de sua execução; e por fim, demonstrar os principais mercados acessados.

No capítulo quatro, a atenção volta-se ao perfil geral da Comunidade Cinturão Verde, considerando o histórico, infraestrutura, perfil da produção agrícola, perfil dos agricultores e caracterização dos mercados acessados por eles, discutindo algumas características que fazem parte dos equilíbrios internos dessas unidades familiares e que interferem na reprodução social desses agricultores.

Em sequência, no capítulo cinco, buscamos identificar os fatores que levaram esses agricultores familiares a utilizarem circuitos curtos ou longos de comercialização para acessarem diferentes tipos de mercados, convencionais, alternativos ou institucionais, avaliando variáveis como: os diferentes tipos de relação entre produtor e consumidor; relações entre agricultores e atravessadores; e as exigências de qualidade e estabelecimento dos preços nesses mercados acessados. Finalizando, serão apresentadas algumas considerações finais com o intuito de entender a dinâmica de acesso a esses mercados e quais suas perspectivas e implicações para a reprodução social da agricultura familiar periurbana do Cinturão Verde.

2 AGRICULTURA FAMILIAR PERIURBANA E MERCADOS: perspectiva teórica e conceitual

Este capítulo está dividido em duas partes, o primeiro destaca os conceitos-chave para compreender o objeto empírico e o segundo visa ao enquadramento teórico do problema de pesquisa.

2.1 A questão da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP)

O conceito de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) torna-se primordial para o entendimento do nosso objeto de estudo. Esse termo foi amplamente difundido através do “Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (*Unhabitat*), no início da década de 1980, para discutir um novo modo de pensar as cidades” (GOMES, 2016, p. 31). Apesar disso, não existe um consenso quanto ao conceito de Agricultura Urbana, o que nos leva a várias percepções que vão desde uma análise mais voltada à integração com o ecossistema urbano e sua proximidade ou distância com o mercado consumidor, ao papel dos atores sociais envolvidos no processo.

Um conceito amplamente difundido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) define a Agricultura Urbana e Periurbana, com base no espaço onde ocorre, ou seja, dentro ou periférico à cidade (FAO, 1999), tendo em vista a produção agrícola e criação de pequenos animais, com sua produção destinada tanto para consumo próprio quanto para a venda em mercados locais.

Um segundo conceito privilegia a interação no ecossistema urbano, conforme explica Aquino e Assis (2007, p. 139),

[...] o elemento mais comum nas definições sobre a agricultura urbana tem sido a localização em relação à proximidade das cidades (intra ou periurbana). Entretanto, não é a localização urbana que distingue a agricultura urbana da agricultura rural, senão o fato de que está integrada e interage com o ecossistema urbano.

Portanto, essa definição que abarca a interação com o ecossistema urbano, defendido primeiramente por Mougeot (2000), coloca a agricultura urbana em algumas categorias definidoras, são elas: a atividade econômica que é desenvolvida; as categorias e subcategorias

dos produtos (alimentares ou não alimentares); a sua localização (intraurbano ou periurbano); a área onde é praticada; bem como, o sistema de produção, destino e escala de produção.

Os ecossistemas urbanos correspondem ao ambiente encontrado nas cidades, caracterizados pela alta concentração de estruturas construídas e pouca presença de elementos naturais, com forte tendência à redução da biodiversidade. Portanto, é uma categoria imprescindível para estabelecer a diferença entre a agricultura rural e agricultura urbana, pois a última está integrada e interage com o ecossistema urbano.

Em uma definição mais completa, Moustier e Fall (2004, p. 19) consideram a AUP como

(...) agricultura localizada na cidade e periferia, cujos produtos são destinados à cidade e para os quais há uma alternativa entre recursos urbanos agrícolas e não agrícolas; a alternativa abre concorrência, mas também complementaridades entre esses usos: terrenos construídos e terras agrícolas; água para necessidades da cidade e água de irrigação; trabalho não agrícola e trabalho agrícola; resíduos domésticos e industriais e insumos agrícolas; coexistência na cidade de uma multiplicidade de *savoir-faire* devido a migrações, atividades agrícolas e urbanas de coabitações gerando externalidades negativas (roubo, incômodo) e positivas (espaços verdes) (tradução nossa)⁸.

No entanto, Nahmias e Le Caro (2012) questionam nessas definições a ausência dos atores que fazem essa agricultura – tanto os agricultores familiares quanto os consumidores desses produtos locais –, remontando a uma negligência do papel social desses atores no contexto da agricultura urbana.

Fleury e Donadieu (1997) evidenciam as relações funcionais recíprocas entre a agricultura e a cidade na qual esses agricultores urbanos e periurbanos se percebem como moradores urbanos cujo trabalho é a agricultura, havendo sempre uma hibridação entre a vida no campo e a vida na cidade. Portanto, apresenta características específicas, tais como: são um grupo social aberto a outros grupos da sociedade urbana; por vezes seu território não é fixo, correndo o risco sempre de ter seu espaço urbanizado; alguns trabalham em terras arrendadas; o valor da propriedade geralmente estimado é muito superior ao potencial de produção agrícola, o que pode levá-los à venda de sua propriedade. Adicionamos a tudo isso, o problema da sucessão por parte dos filhos desses agricultores familiares, pois a proximidade

⁸ (...) l'agriculture localisée dans la ville et à sa périphérie, dont les produits sont destinés à la ville et pour laquelle il existe une alternative entre usage agricole et urbain non agricole des ressources; l'alternative ouvre sur des concurrences, mais également sur des complémentarités entre ces usages : foncier bâti et foncier agricole; eau destinée aux besoins des villes et eau d'irrigation; travail non agricole et travail agricole; déchets ménagers et industriels et intrants agricoles; coexistence en ville d'une multiplicité de savoir-faire due à des migrations, cohabitations 'activités agricoles et urbaines génératrices d'externalités négatives (vols, nuisances) et positives (espaces verts) (MOUSTIER; FALL, 2004, p. 19).

com um mercado de trabalho mais diversificado torna a atividade agrícola menos atrativa; e por fim, um dos fatores mais limitantes, a concorrência com produtos vindos de outros estados, por vezes, com valor agregado e preços mais baixos.

No Brasil, a AUP tomou espaço nos debates públicos, a partir da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), sancionado através da Lei nº 11.346/2006. E, mais à frente, em 2010, foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)⁹, chamando atenção para o “fortalecimento da agricultura familiar e da produção urbana e periurbana de alimentos”, apesar de não estar incluído como uma de suas diretrizes.

Essa abertura levou à publicação do documento “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras” (SANTANDREU; LOVO, 2007), cujo trabalho de pesquisa visou ao diagnóstico da situação da agricultura urbana no Brasil, a partir da análise de iniciativas de AUP nas diferentes regiões, contando com o apoio do Governo Federal, organizações, movimentos sociais e universidades. Ademais, propuseram a seguinte definição para AUP:

Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é um conceito multidimensional que inclui a produção, o agroextrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais etc.), pesca e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos sólidos, mão de obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana, social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades. (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 5)

Diante disso, há um conceito que vem trazendo outro ponto de vista sobre o espaço urbano, a multifuncionalidade.

A multifuncionalidade também se relaciona com todas as atividades da cadeia produtiva: o desenvolvimento do local, viveiros, processamento etc., e até mesmo os conhecimentos e técnicas utilizados. A multifuncionalidade adquire um significado particular relacionado à agricultura (urbana), que aponta para a diversificação e pluriatividade, ou seja, uma variedade de atividades com conhecimentos específicos

⁹ Instituída pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.

que frequentemente melhoram o padrão de vida das famílias dos produtores (FLEURY; BA, 2007, p. 4).

Segundo Lovo (2016), a multifuncionalidade pode ser descrita a partir de uma dimensão social, econômica e ecológica, possibilitando criar estratégias para construção de políticas públicas condizentes com o ecossistema urbano.

Entende-se por dimensão social uma atividade agrícola voltada para a subsistência dos pobres urbanos, contribuindo para a diminuição da pobreza com a segurança alimentar e nutricional. No que tange à dimensão econômica, temos uma AUP orientada para o mercado, podendo ser tanto pequena através de um empreendimento familiar, quanto em grande escala, mas que envolve todo o processo produtivo até a comercialização. E por fim, a dimensão ecológica refere-se às estratégias baseadas na provisão de alimentos e geração de renda, considerando a gestão ambiental e técnicas de produção que visam ao melhor uso dos recursos locais, como é o caso da produção de base agroecológica. Além de tudo, a AUP possibilita a construção de redes de relações locais institucionais e pessoais, responsáveis pela promoção dessa agricultura.

De acordo com Fleury e Ba (2007), esse conceito de multifuncionalidade aponta para outras funções da AUP, como a “externalidade”, “diversificação” e a “pluriatividade”. Portanto, para os autores, a externalidade é definida a partir de uma transformação do ambiente físico ou social causada pelo sistema agrícola e que vai além do seu sistema produtivo, caracterizada por causas diretas (erosão, poluição); indiretas (preservação do meio ambiente, desenvolvimento); ou territoriais (referente ao conceito de propriedade pública). Uma segunda função é a diversificação, que corresponde a uma variedade de atividades com conhecimentos específicos que, frequentemente, melhoram o padrão de vida das famílias dos produtores. E, por fim, a pluriatividade, um conceito muito trabalhado quando se estuda agricultura familiar que, segundo Wanderley (2000), corresponde a uma estratégia dos próprios agricultores, a qual visa integrar atividades não agrícolas ao estabelecimento familiar, contribuindo para sua reprodução social.

2.1.1 Agricultura familiar periurbana: entre o rural e o urbano

Os estudos sobre as cidades sempre foram pautados em uma dicotomia entre o rural e o urbano, onde o rural representava a simplicidade, tradições, relações imutáveis e pessoais, enquanto que o urbano remetia à complexidade, inovação, heterogeneidade, desorganização,

relações mais impessoais e superficiais (PALEN, 1975). Para outros pesquisadores, a ruralidade tem uma essência geográfica, a qual consiste em uma área afastada ou isolada, geralmente em relação aos mercados, considerando os custos de transação nesse processo de deslocamento; tem-se também o rural como ambiente natural e espaços verdes; outro viés refere-se a um espaço com presença preponderante de pessoas em situação de pobreza (KAGEYAMA, 2008).

Dessa forma, predomina a ideia de que no meio rural prevalecem as atividades primárias, realizadas em grande parte pela agricultura familiar ou camponesa, categoria essa que tem destaque nos estudos rurais, principalmente após o Feudalismo, período em que as indústrias de bens e serviços e bens de capital começaram a absorver muita mão de obra em prol do desenvolvimento econômico do setor (FURTADO, 2013), causando um esvaziamento no campo, através de um intenso processo de migração.

Tendo em vista esse processo de industrialização iniciado na Europa, as obras de Kautsky (1986) e Lênin (1978) apontavam para o desaparecimento do campesinato à medida que o capitalismo se desenvolvesse na agricultura. Kautsky previa uma tendência à subordinação da atividade agrícola à atividade industrial; enquanto que para Chayanov (PLOEG, 2016, p. 9), “embora a unidade de produção camponesa esteja condicionada e seja afetada pelo contexto capitalista em que funciona, não é diretamente governada por ele”, visto que os agricultores possuem uma racionalidade própria – fortemente baseada na relação trabalho e consumo –, estabelecendo a partir disso, estratégias de reprodução.

Portanto, em razão dos entraves percebidos ao longo da história, os atributos socioeconômicos da agricultura familiar, enquanto modelo de desenvolvimento, sempre foram questionados. Essa postura ficou clara no Brasil quando, a partir de 1950, o Estado optou por uma “modernização conservadora”, na qual predominava o modelo dual da economia e o camponês era visto como um sujeito resistente a inovações (PLEIN, 2016). Com o passar do tempo, a “modernização conservadora” começou a ser questionada e houve um acirramento de lutas sociais em prol da reforma agrária e reivindicações por políticas para os agricultores familiares, o que culminou em novas leis e no surgimento de um conjunto de novos mercados.

Esse processo demonstra a importância da agricultura camponesa no contexto mais geral da economia dos países, que não se remete somente ao presente, pois já havia sido previsto e estudado por Chayanov, conforme aponta Ploeg (2016), quando apresenta a posição da agricultura não somente a partir de suas relações sociais no seio da família e da

propriedade, mas também no contexto dos equilíbrios externos, ou seja, na relação entre o setor agrícola, a sociedade e os mercados nos quais está inserida.

Nos estudos rurais, a categoria de agricultura familiar é recente e assume posição de destaque nos debates, tanto no âmbito das políticas públicas quanto na academia.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue e parentesco. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar para fins de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1998, p. 03).

Neste sentido, a agricultura familiar pode ser definida, a partir de várias representações, em que a mais recorrente e conhecida foi estabelecida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em que são considerados agricultores familiares aqueles que desenvolvam práticas no meio rural e atendam a quatro critérios específicos: detenham área de até quatro módulos fiscais (a medida varia de município para município, em São Luís, um módulo fiscal corresponde a 30 ha); utilizem predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas rurais; tenham renda familiar mínima originária de atividades econômicas rurais em seu estabelecimento e/ou empreendimento; e dirijam seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Para comprovação desses critérios, o agricultor necessita ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é a declaração que certifica que a pessoa demandante do crédito pertence à categoria de agricultor familiar, possibilitando tanto o acesso às políticas de crédito rural quanto as políticas públicas de apoio à produção e comercialização.

Em pesquisa anterior, Braga (2013) constatou uma expressiva quantidade de agricultores com DAP nas comunidades periurbanas na cidade de São Luís, principalmente visando ao acesso às políticas de apoio à comercialização como o PAA e PNAE, caracterizando esses agricultores periurbanos como agricultores familiares.

No campo acadêmico, a agricultura familiar passa a ser estudada a partir de sua ruptura com a agricultura camponesa, que ocorreu mediante uma crescente interação com o mercado, aumentando a integração dos agricultores à sociedade capitalista. Doravante, a agricultura familiar passa a ser estudada através do enfoque da nova ruralidade, como uma categoria histórica que se transforma (WANDERLEY, 2000). Um dos enfoques trabalhados

remete à relação entre o urbano e o rural, não mais vistos como mundos à parte, mas complementares e interdependentes, assim, temos também a categoria dos agricultores familiares periurbanos, que assumem características próprias, em razão de sua proximidade com o mercado e todas as implicações de viver em uma grande cidade.

Na perspectiva da nova ruralidade, o rural não é mais analisado de forma isolada e baseado na localidade, mas a partir da interação com o urbano; da pluriatividade da economia; da valorização do espaço rural e redução da migração; da valorização do patrimônio cultural e natural; e da modernização rural; estabelecendo novos papéis para os agricultores familiares, passando a serem “agricultores territoriais”.

Portanto, a interação entre urbano e rural trata-se de uma dinâmica externa que, conforme explica Wanderley (2000, p. 110):

A dinâmica externa é o resultado da inserção das aglomerações rurais em espaços mais amplos, predominantemente urbanos ou predominantemente rurais. No primeiro caso, os espaços rurais são chamados periurbanos, ao passo que os mais distantes das cidades são considerados como o “rural profundo” ou “remoto”. É preciso, no entanto, desde já, esclarecer que o espaço periurbano, aqui considerado, é rural e, como tal, se distingue dos subúrbios e das periferias (urbanas) das cidades. Como afirma Jean, o periurbano “não evolui para urbano”. Da mesma forma, o “rural profundo”, onde também se encontram cidades que frequentemente funcionam como polos centralizadores locais, está integrado à sociedade e, em alguns países, vive, de alguma forma, a efervescência do renascimento rural.

Para a autora, é possível haver espaços rurais dentro de um ambiente predominantemente urbano, mantendo suas características e modo de vida. E nesse sentido, citando Kayser, há três categorias principais de tipologias dos espaços rurais, são elas: “os espaços em vias de despovoamento e de abandono”; o “espaço periurbano” que, apesar de próximo aos centros urbanos, mantém as características rurais e a importância da atividade agrícola; “o meio rural vivo”, que constitui a parcela mais significativa do meio rural, também integrada à sociedade e fortemente marcada pela presença das atividades primárias.

2.1.2 Quem faz a Agricultura Urbana e Periurbana?

No Brasil, o processo histórico que contribuiu para a constituição dessa agricultura dentro dos centros urbanos remonta ao desenvolvimento recente à modernização da agricultura, acarretando em uma forte migração em direção às cidades e às respectivas periferias, a partir da década de 40. Como consequência, uma parte dessa população é excluída socialmente, vivendo na miséria, em ambientes ecologicamente degradados. São

peessoas que, em sua maioria, perderam seu patrimônio cultural, não são alfabetizadas e são vítimas da violência e da má nutrição (BOUKHARAEVA et al., 2005).

Boukharaeva et al. (2007) apontam para dois tipos de agricultura urbana com naturezas distintas, isto é, a Agricultura Urbana Profissional (AUP) e a Agricultura Urbana Familiar (AUF). Como explicam:

A agricultura urbana profissional (AUP) de agricultores e horticultores com pequenas áreas e elevados rendimentos, as cooperativas agrícolas, as empresas públicas e privadas ligadas ao agrobusiness, e os jardineiros familiares que se transformam em empresas que produzem para o mercado (Ranasinghe, T.T. – 2003) onde a sua produção é destinada essencialmente à venda. A agricultura urbana familiar (AUF) das pessoas e das famílias que trabalham ao jardim ou nas hortas do fim de semana, durante os feriados ou tempo parcial livre: aposentados, pessoas no desemprego ou em situação de subemprego; trata-se de uma atividade principalmente não comercial cuja: 1) grande parte da produção é destinada ao autoconsumo e 2) a produção da AUF não se limita à produção alimentar, mas também tem caráter de identidade (BOUKHARAEVA et al., 2007, p. 3).

Contudo, é um conceito que precisa ser problematizado, pois existe outra agricultura urbana sendo praticada nas cidades, as quais não estão somente voltadas para empresas que produzem para o mercado. Citamos, neste caso, a comunidade Cinturão Verde (BRAGA, 2013) – conforme apresentaremos em detalhes no capítulo quatro – onde encontramos agricultores familiares periurbanos que vivem da agricultura, produzem para autoconsumo, ao mesmo tempo em que atendem o mercado consumidor local, seja ele mais alternativo, caso das feiras livres ou o mercado convencional, como super e hipermercados e venda aos atravessadores. Assim, mesmo vivendo em uma área urbana, essas comunidades assumem estratégias de sobrevivência e reprodução da família camponesa.

Apontamos, então, para dois perfis de agricultores urbanos, aqueles produtores rurais que migraram para grandes cidades em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, cuja aptidão para a atividade agrícola ou a ausência de outras oportunidades de trabalho os fez permanecer na sua atividade primária. Em segundo lugar, são identificadas pessoas ou famílias que sempre viveram no meio urbano, mas que viram na agricultura uma alternativa para uma alimentação mais saudável, proximidade com a natureza, produzindo para o autoconsumo, mas também como uma fonte de renda.

O que diferencia ambos os casos é o local onde é praticada. Geralmente, os espaços periurbanos das cidades são ocupados pelos agricultores migrantes e as áreas intraurbanas, pelos demais. Além disso, aqueles produtores que se deslocaram para as cidades têm na agricultura um modo de vida que garante a reprodução social de suas famílias, enquanto que

os produtores que praticam a agricultura a veem como atividade alternativa e/ou complementar à sua renda e consumo.

Altieri et al. (1999), ao estudarem a agricultura urbana em Cuba, destacam que ela pode ser vista de formas diferentes por aquelas pessoas que nasceram na cidade e pelos que migraram da zona rural. Os autores explicam que, para os primeiros, a agricultura constitui-se uma oportunidade para aprender e apreciar o processo de cultivo, ao passo que para os agricultores migrantes, a atividade representa uma forma de utilizar suas especialidades agrícolas, bem como um refúgio onde eles podem trabalhar novamente com a terra e religados à natureza.

Uma das principais características dessa agricultura é sua proximidade com um mercado consumidor mais diversificado. Como explica Arruda (2011), a proximidade dessas áreas de produção agropecuária com o mercado consumidor caracteriza-a como uma atividade com grande potencial de crescimento, possibilitando benefícios em questões como saúde, nutrição, combate à pobreza, saneamento, valorização da cultura local, educação ambiental, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Não obstante, são identificados ainda alguns entraves relativos à comercialização nessas áreas urbanas, mas, apesar de um mercado agroalimentar cada vez mais exigente, a proximidade com as grandes cidades possibilita o desenvolvimento dos “Sistemas Alimentares Alternativos” ou “Redes Alimentares Alternativas” (LE VELLY, 2017; MARSDEN et al., 2000), através, por exemplo, da venda direta de produtos agroalimentares sem a presença do intermediário ou da venda indireta com até um atravessador nesse processo, mediante o que se denomina como Circuitos Curtos (CC) de Comercialização.

2.1.3 Estratégias para a reprodução social da agricultura familiar periurbana

A produção camponesa é estruturada com base no comportamento estratégico que avalia quais são os equilíbrios necessários para sua permanência e investimento nessa atividade, a fim de garantir a reprodução social dessas unidades familiares¹⁰ e, portanto,

¹⁰ Com base em Ploeg (2016, p. 45), a “Unidade familiar é, na terminologia atual, uma ‘rede de sujeitos’ que funciona harmonicamente e combina astutamente terra, plantio, gado, adubagem, máquinas, rede (e talvez lotes de silvicultura ou jardins de ervas medicinais ou instalações agroturísticas ou um empório). É uma resposta construída ativamente às condições, oportunidades e ameaças externas”.

organizam sua terra e sua dinâmica para alcançar o mais próximo desses equilíbrios (PLOEG, 2016).

Para o conceito de reprodução, podemos citar vários autores que, com visões variadas, tentaram explicar esse processo e uma das mais recorrentes é a noção que enfatiza as condições materiais, portanto, econômicas, e foi formulada em nível macro por Marx (NETO et al., 2009), o qual toma a reprodução social como um processo histórico que se desenvolve naturalmente, a partir de experiências acumuladas e transmitidas por meio da cultura. Portanto, para Luxemburgo (2003, p. 4), a noção de reprodução desenvolvida por Marx refere-se à permanência da produção de bens para o consumo ao longo do tempo que, por sua vez, irá variar tanto a partir da “articulação entre tecnologia, matéria prima e trabalho, quanto nas formas sociais de produção, incluindo a organização social, ou seja, a relação do homem com a natureza e a relação dos homens entre si”.

Contudo, aqueles que estudam as dinâmicas internas e externas da agricultura familiar fazem uma crítica à funcionalidade macroeconômica da família rural para o capital correspondente à sua inserção na sociedade capitalista, como explica Almeida (1986, p. 2).

No lugar da ideia opaca de funcionalidade macroeconômica da família rural para o capital, aparece a ideia de reprodução da família para si (no curto e no longo ciclo) articulada com sua inserção na sociedade capitalista. Uma maneira de expressar tudo isso é dizer que famílias adotam estratégias micro (de curto e de longo prazo) como resposta a pressões macroeconômicas e políticas (preços, leis) (ALMEIDA, 1986, p. 2).

Dessa forma, em um sentido voltado para a reprodução da família camponesa e visando contrapor-se a uma articulação com a economia capitalista, Almeida (1986) dá ênfase em dois ciclos de reprodução da unidade familiar. O primeiro refere-se a uma reprodução de “ciclo curto/anual”, o qual combina trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional, objetivando atender ao consumo familiar e proporcionar um excedente que garanta o reinvestimento no sistema produtivo. Um segundo ciclo de reprodução corresponde ao “ciclo longo/ geracional”, com foco na lógica de parentesco e perpetuação da família.

Bourdieu (1994), em outro sentido, busca romper com uma noção ditada por regras externas aos agentes sociais, objetivando abdicar de uma visão estruturalista enraizada no mundo social, em que a submissão a determinadas normas e regras institucionais resulta em uma relação de dominação. Dessa forma, propõe o estudo de estratégias pelas quais diferentes categorias sociais reproduzem sua posição no espaço social, a partir de uma socialização que engendra determinadas disposições.

Para essa análise, o autor criou um quadro dos sistemas de estratégias de reprodução, as quais se criam nas famílias, são elas: estratégias de investimento biológico (estratégias de fecundidade, matrimoniais); de sucessão (herança, gerações); educativas (conhecimento formal (escolas) e a ética que determina o comportamento da família); de investimento econômico (orientados para o aumento ou perpetuação do capital em suas diferentes espécies); de investimento social (orientada para o estabelecimento ou a manutenção de relações sociais); estratégias matrimoniais (visa assegurar a reprodução biológica do grupo sem ameaçar sua reprodução social); de investimento simbólico (ações que visam conservar e aumentar o capital de reconhecimento, mostrando-se positivamente perante as pessoas da sociedade); e estratégias de sociodicéia (visa legitimar a dominação e sua fundação, naturalizando-as) (BOURDIEU, 1994).

Chamamos atenção, neste quadro discutido por Bourdieu (1994), para as estratégias de sucessão e de investimento econômico, que são fundamentais para a reprodução social da agricultura familiar, a primeira referindo-se à permanência dos filhos na atividade agrícola, significando que os equilíbrios internos à propriedade estão funcionando e garantindo o sustento da família e, por conseguinte, possibilitando, com isso, o investimento econômico na propriedade.

Apesar de muito utilizada, quando estudamos a respeito da agricultura familiar, não podemos fazê-lo a partir de uma lógica capitalista. A agricultura familiar possui estratégias para se reproduzir socialmente, que vai além de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar e, tampouco em decorrência das pressões econômicas externas do sistema social (SCHNEIDER, 2003). Nesse sentido, Ploeg (2016), a partir de uma releitura do Chayanov, discute sobre a importância de compreender os diferentes equilíbrios que operam dentro da família e da unidade familiar, a fim de garantir sua reprodução social. Por esse motivo, o autor trabalha com a categoria de “capital familiar”¹¹, haja vista que o uso do capital familiar não é regido pelo mercado de capital, pois esses não visam lucros, seu valor está no fato de permitir que a família camponesa se sustente no curto e longo prazo. Como explica Ploeg (2016, p. 124), “os camponeses batalham pela maior renda de trabalho possível, o que difere significativamente da busca pelo maior lucro possível sobre o capital investido” e ainda

¹¹ Não trabalha com essa categoria no sentido de Marx, já que esse capital não é usado para gerar valor excedente, nem é acumulado por meio do trabalho assalariado de outra pessoa. Portanto, admite como “capital familiar” as instalações, máquinas e afins; os animais e materiais genéticos disponíveis; a memória; as redes (vendas e compra); e economias.

complementa que “o camponês está interessado em otimizar a renda do trabalho (produção total menos insumos). O agricultor capitalista busca o retorno mais alto (produção total menos insumos e salários)” (PLOEG, 2016, p. 126).

Segundo o autor, o que move toda a unidade camponesa é o equilíbrio trabalho-consumo, que se refere à relação entre a demanda de consumo da família e a força de trabalho. Portanto, esse equilíbrio está relacionado à produção total, desde a vendida no mercado até o consumo e, apesar de serem entidades diferentes, uma só faz sentido com a outra.

Para Ploeg (2016), existem três pré-condições, para que esse equilíbrio funcione com êxito em uma propriedade e alcance o objetivo proposto, são elas: o trabalho precisa gerar uma renda justa e suficiente para suprir as necessidades de consumo da família; as relações estabelecidas no processo de trabalho devem possibilitar a independência e liberdade no local de trabalho, ou seja, eles são patrões de si mesmos; e, por último, o controle mental e material deve estar atrelado à família, sendo esses os que tomam as decisões, impossibilitando qualquer controle externo no processo de trabalho e produção.

Precisamos ter em mente que, apesar de não funcionar na lógica capitalista, a agricultura familiar se mantém, a partir da busca por uma melhor renda familiar e o meio utilizado para isso é, principalmente, a tentativa de emancipação através do investimento na produção agrícola, do aumento da renda e melhora na propriedade, e quanto maior a renda anual, maiores os meios para formação de capital. Todavia, as limitações identificadas pelo autor dizem respeito à mão de obra familiar disponível e a intensidade de capital restrita. No primeiro caso, o aumento de trabalho pode gerar um aumento da penosidade; e no segundo, sem tecnologias disponíveis, o reinvestimento na unidade produtiva pode ser afetado. Portanto, para o autor, o aumento do trabalho e injeção de capital vai depender de outros dois equilíbrios entre utilidade e penosidade.

A penosidade corresponde aos esforços extras que são necessários para aumentar a produção total, enquanto que a utilidade seria o oposto, trata-se dos benefícios extras proporcionados pelo aumento da produção. Assim, o equilíbrio entre ambos exige cálculos¹², a fim de regular o esforço necessário empreendido em uma atividade com intuito de aumentar a produção total, sem que o trabalho seja extremamente árduo ao trabalhador individual.

¹² “Um cálculo é um conjunto de conceitos e as suas relações mútuas, usado para determinar como a agricultura deve ser organizada. Representa uma lógica particular da agricultura: um jeito específico de perceber, calcular, planejar e organizar o processo de produção” (PLOEG, 2016, p. 51).

Os equilíbrios entre trabalho-consumo e utilidade-penosidade são destacados pelo autor como sendo os principais em uma unidade familiar, mas ainda é citada uma gama mais ampla de equilíbrios interativos que fazem parte das estratégias acionadas para a reprodução dessas famílias de agricultores, a saber: o equilíbrio entre pessoas e natureza (coprodução); equilíbrio entre produção e reprodução (relativo ao uso dos recursos naturais e na reprodução desses recursos, a fim de fazer a agricultura funcionar de forma harmoniosa); equilíbrio entre recursos internos e externos (alguns recursos são produzidos dentro da unidade familiar, outros são adquiridos no mercado); equilíbrio entre autonomia e dependência (refere-se a instituições sociais que cercam a produção em um ambiente burocrático e capitalista que impõe uma dependência aos agricultores camponeses); e equilíbrio entre escala e intensidade (a escala diz respeito ao número de objetos de trabalho por unidade de força de trabalho, enquanto que a intensidade é a produção por objeto de trabalho, isso permite identificar os diferentes estilos de agricultura).

As estratégias e equilíbrios apresentados fazem parte da agricultura familiar e de como operam dentro de uma sociedade onde a lógica capitalista é predominante. Isso implica em acioná-las, para que seja possível se reproduzir em condições às vezes adversas, como exemplo, diante da ausência de terras para produzir, concorrência com produtos industrializados, dificuldade de acesso ao mercado consumidor, falta ou limitação de acesso à assistência técnica e políticas públicas, dentre outros.

A reprodução social – também de agricultores periurbanos – não implica em uma estagnação ou, nos termos de Bourdieu, uma perpetuação de estruturas preconcebidas socialmente, que são repassadas e reproduzidas. Tomamos aqui, apoiados nas estratégias apontadas por Chayanov e discutidas por Ploeg, uma reprodução social baseada nos equilíbrios internos e externos à propriedade familiar, com objetivo de aumento dos rendimentos. No entanto, “a possibilidade de aumento dos rendimentos não significa que estagnação, regressão e até involução não possam acontecer” (PLOEG, 2016, p. 131) e isso faz parte da agricultura familiar. À vista disso, é importante estudar os processos e os meios acionados, para que nessas fases em que os equilíbrios são afetados, eles possam se manter na atividade para, posteriormente, voltarem a reinvestir. Portanto, vemos, então, uma racionalidade que viabiliza sua produção e permanência como “agricultores”, mesmo em meio às dificuldades inerentes à produção e comercialização.

A partir do que foi apresentado, inserimos nesta discussão o papel dos Sistemas Alimentares Alternativos para a reprodução social da agricultura periurbana. Quando estudamos agricultura familiar, geralmente o questionamento que aparece é “o que interessa assegurar é a viabilidade da agricultura familiar como um setor econômico ou a capacidade de reprodução dos agricultores familiares vistos em sua grande diversidade?”. No entanto, como explica Ploeg (2016, p. 40), “no mundo de hoje, assim como no passado, é impossível reproduzir a família e a propriedade sem o auxílio dos mercados”. Nesse sentido, a agricultura familiar, seja ela praticada nos centros urbanos ou no meio rural, apesar de não funcionar na mesma lógica que o setor econômico tradicional, está inserida nos mercados, criando soluções e alternativas ao modelo tradicional de comercialização, que busca o acesso a um mercado justo pelo produtor, assim como, um papel mais ativo dos consumidores, visando à valorização dos produtos locais, qualidade, respeitando a sazonalidade, dentre outros.

2.2 Um breve panorama sobre a Sociologia dos Mercados

Discutir a respeito dos mercados implica em reconhecer que é uma das instituições centrais nas análises econômicas. De modo geral, nos dicionários de economia, as definições privilegiam os aspectos estáticos e menos os processos dinâmicos e sociais da sua construção e funcionamento (PLEIN, 2016). Contudo, Michel Callon (2017) afirma que devemos parar de fingir que a palavra “mercado” possui um significado preciso e largamente aceito, em que os únicos desacordos referem-se à forma de organização da atividade econômica, haja vista que “o problema deste debate não se refere à ausência de respostas e definições, mas a sua superabundância, bem como seus conteúdos muitas vezes contraditórios” (CALLON, 2017, p. 27, tradução nossa)¹³.

Nesse sentido, Schneider (2016, p. 99) aponta para três formas de definição de mercados, para além do senso comum:

- a) O mercado como um *locus*, um espaço físico determinado em que se realizam trocas materiais de produtos e mercadorias; b) o mercado como princípio ordenador da sociedade e da economia, tal como funciona o capitalismo; c) o mercado como uma construção social, que resulta de processos de interações entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais.

¹³ Le problème rencontré ne tient pas à l’absence de réponses et de définitions mais à leur trop grande abondance ainsi qu’à leur contenus souvent contradictoires (CALLON, 2017, p. 27).

De uma forma sintética, o primeiro deles, entendido como um *locus*, remete à origem dos mercados como um espaço físico onde ocorriam trocas entre produtos e mercadorias. Nesse sentido, “ir à feira” e “ir ao mercado” se confundiam. Para Polanyi (2000), os mercados sempre existiram, mas possuíam um papel subordinado na economia e baseavam-se, até o fim do feudalismo, em relações de reciprocidade, redistribuição e domesticidade ou mesmo uma combinação dos três¹⁴. Somente no século XIX, é que o mercado como instituição foi concebido, quando a barganha ou permuta tiveram o lugar central no sistema econômico, transformando mercados isolados em uma economia de mercado e mercados reguláveis em mercados autorreguláveis. Posto isto, as permutas adquiriram papel principal com a emergência dos mercados de longa distância e com a divisão do trabalho, surgindo a necessidade de intervenção do Estado para criar regras e regulamentos, leis locais e nacionais para regular as trocas e os comércios. Com isso, o mercantilismo cresceu rapidamente permitindo o aparecimento do capitalismo, a partir do qual os mercados passaram a regular as relações entre ofertantes e demandantes (SCHNEIDER, 2016).

Em um segundo momento, têm-se os mercados como princípio ordenador da sociedade e da economia, não mais no plano das trocas em um espaço físico, porém no sentido político e ideológico, onde o mercado passa a ser um princípio de organização da sociedade, não mais restrito a um espaço físico, surgindo às chamadas mercadorias fictícias (dinheiro, terra e trabalho). Quando tomamos por base a Economia Clássica, cujo expoente foi Adam Smith, com o modelo teórico tradicional da economia baseado na figura do *homo oeconomicus*, o “mercado resume-se ao nome dado ao encontro de uma curva de oferta e de uma curva de demanda, resultante do comportamento de agentes cujas relações estão esvaziadas de qualquer conteúdo social” (STEINER, 2006, p. 31).

No mesmo sentido, Fiani (2011) faz uma crítica à teoria econômica tradicional, para a qual só existe uma forma de organizar o sistema econômico, cujo foco está no mercado perfeitamente competitivo, a partir da Teoria do Equilíbrio Geral¹⁵. Explica que os mercados não são suficientes e nem sempre eficientes para organizar uma economia diversificada, com atividades tecnológicas diversificadas, portanto, mostra-se incapaz de perceber e analisar outros arranjos institucionais.

¹⁴ Vale destacar que nesse tipo de organização social o lucro não ocupava um lugar predominante, o que corroborava para o funcionamento do sistema econômico eram os costumes e as leis, a magia e a religião.

¹⁵ Preconiza que há uma interação entre o comportamento da oferta, da demanda e dos preços, quando se tem vários mercados, provando que a interação entre demanda e oferta resultará no equilíbrio geral.

Essas ideias foram fortemente criticadas por Marx, Weber e Polanyi, os quais sugeriram a aniquilação ou mesmo regulação através de valores ou instituições dos mercados (SCHNEIDER, 2016). Dessa forma, esses autores contribuíram para o surgimento da terceira forma de definição dos mercados, através da Sociologia Econômica e do que se convencionou chamar de mercado como construção social.

De acordo com Steiner (2006, p. 3), a sociologia econômica surge, no começo do século XX, como um mecanismo para aproximar as teorias econômicas e sociológicas, de forma a assumir uma postura crítica no tocante à teoria econômica fundada “no comportamento de um agente econômico não socializado, onisciente e movido unicamente pela busca do ganho máximo”, concernente a uma abordagem que privilegia as mediações sociais para explicar os fenômenos econômicos, contrapondo-se à visão da economia clássica. Portanto, como explica Ferreira (2003, p. 3), o objeto da sociologia econômica é de natureza socioeconômica, centrada no “mercado de trabalho, na teoria das redes e na teoria das organizações, recorrendo a postulados sociológicos que integram o institucionalismo, a cultura, a antropologia e a história”, que remontam a autores como Weber, Durkheim, Polanyi e Granovetter, mas também foram fortemente discutidas por Pareto, Schumpeter, Halbwachs, Bourdieu, dentre outros (STEINER, 2006).

Karl Polanyi, em seu livro “A grande Transformação”, publicado em 1944, trata da economia de mercado a partir de uma abordagem institucionalista, a qual toma os mercados como resultados de processos específicos e interações sociais, que antecedem as economias capitalistas. Dessa forma, existem mais do que relações econômicas envolvendo o processo de trocas, já que estão ligadas também a um conjunto de fatores sociais que irão variar, conforme as necessidades dos grupos humanos.

Essa abordagem contrapõe-se à definição da economia que é tradicionalmente definida como o estudo da produção, distribuição e consumo (PLEIN, 2016), enquanto que para Polanyi (2000), o elemento da distribuição pode ser organizado em: mercado, que é coordenado através dos preços; a redistribuição, que está arraigada a um processo de organização política em que se organiza o excedente da sociedade, a partir de critérios políticos feitos pelo Estado; e a reciprocidade, baseada em parte na economia doméstica¹⁶.

¹⁶ A ideia da Reciprocidade nas relações econômicas podem ser melhor compreendidas nas obras de Eric Saborin (2013) e de Jacques Godbout (1999).

Sendo assim, segundo Polanyi (2000), para que se possa compreender o mercado, é necessário entender os comportamentos e motivações dos indivíduos nas transações, visto que a economia está “incrustada” ou “enraizada” (*embeddedness*) na sociedade, na qual o sistema econômico encontra-se invariavelmente submerso no social. Portanto, para compreendermos os aspectos econômicos precisamos analisar os fatores políticos e culturais, pois “em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2009, p. 77)¹⁷. À vista disso, o homem não age para salvaguardar o seu interesse individual na posse dos bens, mas sim o seu sistema social, exigências sociais, patrimônio, valorizando os bens materiais até que esses estejam servindo aos seus propósitos, consequentemente, mesmo que os interesses sejam encontrados em graus diferentes nas diversas sociedades, apreende-se que o sistema econômico é dirigido por motivações não-econômicas.

Algumas críticas à Polanyi apontam para o fato de que propõe uma visão dualista da vida como “desenraizada”, ou seja, livre de todo o controle extraeconômico e governada de forma imanente pela oferta e demanda; e “enraizada”, tendo em vista que são relações que estão entrelaçadas em instituições não econômicas e sujeitas a regras não econômicas, como “preço justo” e “salário justo”. Contudo, como explica Schneider (2016, p. 70), “toda a atividade econômica, inclusive aquela do mercado, é permeada por valores e interesses de redes sociais e políticas, mesmo quando esses últimos são usados como mecanismos de exclusão”.

Nos anos 1980, houve uma retomada dessas discussões com Mark Granovetter, remontando a ideia de que a ação econômica é uma forma de ação social; a ação econômica é socialmente situada e não pode ser explicada por motivos individuais; e as instituições econômicas são socialmente construídas (ABRAMOVAY, 2003). Assim, convencionou-se chamar essa proposta, a partir de uma análise estrutural dos mercados de Nova Sociologia Econômica (NSE), a qual toma emprestada de Polanyi¹⁸ a noção de que as relações econômicas estão enraizadas (*embedded*) nas relações sociais, porquanto não se pode interpretá-las como sendo elementos independentes (GRANOVETTER, 2007).

¹⁷ Visto que existem relações sociais por trás das organizações mercantis, temos que pensar essas categorias como tipos ideais no sentido de Weber.

¹⁸ Alguns autores supõem que a noção de *Embeddedness* foi tomada emprestada de Karl Polanyi (1957), segundo o qual a Economia está inserida em instituições econômicas e não econômicas. Contudo, Granovetter recusa a perspectiva estabelecida por Polanyi (1980) entre sociedades tradicionais, com economia embutida, e modernas, com economia autônoma. Mas, segundo o próprio Granovetter, o conceito não teve relação com a teoria desse autor, visto que o contato com a obra ocorreu tempos depois de sua formulação (SCHNEIDER, 2016).

Em seu livro “As estruturas sociais da economia”, Bourdieu (2000) discute a noção de *embeddedness* desenvolvida por Polanyi, reforçando a ideia de que é necessário pensar qualquer prática humana como sendo econômica e como um fato social total no sentido de Marcel Mauss. Por esse motivo, o mercado, a demanda e a oferta devem ser concebidos como uma construção social, um tipo de artefato histórico, do qual somente a história pode dar conta e, por sua vez, analisada como campo econômico, associada ao conceito de *habitus*, capital e interesse. Portanto,

(...) a noção de campo marca a ruptura com a lógica abstrata da determinação automática, mecânica e instantânea do preço em mercados entregues a uma concorrência sem limites: é a estrutura do campo, isto é, a estrutura da relação de força (ou relação de poder) entre as empresas, que determina as condições em que os agentes são levados a decidir (ou negociar) os preços de compra (de materiais, do trabalho, etc.) e os preços de venda – vemos que, invertendo totalmente a imagem que temos do “estruturalismo”, concebido como uma forma de “holismo” implicando a adesão a um determinismo radical (...) (BOURDIEU, 2000, p. 242).

Dessa forma, tece uma crítica a teorias econômicas clássicas e teoria das redes de Granovetter que julga serem incapazes de ligar com fatores estruturais. Para isso, propõe estudar os mercados através de seu quadro analítico, associado ao conceito de campo, contrapondo-se à visão atomística, mecanicista e interacionista. Para Bourdieu, essas análises são importantes por se tratarem de uma sociologia relacional, mas o problema é que Granovetter não considera o peso das estruturas do campo sobre os agentes. Então, quando se tem uma análise de redes do mercado, os atores são vistos como atores sem constrangimentos estruturais.

Contudo, apesar de algumas críticas ao modelo desenvolvido por Granovetter, sua teoria tem sido trabalhada nas pesquisas em desenvolvimento econômico voltada aos estudos rurais dentro de uma abordagem mista, contemplando as interações entre forças locais e externas nos processos de desenvolvimento, bem como atores envolvidos nessas redes (KAGEYAMA, 2008).

2.2.1 Contribuições da Sociologia Econômica para a compreensão dos Sistemas Alimentares Alternativos

Recentemente, observamos uma tendência à valorização do que se convencionou chamar de “Sistemas Alimentares Alternativos (SAA)” ou “Redes Agroalimentares

Alternativas (RAA)” cuja gênese das pesquisas data-se dos anos 1990 a 2000¹⁹. O crescimento dessas redes está relacionado à crise dos Sistemas Alimentares Convencionais, cujo modelo de produção agroalimentar segue a tendência de uma economia de mercado desenraizada das relações sociais, uma economia cada vez mais internacionalizada visando ao lucro, com alimentos pouco nutritivos, oferecendo riscos à saúde humana, além disso, é caracterizado por possuir longas cadeias produtivas com nenhuma ou pouca interação entre produtor e consumidor e, no seu conjunto, torna quase impossível a sobrevivência de agricultores que não estão integrados nesse sistema.

Diante disso, os Sistemas Alimentares Convencionais são descritos por Le Velly (2017), apresentando as seguintes características: modos de produção racionalizados e estandardizados, com forte utilização de produtos químicos e nenhuma preocupação com o meio ambiente; cadeias dominadas por grandes empresas alimentícias e de distribuição; modos de consumo estão pouco preocupados e/ou conscientes das condições de produção e comercialização. Entretanto,

Atualmente, segundo muitos, estamos testemunhando um crescimento impressionante de uma variedade de novos circuitos de produção e comércio de alimentos que se situam fora do modelo de agricultura convencional. [...] O surgimento de novos circuitos alimentares em economias de agricultura globalizada deve ser visto no contexto de uma série de mudanças fundamentais ao longo dos diferentes elos da cadeia agroalimentar. (RENTING et al., 2017, p. 30).

Assim, a literatura mais recente aponta para uma mudança no padrão de consumo da sociedade nos últimos anos, principalmente no que se refere à preferência do consumidor, que devido aos fluxos contínuos de “escândalos alimentares” procedentes da agricultura convencional, tem buscado alimentos alternativos voltados à produção ecológica, ambiental, bem-estar animal e também a valorização de produtos locais.

Isto posto, as RAAs são definidas por Renting et al. (2017, p. 28), como um “termo amplo para abranger redes emergentes de produtores, consumidores e outros atores que incorporam alternativas ao modo industrial mais padronizado de abastecimento alimentar”. No mesmo sentido, para Le Velly (2017, p. 33, tradução nossa²⁰), os SAAs são definidos como “o conjunto de atores e modalidades de organização da produção, comércio e consumo

¹⁹ Segundo Le Velly (2017), esses termos são mobilizados nas pesquisas, conforme as perspectivas disciplinares ou preocupações teóricas dos autores, mas em todos os casos, o foco está nas mesmas características. Portanto, intercalaremos os usos dos termos, conforme a perspectiva teórica abordada pelos autores citados na discussão.

²⁰ “(...) l’ensemble des acteurs et des modalités d’organisation de la production, des échanges et de la consommation concourant à l’alimentation humaine” (LE VELLY, 2017, p. 33).

que contribuem para a alimentação humana”. Consequentemente, nos SAAs, estão incluídas as empresas agroalimentares, os distribuidores e os consumidores, bem como, o agronegócio, o governo, as organizações de desenvolvimento agrícola, de ensino e pesquisa.

Tais perspectivas consideram três principais objetos de análise: o primeiro refere-se à “agricultura biológica; uma segunda linha de pesquisa trata do estudo do “comércio justo” como uma alternativa ao comércio convencional das *commodities* agrícolas; e por fim, os “Circuitos Curtos de Proximidade”, que remetem às relações diretas estabelecidas entre produtor e consumidor de uma mesma região e, como os anteriormente citados, também é visto como um modelo de agricultura alternativa visando contrapor-se à crise da agricultura convencional.

Em termos conceituais, a abordagem dos Sistemas ou Redes Agroalimentares Alternativas, por vezes, confunde-se com as Cadeias Agroalimentares Curtas de Abastecimento que, segundo Schneider e Gazola (2017, p. 12), podem ser definidas como

(...) expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor em construir novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada não apenas em critérios de preços, mas também em valores sociais, princípios de significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais. Nesse sentido, a definição de cadeias curtas resgata uma dimensão central das economias de proximidade e de escopo que se refere ao papel da geografia e da interação entre espaço e atividade econômica.

Os autores complementam afirmando que a cadeia de valor é caracterizada por uma gama de atividades que “acrescentam valor a um produto (mercadoria ou serviço) ao longo das diferentes fases de produção, visando atender às demandas dos consumidores” (SCHNEIDER; GAZOLA, 2017, p. 11). Nessa perspectiva, ao discutir as cadeias curtas de valor, o pesquisador está privilegiando o processo de interação dos produtores e consumidores juntamente com as novas formas de gestão e inovação dos produtos, enquanto que nos estudos das Redes Agroalimentares, o que está em jogo são as redes sociais e os aspectos de consumo relacionado como um ato político, sempre tomando por base a dicotomia estabelecida entre o alternativo e o convencional.

Com base no que foi discutido, vemos a relação entre produtores e consumidores como um dos principais elos de aproximação entre os Sistemas Alimentares Alternativos e a sociologia econômica, através de conceitos como “confiança”, “*Embeddedness*” e local (*place*), os quais são considerados como os princípios organizativos dos SAAs, estando no centro dos debates acerca das novas formas de produção e consumo (CASSOL, 2013).

Nesse sentido, apropriamo-nos do debate proposto pela sociologia econômica quanto à construção social de mercados para discutirmos a respeito dos Circuitos Curtos de Comercialização, cujas definições abrangem propostas como “circuitos de proximidade” (AUBRI; CHIFFOLEAU, 2009) ou “circuitos locais” (MARECHAL, 2008), buscam reforçar outras dimensões para compreender os circuitos curtos, tais como a proximidade geográfica, a ligação entre produtor e consumidor, considerando o aspecto social/relacional, os processos de desenvolvimento local e a territorialização da alimentação.

Seguindo essas características, Aubry e Chiffolleau (2009) identificaram os circuitos curtos como toda venda direta (face a face) ou indireta, que requer proximidade geográfica, participação ativa do consumidor e apenas um intermediário (que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um mercado local). Contudo, Darolt et al. (2016) fazem uma crítica, afirmando que o número de intermediários não deve ser uma questão única e prioritária nessa definição.

Em uma abordagem sociocultural, tem-se *Short Food Supply Chain* (SFSC), que podem ser traduzidas como Cadeias Curtas de Abastecimento Alimentar, em que Marsden et al. (2000) apontam alguns critérios que definem essa relação entre produtor e consumidor, são elas: a capacidade de redefinir a relação entre o produtor e o consumidor, privilegiando a origem do produto alimentar; socializar e localizar o produto com o propósito de gerar vínculo com a propriedade; tentativas de combinar novos tipos de oferta e demanda; a busca pela construção da qualidade; e um destaque para as relações entre consumidor e produtor, cheia de valores e significados, ultrapassando os limites das trocas econômicas de um produto em si. Essas características aludem a uma conexão existente entre consumidor e produtor de alimentos, permitindo que o consumidor associe-se com o lugar de produção e, potencialmente, os valores das pessoas envolvidas e os métodos de produção empregados. Embora considerada importante, a distância percorrida pelo produto não é o ponto primordial nesse conceito.

Com base nessa definição, os mesmos autores identificaram três tipos de relações em SFSC, a saber: relação “face a face”, privilegiando a interação pessoal e relações de confiança; a “proximidade espacial” cujos alimentos são produzidos e distribuídos na sua região de origem e o consumidor tem conhecimento da natureza “local” desse produto; por fim, “a extensão espacial”, no qual valor e significado envolvidos no processo de produção e relativos ao local em que foi produzido são traduzidos ao consumidor, a partir de informações

dispostas nas embalagens do produto, como por exemplo, através do processo de garantia da qualidade (certificação). Assim, os autores apresentam como elementos importantes, nesse contexto, os parâmetros organizativos (produtores e consumidores), fatores culturais transmitidos pela confiança e a valorização do mercado local.

Ferrari (2011), ao estudar a feira livre em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, demonstra como os agricultores familiares que acessam essas feiras fazem uso de relações sociais e redes interpessoais para construir novas iniciativas de mercados locais, os quais são mantidos a partir do enraizamento (*Embeddedness*) de valores sociais nas relações econômicas.

Outra dimensão, referente às características dos circuitos curtos, diz respeito à qualidade dos alimentos, pois como explica Marsden et al. (2000), o produto ao ser ofertado deve ser diferenciado partindo do princípio de que assim ele se tornará mais escasso no mercado. Nesse sentido, o padrão de qualidade irá tratar-se da forma como o produto é oferecido ao consumidor, comunicando a qualidade, a fim de convencê-los a pagar melhores preços.

Cassol (2013) aponta para duas categorias definidoras de qualidade, são elas: qualidade atribuída ao produto e ao lugar de produção ou produtor, o qual remete ao lugar de produção (condições naturais, tradições culturais) ou processo de produção (artesanal, tradicional, etc.); e qualidade definida em termos de produção alimentar e consumo relacionado a bioprocessos, voltados à multifuncionalidade da agricultura, com alimentos mais saudáveis, que levam em conta o bem-estar dos animais, a não utilização de agroquímicos, tendo como representantes principais produção orgânica e agroecológica. No entanto, a autora acrescenta que as fronteiras entre essas definições, por vezes, se confundem.

Steiner (2006) faz uma discussão sobre a noção Polanyiana de Mercados fictícios, os quais denomina de “mercados especiais” por tratar-se de um mercado onde bens essenciais à vida são considerados como mercadorias. Portanto, a partir da sociologia econômica, explica que os mercados alternativos funcionam na lógica dos “mercados especiais”, pois neles são encontradas representações cognitivas e práticas ligadas à qualidade do alimento e proximidade entre produtor e consumidor, características essas que vão distanciando-se na medida em que são acessados mercados mais convencionais.

Portanto, ao estudar os mercados agroalimentares, com destaque aos circuitos curtos de comercialização, é imprescindível compreender a noção de *embbededness* e redes sociais.

Vale ressaltar que priorizamos, nesta análise, a dimensão social proposta por Polanyi e Granovetter, havendo outras abordagens que tratam de análises, a partir das dimensões políticas, culturais etc.

2.2.2 *Embeddedness* e análise a partir das redes

A noção de *embeddedness* discutida por Granovetter (2007) contrapõe-se à tradição utilitarista e substancialista ainda vigente na época. A primeira pressupõe um comportamento racional a partir do qual aqueles que negociam em mercados competitivos são indivíduos intercambiáveis desprovidos de relações sociais; enquanto que a visão substancialista, representada por Polanyi, privilegia uma perspectiva de imersão ligada a uma “economia moral”. Ambas aceitam a ideia de um rompimento da imersão suscitada pela modernização. Já para Granovetter, esse nível de imersão (*embedded*) é mais baixo em sociedades não reguladas pelo mercado, em que a mudança desse nível foi bem menor com a modernização do que outros autores supunham.

A NSE surge como uma crítica direta à corrente teórica da Nova Economia Institucional (NEI), cujos principais autores são Ronald H. Coase, Douglass C. North e Oliver E. Williamson. A obra de Williamson (1973), intitulada *Markets and Hierarchies*, defende a tese de que as relações entre os atores (referindo-se principalmente às organizações) e os processos econômicos exigem a necessidade de poder centralizado e hierarquizado para evitar conflitos, desconfiança, má-fé e oportunismo (BOVO, 2014). Consequentemente, para Williamson, analisar os comportamento e instituições imersas na sociedade “podem ser melhores compreendidas como o resultado da busca de interesses próprios por indivíduos racionais, mais ou menos atomizados” (GRANOVETTER, 2007, p. 4)²¹.

A partir disso, Granovetter (2007) tece uma crítica à noção do homem subsocializado, ou seja, o homem econômico, atomizado, representado pela tradição utilitarista da economia clássica e neoclássica; e o supersocializado, que seria o homem sociológico, supersensível às opiniões dos outros, com normas e leis internalizadas por meio da socialização. Da mesma

²¹ Na Nova Economia Institucional (NEI), os autores também consideram as dimensões sociais, entretanto, o conceito de imersão não aparece, dado que são trabalhados os conceitos de coordenação e governança (SCHNEIDER, 2016).

forma, Granovetter toma como inapropriado os argumentos neoclássicos e o individualismo metodológico²² para tratar do quadro institucional das transações econômicas.

Uma análise proveitosa da ação humana implica que evitemos a atomização implícita nos extremos teóricos das concepções sub- e supersocializadas. Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais (GRANOVETTER, 2007, p. 9).

Portanto, o mercado não se refere ao estabelecimento de relações abstratas entre oferta e demanda ou entre atores atomizados, mas sim um conjunto de relações imbricadas em redes concretas de relações sociais. Para tanto, remete a questão da confiança como uma característica das relações e não dos atores individuais (FERRARI, 2011).

A Nova Economia Institucional caracteriza o mercado como empresa, já para Granovetter uma empresa é hierarquia, mas também é caracterizada por uma rede de relações. Essa seria a polaridade da análise econômica tradicional, na qual Granovetter (2007) propõe uma terceira via que não alude nem a mercado nem a hierarquia, trata-se então das redes, haja vista, que o “argumento da imersão enfatiza, por sua vez, o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou “redes”) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé”. Nessa lógica, “as redes de relações sociais penetram irregularmente e em diferentes graus nos vários setores da vida econômica” (GRANOVETTER, 2007, p. 12). Ademais, Raud-Mattedi (2005, p. 72) destaca que a importância da tese da imbricação desenvolvida por Granovetter tem os méritos de

1) sublinhar a importância das mediações sociais nos fenômenos econômicos – o que é uma característica fundamental da Sociologia Econômica; 2) permitir ligar o ator e a estrutura social, ou seja, relacionar o nível micro e o nível macro; e 3) possibilitar uma utilização proveitosa dos dados estatísticos. [...] Granovetter teve o grande mérito de desmistificar o mercado anônimo dos neoclássicos, além de desenvolver uma ferramenta genuinamente sociológica de análise dos fenômenos econômicos: a rede como mediação social.

Desse modo, Granovetter propõe uma análise de redes sociais para compreender o mercado, pois como explica Steiner (2006, p. 77), a rede “é um conjunto de atores ligados por uma relação”, haja vista que o mercado é entendido como “lugar abstrato de articulação de agentes, em que o fato econômico é um fato social” (STEINER, 2006, p. 106).

²² Os quais caracterizam as instituições como resultados eficientes de indivíduos racionais perseguindo seus interesses pessoais (HUAULT, 1998).

Vale ressaltar que existem diversas perspectivas da análise de redes, aquelas vistas com uso metafórico; como técnica de pesquisa através de um *software* de análise de redes; e por fim, um estudo a partir de uma compreensão teórico-epistemológica. Este último aspecto é o que nos interessa nesta pesquisa, o qual é mobilizado por diversos autores das Ciências Sociais, da antropologia à sociologia, da ciência política à economia, invocando a imagem de conexão entre indivíduos ou organizações (SMITH-DOERR; POWELL, 2005).

Em sua pesquisa sobre a procura de emprego, o autor evidencia como as redes sociais intervêm na qualidade da mediação social, tendo em vista que o emprego resulta de informações obtidas por intermédio das relações pessoais, identificadas em três redes principais: a rede familiar, de amizade e profissional. Como resultado, enunciou sua hipótese da importância da “força dos laços fracos” nessa mediação, pois ela permite identificar a relação entre as redes e o papel estratégico da posição de atores, que também são pautadas na confiança, portanto, facilitaram o acesso dos executivos ao posto de trabalho correspondente ao seu perfil (GRANOVETTER, 1983; STEINER, 2006).

A partir dessa abordagem de mercados como construção social, baseando-se na noção de *embeddedness*, e na análise de redes sociais, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas com esse aporte teórico, a fim de se estudar os mercados agroalimentares, em especial, os Circuitos Curtos de Comercialização. Como um exemplo da importância dessas relações sociais de confiança, Cassol (2013), em sua pesquisa sobre as Redes Agroalimentares Alternativas na Feira do Produtor em Paço Fundo (RS), discute essas redes como uma nova forma de estruturar as relações de produção e consumo, cujas relações de confiança são forjadas pelos atores sociais no interior desse espaço, em que agricultores familiares e consumidores compartilham valores sociais e culturais que se assentam sobre a imersão (*embeddedness*) de valores econômicos nas relações sociais.

Portanto, para Ferrari (2011), entender as relações sociais que envolvem esses sistemas agroalimentares é uma das principais questões para a distinção entre cadeias curtas e cadeias convencionais, já que em estudos agroalimentares o que tem sido destacado é o caráter socialmente imbricado das redes “alternativas”.

Nesse debate, destacamos a construção social de mercados alternativos por agricultores urbanos e periurbanos, cuja dinâmica de surgimento difere-se em muitos aspectos daquela agricultura praticada no meio rural, pois fazem parte de um ecossistema urbano, na qual sua atividade possibilita a reprodução social de suas famílias e o acesso dos

consumidores dos centros urbanos a alimentos locais, mais frescos, de melhor qualidade e, por vezes, mais baratos, além da possibilidade de estabelecer relações de proximidade e confiança entre produtor e consumidor, e preservação de espaços verdes.

2.2.3 A promessa de diferença dos circuitos curtos de comercialização: proximidade, realocização, preços e intermediários

Um elemento comum a todos os conceitos discutidos é a presença do que Le Velly (2017) chama de uma promessa de diferença dos circuitos curtos. Ou seja, as diferentes versões dos SAAs apresentam uma promessa de diferença em relação aos sistemas convencionais, que envolvem um ou mais dos seguintes elementos: obtenção de preços mais justos ao produtor; a realocização e a ideia de proximidade, com a presença de consumidores reflexivos (*consum'atores*), tornando-os responsáveis por transformar a realidade dos que produzem o alimento. Contudo, para o autor, essas noções devem ser problematizadas, a fim de romper com a dicotomia entre ambos os sistemas, entendendo as limitações dos sistemas alternativos, sem abrir mão de sua importância.

Le Velly (2017), embasado na abordagem da Sociologia da Ação (Jean-Daniel Reynaud) e na Sociologia dos Agenciamentos Mercantis (Michel Callon), discute a respeito da oposição existente entre alternativo e convencional, pensados como mundos à parte. Com base nessa ideia, o autor demonstra que produtores em sistemas alternativos também participam dos sistemas convencionais, a exemplo de quando compram insumos de grandes distribuidores, ainda assim, alguns trabalhos apontam tensões generalizadas nas relações entre ambos os sistemas.

A partir desse debate, propôs-se a analisar o papel conjunto das ideias e a estruturação da ação coletiva em SAAs com base nas noções de “projeto” e “atividades regulatórias”, entendendo por “regulação” o estabelecimento de regras escritas (leis, regras, contratos); os dispositivos técnicos (equipamentos, instrumentos de gestão); relações sociais estabilizadas (clientes, parcerias); palavras e discursos (ordens dadas, argumentos avançados); e acordos sobre a forma de fazer e de avaliar (rotinas, convenções), enquanto que o “projeto” é definido

como “as razões e as finalidades que um grupo se dá para justificar sua existência e dirigir sua ação” (LE VELLY, 2017, p. 32, tradução nossa)²³.

Tanto o convencional quanto o alternativo têm formas específicas de regulação e relações sociais entre humanos e objetos, com determinados tipos de agenciamentos (CALLON, 2017). Além disso, existe a ideia de um projeto que possui um elemento cognitivo. Ainda assim, há uma diferença entre o projeto de um sistema alternativo e a realidade de sua implantação.

Essas ideias são imprescindíveis para se pensar os limites das teorias apresentadas anteriormente, já que as pesquisas recentes têm demonstrado que analisar um sistema de comercialização envolvendo agricultores familiares é mais complexo e amplo, sendo imprescindível um olhar atento às suas especificidades e características locais.

Assim, com base nessa proposta, o autor discute a promessa de diferença dos circuitos curtos, referente à ideia de proximidade, envolvendo a reciprocidade existente entre produtor e consumidor e realocização agroalimentar; a promessa de eliminação ou redução do número de intermediários no processo de comercialização; e a promessa de preços sempre justos para consumidores e produtores.

Os mercados de proximidade, conforme explica Sabourin (2013, p. 8), caracterizam-se pela “complementaridade entre os atores, a intercomunicação, a sociabilidade e a preocupação com a subsistência”²⁴.

Le Velly (2017), a fim de pensar a “alternatividade” sem aderir à ideia de uma dicotomia, privilegia o estudo da “promessa de diferença” imbricada nas pesquisas e nas organizações promotoras dos sistemas alternativos. No caso dos circuitos curtos, uma das promessas de diferença apontadas pelo autor é a ideia de um “novo paradigma”, insistindo na aberração dos circuitos longos, remetendo à responsabilidade do consumidor; evocam, também, a realocização das fontes alimentares como estratégia de autoproteção, em que o local é apresentado como um espaço autônomo de resistência para produção de alimentos alternativos. Isso implica em uma relação direta dos consumidores com os produtores de alimentos, entre as organizações envolvidas (associações, cooperativas) e a noção de proximidade territorial.

²³ “(...) les raisons et les finalités qu'un collectif se donne pour justifier son existence et pour orienter son action” (LE VELLY, 2007, p. 32).

²⁴ A subsistência não é entendida como nível de consumo mínimo, mas como preocupação que cada um tenha os meios para suprir suas necessidades (SABOURIN, 2013).

A proximidade nos circuitos curtos remete ao conceito de “reciprocidade”, pois no processo de comercialização de produtos agropecuários, os agricultores familiares e suas organizações apresentam vários tipos de interfaces, que permitem uma coabitação entre a reciprocidade e a troca (SABOURIN, 2013; LE VELLY, 2015), são elas:

A articulação regulada pelo encontro físico direto entre produtor e consumidor no caso da venda direta ou nas feiras ou dos dispositivos manejados pelos produtores (ou entre consumidores e produtores); a mediação qualificada dos corretores ou ainda dos dispositivos de comércio justo e solidário ou dos dispositivos de qualificação/certificação dos produtos quando respeitam as regras da reciprocidade e se institucionalizam em estruturas de reciprocidade ternária; as políticas públicas de regulação dos mercados quando instauram quotas (BARTHÉLEMY e NIEDDU, 2002), preços garantidos, compras públicas ou mecanismos de comércio solidário (SABOURIN, 2013, p. 25).

Assim, apresenta-se a venda direta caracterizada pela proximidade entre o produtor e o consumidor, gerando vínculos entre eles. Essa reciprocidade binária, caracterizada pela relação face a face, ou seja, uma relação de troca a partir do contato direto entre o consumidor e o produtor, gera valores afetivos, como: sentimento de amizade, de reconhecimento mútuo ou valores étnicos de fidelidade e de respeito (SABOURIN, 2013). Algumas pesquisas em feiras livres no Brasil têm estudado esses novos espaços de sociabilidade e reforçado a promessa de diferença dos circuitos curtos.

Quanto às feiras livres, para além de uma definição configurada nas trocas econômicas existentes nesses espaços, alguns autores têm demonstrado que as relações sociais de reciprocidade e confiança estão fortemente presentes nesses ambientes (SACCO DOS ANJOS et al., 2005). Portanto, as feiras são espaços de sociabilidade, os quais envolvem valores morais e sociais que estão além da esfera econômica.

Cassol (2013) aponta para outro aspecto importante das feiras livres, ou seja, são espaços de encontro entre as pessoas oriundas do meio rural e aquelas residentes no meio urbano, recriando vínculos entre a sociedade e a agricultura através desses atores. Com isso, há um resgate de valores relativos aos alimentos locais e tradicionais dos territórios. Sendo assim, são estabelecidas redes de relações no sentido de Granovetter (2007) entre produtores, consumidores, mercadoria e natureza.

Ferrari (2011), ao estudar a feira livre em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, concluiu que esse sistema permite o fortalecimento da produção e comercialização local, a diversificação dos produtos oferecidos; e quanto ao papel desempenhado pelos consumidores, afirma que

(...) os consumidores, como compradores persistentes e fieis, ajudam a construir um mercado face a face com fortes valores da tradição e da cultura, que se alicerça não somente via *marketeness*, mas também em relações de confiança, respeito e reciprocidade (FERRARI, 2011, p. 142).

Essa ideia reforça a responsabilidade do consumidor transformar-se em um *consum'ator* (LE VELLY, 2017), justificada pelo aumento na procura por alimentos com características locais, artesanais e técnicas diferenciadas de produção, despertando nos consumidores a contribuição econômica e social que engloba a compra de produtos da agricultura familiar (DILL et al., 2014). Nessa mesma perspectiva, Cordeiro (2014) afirma que se trata de um espaço que transcende a esfera das trocas comerciais, oportunizando experiências de intercâmbio cultural e aprendizagem coletiva na interface entre os universos urbano e rural. O mesmo ocorre em cadeias curtas controladas socialmente por organizações de produtores ou pelas cooperativas de consumidores.

Mas chamamos a atenção para a visão encantada das feiras livres, ainda predominante na literatura sobre o tema, em que as relações de reciprocidade e confiança sobrepõem-se às demais redes de relações construídas nesses espaços, como a da própria troca mercantil.

Em outro sentido, em um espaço onde não há relação direta com os consumidores, como no caso dos circuitos curtos com presença de intermediário ou das políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), existe a possibilidade de uma intermediação pautada na reciprocidade ternária pelo interconhecimento, através de informações sobre o produtor ou da qualidade do produto (MARSDEN et al., 2000; SABOURIN, 2013).

Roman et al. (2011) destaca a possibilidade de se fazer venda direta sem a proximidade com o consumidor, a exemplo das vendas realizadas pela internet na França que, segundo ele, podem ser qualificadas como circuitos curtos, devido ao número reduzido de intermediários.

Considerando as relações sociais imbricadas nesse processo de comercialização, Le Velly e Dubuisson-Quellier (2008) alertam que esse relacionamento não é necessariamente distante, como em cadeias longas, mas também não é necessariamente de proximidade, visto que variam de acordo com os modos de organização e as opções tomadas pelos grupos que investem nela dado o caráter complexo dessas trocas, a depender também dos vários mercados existentes.

Ademais, os conceitos que abarcam a ideia de proximidade também estão associados ao território, passando pela identificação dos atores, suas relações de pertencimento a um dado espaço que remetem a uma ideia de identidade e em um sentido mais amplo, está relacionada ao local, isto é, região onde o alimento é produzido, evocando, nesse caso, a realocização da economia e valorização dos recursos locais.

Desta forma, Le Velly (2017) alerta para a necessidade de pensar nas atividades de regulação que envolve o processo de comercialização, chamando atenção para a regulação alternativa e a convencional. Assim, Le Velly e Dubuisson-Quellier (2008) sugerem analisar os circuitos curtos como espaços híbridos, não no sentido de um grande compartilhamento entre circuitos longos e curtos, mas a partir das atividades de regulação que, por sua vez, “podem depender de relações de oposição, mas também das relações de coabitação e relações mais simbióticas” (LE VELLY, 2017, p. 40, tradução nossa)²⁵, permitindo haver um *continuum* que varia de nenhum compromisso, para uma cooperação aprofundada, passando por uma coabitação não conflituosa²⁶.

Assim, existe uma diferença entre o projeto e a sua execução, pois a promessa de diferença com relação à proximidade dos circuitos curtos varia de acordo com fatores como: grau de organização desses mercados; objetivos; processo de territorialização; regras formais e informais relativas ao projeto de implantação desses mercados e sua regulação; dentre outros.

Em uma crítica ao paradigma da realocização, Lamine (2015, apud DINIS; CERDAN, 2017, p. 266) observa que

[...] apesar de o paradigma da realocização estar associado na literatura com os sistemas agroalimentares alternativos, propondo relações mais próximas entre agricultura e alimento, que favorecem o meio ambiente, ele não necessariamente garante uma reconexão entre agricultura e alimento, uma vez que as práticas agrícolas e alimentares são geralmente consideradas de forma assimétrica, além de não considerar as interdependências existentes nos sistemas agroalimentares, e nem a diversidade de atores e instituições, pois o foco da ideia de realocização estaria na

²⁵ “(...) les activités de régulation alternatives et conventionnelles peuvent entretenir des rapports d’oppositions mais aussi des rapports de cohabitation et des rapports plus symbiotiques” (LE VELLY, 2017, p. 40).

²⁶ As relações de oposição existem quando em um SAA os beneficiários atendidos precisam estabelecer novas relações, novas regras formais, dispositivos técnicos, novas rotinas, a fim de substituir alguns padrões que antes estavam em vigor. A coabitação pode ser explicada quando existe uma adaptação na forma de produzir dependendo das exigências do mercado, levando a um padrão de regulação mais alternativo ou mais convencional. E por fim, a simbiose, com a presença de intermediários que têm por função estabelecer os elos entre a produção e o consumo. Em vista disso, esses circuitos podem estar articulados com outras modalidades de comercialização, fazendo uso de um amplo leque de esquemas de funcionamento.

relação direta entre produtor e consumidor e em atores alternativos. (DINIS; CERDAN, 2017, p. 266).

Nessa perspectiva, a realocização deve considerar, além da relação direta entre produtor e consumidor, as instituições e atores que intermediam todo esse processo. Em consequência, analisar os níveis e tipos de intermediação nesse processo torna-se fundamental para compreender o papel da realocização, haja vista que existem uma série de alternativas de distribuição de alimentos do produtor ao consumidor.

Uma das características dos circuitos curtos mais discutida refere-se à presença de, no máximo, um intermediário no processo de comercialização. Portanto, dentre as promessas desses circuitos, está o estabelecimento de uma relação mais direta possível com os consumidores com o propósito de evitar que os intermediários comerciais enriqueçam à custa dos produtores (LE VELLY, 2017), buscando, com isso, um total rompimento com a lógica convencional da troca mercantil.

Contudo, duas questões merecem atenção, uma delas é o papel do intermediário no processo de produção e de comercialização e uma segunda questão é a dependência dos agricultores familiares e redução de sua autonomia.

Quanto ao papel do intermediário, podemos citar uma pesquisa realizada por Viegas et al. (2017), os quais discutiram a respeito dos diferentes canais de comercialização acessados por agricultores da região da Grande Florianópolis (Santa Catarina), a partir de uma perspectiva de produção agroecológica e orgânica. Dentre eles, estão as feiras e sacolões com venda direta, lojas e supermercados com a presença de dois ou mais intermediários. Nessa perspectiva, existem casos em que o aumento no número de atravessadores – seja individual ou através de centrais organizadas –, proporcionaram maior liberdade ao agricultor na definição do que produzir e onde vender. Assim, mesmo em circuitos “não tão curtos” de comercialização, “se mediados por uma forma adequada de reunião e distribuição de itens como uma cooperativa, por meio de mais um intermediário, podem valorizar os princípios agroecológicos” (p. 382).

Desse ponto de vista, Craviotti (2017), ao estudar o mercado de leite na Argentina, posiciona os intermediários como parte importante no processo, haja vista que o que está em jogo não é somente a apropriação da mercadoria produzida pelo agricultor a preços baixos, mas também o fornecimento de serviços – como insumos, alimentos, transporte etc. –, necessários para a reprodução desses enquanto agricultores familiares. Ademais, existe uma

insegurança por parte dos agricultores familiares em ingressarem em novos mercados, parte por conta dos laços já desenvolvidos com os atravessadores e parte por conta da regularidade na venda de seus produtos. Portanto, a figura do intermediário varia, segundo a localização e as condições da infraestrutura de acesso aos mercados.

Em suma, a assimetria de poder entre produtor e intermediário possibilita que este último defina as condições da transação. Como um produtor de 300 litros de produção diária nos sintetizou: *a questão de um pequeno produtor como nós é que você sempre deve vender. Bom preço, preço ruim ... todas as semanas.* (E1, 2012) (CRAVIOTTI, 2017, p. 175, tradução nossa)²⁷

Não obstante, a segunda questão apresentada remete à dependência que é gerada quando a comercialização fica limitada à intermediação de uma ou mais pessoas ou organizações, reduzindo a autonomia do agricultor. Segundo Sabourin (2007), entende-se por autonomia o produtor que passa pela diversificação do acesso aos consumidores, através de canais de venda direta, na roça, nas feiras, em cooperativas ou grupos de consumo.

Para Chayanov (PLOEG, 2016, p. 9), “embora a unidade de produção camponesa esteja condicionada e seja afetada pelo contexto capitalista em que funciona, não é diretamente governada por ele”. Nesse sentido, para Ploeg (2008), a autonomia permite a construção de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, condicionada tanto pela interação dos produtores com os recursos naturais quanto das redes de relações sociais aos quais estão inseridos e de outros atores que fazem parte dos mercados em circuitos curtos.

O acesso aos mercados convencionais forma uma das estratégias usadas pelos agricultores para garantir sua reprodução social, contudo, muitos trabalhos apontam para a articulação entre diferentes mecanismos de comercialização, que perpassam pela valorização de produtos locais das comunidades rurais, circulando por circuitos diferenciados de comércio, privilegiando a reconexão entre agricultores e consumidores. Além disso, evidencia-se a articulação com as políticas públicas, enfatizando as ações de inclusão produtiva, os programas de compras públicas e as políticas de desenvolvimento territorial (SILVA et al., 2017). De modo geral, em todos os casos analisados acima, percebe-se que os mesmos agricultores que participam dos circuitos curtos também participam dos sistemas convencionais (LE VELLY, 2017).

²⁷ “En definitiva, la asimetría de poder entre productor y acopiador posibilita a este último fijar las condiciones de la transacción. Tal como nos sintetizaba un productor de 300 litros de producción diaria: el tema de un productor chico como nosotros es que tenés que vender siempre. Buen precio, mal precio... todas las semanas. (E1, 2012)” (CRAVIOTTI, 2017, p. 175).

Um terceiro aspecto trata-se dos preços praticados pelos agricultores familiares participantes dos circuitos curtos, os quais são determinados, em geral, pela lógica do sistema convencional, pois não consideram os custos de produção e transação envolvidos no processo produtivo. Assim, são definidos com base nos preços externos, geralmente dos mercados públicos e supermercados. Vale ressaltar que a venda em circuitos curtos não caracteriza preços menores ao consumidor, pois no contexto europeu, por exemplo, os preços dos produtos em venda direta podem ser mais elevados do que os da grande distribuição (TREILLON, 2016).

Os preços externos podem não ser vantajosos para o produtor rural, visto que a produção em larga escala, tal qual dos produtores convencionais, tendem a ter custos reduzidos devido ao volume de insumos que é comprado em maior escala de produção. É o caso de alguns produtos vendidos no Mercado do João Paulo localizado no município de São Luís (Maranhão), disputando com os produtores locais que, em menor proporção, abastecem esse mercado com hortaliças. No entanto, muitos agricultores não conseguem vender sua produção, devido à concorrência com os preços dos produtos vindos de outros estados, como Ceará e Bahia (SOARES, 2015).

Em outro aspecto, Rétière (2014), ao estudar vários mercados acessados pelos agricultores de Piracicaba, no estado de São Paulo, constatou que diversos mecanismos são acionados para a formação de preços a depender do mercado no qual os produtores estão inseridos. Cita o exemplo da feira livre de Presidente Epitácio, na qual não há controle de preços por instituições fiscalizadoras, mas ainda assim há certa paridade entre as bancas de vendas, principalmente em períodos em que o aumento da oferta de determinados produtos os faz baixar os preços. Para mais, devido à relação pessoalizada nas feiras livres, é possível a negociação direta entre produtor e consumidor. Em outro sentido, têm-se os varejões municipais nos quais os preços são controlados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEMA), a partir de cotações realizadas em estabelecimentos do comércio atacadista. Nessa perspectiva,

(...) para os muitos produtores envolvidos simultaneamente em vários tipos de circuitos, é uma questão de garantir uma forma de “coerência” na determinação de seus preços – para usar um termo que muitas vezes ouvimos sobre esse assunto. Esta abordagem é adotada, por exemplo, em pontos coletivos de venda diretos onde a regra geralmente exige que os membros produtores apliquem preços de venda

idênticos aos que exigem em mercados abertos ou na fazenda (LE VELLY; DUBUISSON-QUELLIER, 2008, p. 3, tradução nossa)²⁸.

Ainda existem os preços definidos pelo intermediário e pelas políticas públicas como o PAA e PNAE. No primeiro caso, alguns produtores perdem sua autonomia frente aos preços baixos impostos a eles, principalmente quando são dependentes dos atravessadores. No segundo caso, os preços estabelecidos pelas políticas públicas são definidos com base nos preços do mercado, o que pode ser considerado vantajoso ou não pelo agricultor (BRAGA, 2013).

Segundo Le Velly (2017), não existe uma ruptura e sim a criação de certos modos de operação de canais já existentes para dar forma a circuitos mais híbridos, articulando mecanismos próprios dos circuitos longos com outros mecanismos definidos localmente.

Essa discussão permite compreender as dinâmicas existentes entre os mercados acessados por agricultores urbanos e periurbanos, problematizando os conceitos que caracterizam um circuito curto, bem como identificando o caráter híbrido das atividades de regulação em torno do acesso a esses mercados, remetendo às teorias anteriormente apresentadas.

²⁸ “(...) pour les nombreux producteurs qui sont simultanément engagés dans plusieurs types de circuits, il s’agit d’assurer une forme de « cohérence » dans la détermination de leurs prix - pour reprendre un terme que nous avons souvent entendu à ce sujet. Cette démarche est adoptée par exemple dans les points de vente directe collectifs où la règle veut généralement que les producteurs-adhérents pratiquent des prix de vente identiques à ceux qu’ils demandent sur les marchés de plein air ou à la ferme” (LE VELLY; DUBUISSON-QUELLIER, 2008).

3 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: breve contextualização da Aglomeração Urbana de São Luís (MA)

Antes de compreender as implicações da produção e comercialização praticadas na Comunidade Rural do Cinturão Verde, precisamos lançar um olhar mais amplo, a fim de estabelecer um perfil desses estabelecimentos agropecuários localizados na Microrregião (MRH) da Aglomeração Urbana (AU) de São Luís (MA)²⁹, à qual o Cinturão Verde faz parte. Essa MRH concentra o principal mercado consumidor do estado do Maranhão e apresenta diferentes circuitos de comercialização – feiras, supermercados, mercados institucionais - acessados por esses agricultores familiares.

A Aglomeração Urbana de São Luís é composta pelos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa. No interior desses municípios, em maior ou menor medida, vivem famílias que garantem sua reprodução através da realização de atividades agrícolas, pecuárias e extrativas, morando em pequenas comunidades, localizadas principalmente nos entornos das zonas urbanas de cada um desses municípios. Nesse caso, além de produzirem para subsistência, também têm papel importante no abastecimento do mercado local.

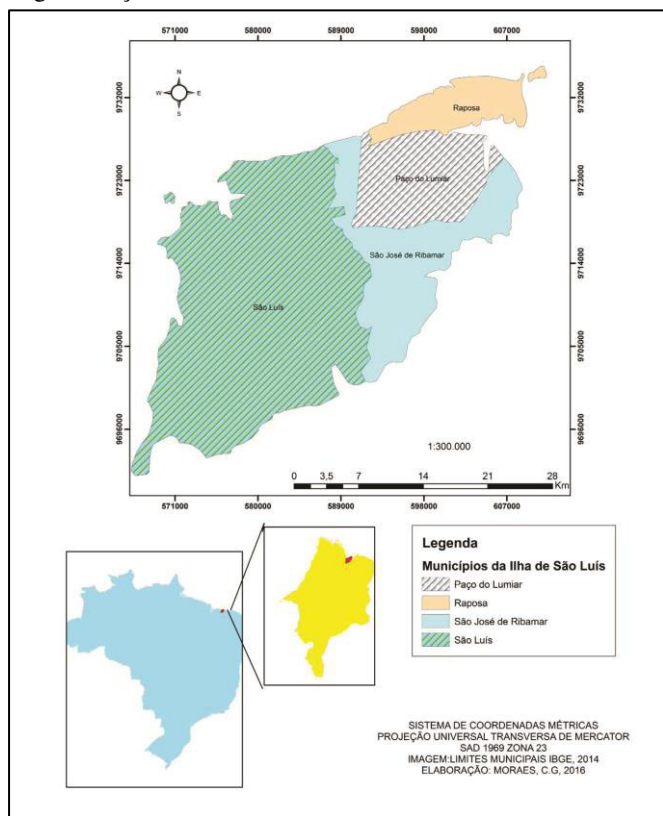
3.1 Agricultura urbana na Aglomeração Urbana de São Luís (MA)

A Aglomeração Urbana de São Luís (mapa 2) está localizada no estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil, com uma população estimada de 1.421.569 habitantes e densidade demográfica de 927,11 hab/km². É composta por quatro municípios, dentre os quais, destaca-se São Luís (1.091.868 habitantes), o mais populoso e capital do estado, vindo a seguir os municípios de São José de Ribamar (176.418 habitantes), Paço do Lumiar (122.420 habitantes) e Raposa (30.863 habitantes) (IBGE, 2017)³⁰.

²⁹ Segundo a Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, em seu art. 2º, item I, aglomeração urbana é definida como “a unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas” (BRASIL, 2015, não paginado).

³⁰ São dados estimados para o ano de 2017, com base no recenseamento realizado no ano de 2010.

Mapa 2 - Mapa de localização geográfica da MRH da Aglomeração Urbana de São Luís



Fonte: GOMES (2016)

De acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a população da microrregião da AU de São Luís era majoritariamente urbana – aproximadamente 1.091.717 habitantes – enquanto a rural era composta de 217.613 habitantes, correspondendo cerca de 16,6% do total. Contudo, quando analisamos os municípios que integram essa microrregião, observamos um importante diferencial, pois, enquanto o município de São Luís possui apenas 5,6% da população vivendo no meio rural, os outros municípios apresentam percentuais bem mais elevados, caso de Paço do Lumiar (24,9%), Raposa (36,7%) e São José de Ribamar (79,9%) (IBGE, 2010).

Com isso, grande parte da produção agrícola é realizada nos polos rurais³¹ localizados na região periurbana do Aglomerado Urbano de São Luís, mas também é possível encontrar experiências de agricultura intraurbana, como constata Gomes (2016), ao citar um produtor de hortícolas diversas e de produção orgânica localizado no bairro Turu (imagem 1), cuja venda

³¹ Áreas específicas de cultivo coletivo e com condições apropriadas para o plantio, tais como áreas irrigadas.

é realizada diretamente ao consumidor, em que este solicita a cesta de produtos via celular e a recebe em sua residência ou busca na área de produção.

Imagem 1 - Área de agricultor urbano localizada em espaço intraurbano de São Luís



Fonte: Gomes (2016)

3.2 Uma breve caracterização das atividades da agricultura periurbana na Aglomeração Urbana de São Luís

De acordo com dados do último censo agropecuário do IBGE, existiam cerca de 3.500 estabelecimentos agropecuários na Aglomeração Urbana de São Luís, ocupando uma área total de 11.003,00 hectares. A maioria desses estabelecimentos encontrava-se na faixa de mais de 0 a menos 5 hectares que, apesar de representarem 76,6% do número total, ocupavam somente 18% da área total (tabela 1).

Tabela 1 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários, segundo os grupos de área total, na Microrregião da AU de São Luís - 2006

Grupos de Área Total	Número de Estabelecimentos		Área dos Estabelecimentos	
	Nº	Em %	Nº	Em %
Mais de 0 a menos de 5 ha	2.685	76,6	1.393	18,0
De 5 a menos de 10 ha	67	1,9	423	5,5
De 10 a menos de 20 ha	47	1,3	627	8,1
De 20 a menos de 50 ha	26	0,7	666	8,6
De 50 a menos de 100 ha	18	0,5	1.264	16,4
De 100 a menos de 200 ha	10	0,3	1.382	17,9
De 200 a menos de 500 ha	6	0,2	1.969	25,5
Acima de 500 ha	3	0,0	X	X
Produtor sem área	642	18,3	X	X
Total	3.504	99,9	7.724	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Nota: De acordo com o IBGE, “os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados” sendo destacados com a letra X.

Ainda de acordo com os dados do censo agropecuário de 2006, esses estabelecimentos obtiveram uma receita total de cerca de R\$ 34.563,00 mil reais que, como pode ser visto no quadro abaixo, se concentrava nos estratos de mais de 0 a menos de 5 hectares (50,88%) e nos produtores sem área (23,82%) (tabela 2).

Tabela 2 - Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano (Mil Reais) segundo os principais tipos de produção e Grupos de área Total, na Microrregião da AU de São Luís - 2006

Grupos de Área Total	Produtos vegetais	Produtos Animais	Agroindústria	Total
De 0 a menos de 5 ha	12.238,00	2.434,00	488,00	17.586,00
De 5 a menos de 10 ha	704,00	276,00	X	2.104,00
De 10 a menos de 20 ha	513,00	259,00	X	1.582,00
De 20 a menos de 50 ha	324,00	622,00	X	1.065,00
De 50 a menos de 100 ha	194,00	28,00	11,00	238,00
De 100 a menos de 200 ha	253,00	X	-	3.153,00
De 200 a menos de 500 ha	399,00	X	X	401,00
Produtor sem área	7.256,00	879,00	97,00	8.235,00
Total	22.064,00	7415,00	607,00	34.563,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Em termos do tipo de atividades desenvolvidas, a horticultura destaca-se como a atividade que gera o maior volume de receita, respondendo por cerca de 78% do valor total da receita obtida pelos estabelecimentos com produtos de origem vegetal (tabela 3). Considerando a distribuição da atividade hortícola, o mesmo quadro mostra que ela encontra-se concentrada nos estabelecimentos de 0 a menos de 5 hectares (53,87%) e no dos produtores sem área (37,78%).

Tabela 3 - Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano (Mil Reais) segundo os tipos de produção vegetal e os grupos de área total, na Microrregião da AU de São Luís – 2006

Grupos de Área Total	Lavoura Permanente	Lavoura Temporária	Horticultura	Outros*	Total
De 0 a menos de 5 ha	1.219,00	1.354,00	9.952,00	634,00	13.101,00
De 5 a menos de 10 ha	282,00	192,00	261,00	23,00	758,00
De 10 a menos de 20 ha	176,00	38,00	270,00	51,00	540,00
De 20 a menos de 50 ha	112,00	27,00	214,00	X	352,00
De 50 a menos de 100 ha	22,00	193,00	56,00	X	273,00
De 100 a menos de 200 ha	18,00	103,00	141,00	X	263,00
De 200 a menos de 500 ha	X	X	X	X	610,00
Produtor sem área	-	504,00	6.979,00	89,00	7.535,00
Total	1.830,00	2.600,00	18.472,00	827,00	23.613,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Nota: *A rubrica “Outros” inclui a somatória do valor da produção da Floricultura, Agroindústria e, em menor medida, Extração Vegetal e Silvicultura.

Do ponto de vista dos produtos de origem animal, a atividade com maior importância para a geração de receitas é a da avicultura, respondendo por 55,50% do total das receitas obtidas, concentrando-se nos grupos de área de 0 a menos de 5 hectares (51,49%) e no de 5 a menos de 10 hectares (15,83%). Depois da avicultura, destaca-se a criação de animais de médio porte (29,40%), de grande porte (9,48%) e a criação de pequenos animais (5,65%).

Tabela 4 - Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano (Mil Reais) segundo os tipos de produção animal e os grupos de área total, na Microrregião da AU de São Luís – 2006

Grupos de Área Total	Grande Porte	Médio Porte	Pequenos Animais	Avicultura	Total
De 0 a menos de 5 ha	682,00	614,00	431,00	3.616,00	5.380,00
De 5 a menos de 10 ha	161,00	88,00	52,00	1.112,00	1.413,00
De 10 a menos de 20 ha	101,00	27,00	8,00	978,00	1.114,00
De 20 a menos de 50 ha	187,00	50,00	X	497,00	773,00
De 50 a menos de 100 ha	X	X	X	3,00	38,00
Produtor sem área	53,00	33,00	121,00	813,00	1.019,00
Total	1.201,00	3.720,00	716,00	7.022,00	12.659,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Um último indicador refere-se ao total de pessoas ocupadas nas atividades da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura na microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, informação obtida a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010. De acordo com esses dados (tabela 5), o total de pessoas, de dez anos ou mais ocupadas nas atividades do setor primário, que envolve as rubricas acima descritas, era de 17.279, o que corresponde a 3,10% do total ocupado. Desagregando essa informação para os municípios que integram a Aglomeração Urbana de São Luís, observamos que a importância do setor primário é maior no município da Raposa, com 30,79% do total ocupado, que tem na pesca sua principal atividade econômica e no município de Paço do Lumiar (7,47% do total) (tabela 5.1). Contudo, em termos absolutos, é o município de São Luís que ocupa o maior número de pessoas de dez anos ou mais no setor primário (17.279 pessoas), com destaque para as atividades da Agricultura e da Pecuária.

Tabela 5 - Número de pessoas de dez anos ou mais de idade ocupadas, segundo a seção de atividade do trabalho principal, na Microrregião da AU de São Luís (2010)

Seção da atividade do trabalho principal	Paço do Lumiar	Raposa	São José de Ribamar	São Luís	AU São Luís
Agricultura e Pecuária	2.809	1.192	1.555	6.934	12.490
Produção Florestal	67	0	45	246	358
Pesca	294	1.648	1.081	1.372	4.394
Aquicultura	7	0	11	19	37
Ocupados no setor primário	3.177	2.840	2.692	8.571	17.279
Total de Pessoas Ocupadas	42.511	9.223	62.968	442.152	556.854

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010)

Tabela 5.1 - Número de pessoas de dez anos ou mais de idade ocupadas, segundo a seção de atividade do trabalho principal, na Microrregião da AU de São Luís – Em % (2010)

Seção da atividade do trabalho principal	Paço do Lumiar	Raposa	São José de Ribamar	São Luís	AU São Luís
Agricultura e Pecuária	6,60	12,92	2,46	1,56	2,24
Produção Florestal	0,15	0,00	0,07	0,06	0,06
Pesca	0,69	17,86	1,71	0,31	0,78
Aquicultura	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00
Ocupados no setor primário	7,47	30,79	4,27	1,93	3,10
Total de Pessoas Ocupadas	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010)

Dentro da ocupação na agricultura e pecuária, duas atividades destacam-se de forma mais pronunciada, em termos da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais, de acordo com os dados de 2010, a horticultura (2.018 pessoas) e a avicultura (1.285 pessoas)³², o que coincide com os dados anteriores, sobre o valor da produção acerca das principais fontes de receitas para os agricultores periurbanos da AU de São Luís.

3.3 Principais Políticas Públicas voltadas para a AUP na Aglomeração Urbana de São Luís (MA)

As políticas públicas direcionadas à agricultura urbana e periurbana em São Luís ainda mostram-se tímidas, quando consideramos o mercado consumidor local e, indo além, quando as pesquisas demonstram que cerca de 80% de todo produto consumido na capital advêm de outros estados do país, demonstrando a crise do abastecimento de alimentos no Maranhão.

³² De acordo com esses dados, elaborados a partir da Tabela 3594 do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), a horticultura e a avicultura ocupavam o maior número de pessoas levantadas pelo Censo Demográfico de 2010, só perdendo para a rubrica “Lavoura não especificada” que, como o próprio nome indica, trata-se de uma atividade que não é possível identificar.

Dessa forma, a AUP entrou na agenda política dos governos através da construção de Planos e projetos cujo objetivo era o fortalecimento da agricultura local através do incentivo à produção e comercialização.

3.3.1 Quando a AUP entrou na agenda política do município de São Luís

No estado do Maranhão, as políticas voltadas para a agricultura familiar sempre foram negligenciadas pelo poder público, passando pelo período mais crítico quando, nos anos 90, houve a extinção da Empresa Maranhense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) pelo governador Edison Lobão (1991-1994), seguido de um desmonte de órgãos de apoio à agricultura no estado pela, até então governadora, Roseana Sarney (1994 – 1997/1997-2000).

Nesse mesmo período, no município de São Luís, ocorreu uma situação inversa, pois a questão do fomento da agricultura familiar ganhou importante apoio nas gestões dos prefeitos Jackson Lago (1989-1993 / 1997 – 2000 / 2000 – 2003) e Conceição Andrade (1993 – 1996). Com isso, contrariamente ao estabelecido no restante do estado, os problemas relativos à produção e abastecimento de alimentos em São Luís entraram na pauta do poder público, corroborando para a elaboração de diagnósticos e formulação de políticas públicas voltadas para os produtores rurais do município.

Portanto, nesse período citado, foram apresentadas e desenvolvidas importantes ações públicas para o fortalecimento da agricultura familiar periurbana, caso do Plano Municipal de Produção e Abastecimento em São Luís, lançado em 1993 e o Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento (CINPRA), anunciado em 1997.

Durante o governo da prefeita Conceição Andrade (1993/1996), foi desenvolvida uma importante política de apoio à produção e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros no município de São Luís, através da execução do Plano Municipal de Produção e Abastecimento. Esse Plano de fomento à produção foi elaborado e desenvolvido pela Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMPAB), com o objetivo de aumentar a participação dos produtores municipais na oferta dos alimentos consumidos em São Luís, com ações nas áreas de agricultura, pecuária de pequeno porte, pesca artesanal, agroindústria, avicultura, apicultura, extrativismo vegetal e artesanato. (SOUSA, 1998).

Entre as linhas de atuação do Plano, citamos o Programa de Apoio à Produção (PAP), a partir do qual houve o incentivo à compra de terras para constituição de Polos de Produção Agrícola, a fim de incentivar a produção de alimentos no município, como explica Sousa (1998, p. 33):

Como estratégia estabeleceu-se a parceria técnica e financeira com os órgãos públicos e privados, com destaque para as universidades e, complementarmente foi adotado como metodologia o modelo de Polos Integrados de Produção que correspondem à área territorial dos povoados e neles são implantadas as infraestruturas básicas requeridas e via financiamento concedido pelo Fundo Especial de Produção e Abastecimento (FEPA), são financiados os núcleos de produção, priorizados através de seleção com as comunidades, levando-se em consideração as micro-vocações dos polos e os requerimentos do mercado consumidor.

Portanto, nesse período, foram lançados os primeiros polos de produção da zona rural que, em 1997/2000, teve sua continuidade na gestão do prefeito Jackson Lago, proporcionando uma infraestrutura básica que atendesse aos interesses desses pequenos produtores rurais, tais como: estradas, energia, postos de saúde, cursos de capacitação ao produtor rural, assistência técnica, equipamentos, implementos agrícolas e maiores aportes de recursos financeiros para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade e os preços desses produtos, tanto para o produtor como para o consumidor (IRINEU et al., 2005). Vale acrescentar que, em 1998, foi criado o polo do Cinturão Verde, através da compra subsidiada por alguns programas do governo, como por exemplo, o programa Cédula da Terra, que depois seria substituído pelo Crédito Fundiário, os quais serão abordados no próximo capítulo.

Por intermédio desse programa, os agricultores familiares recebiam assistência técnica e apoio à comercialização de seus produtos, como o transporte subsidiado e a criação de feiras livres em vários bairros da cidade, permitindo que os produtores inseridos nesse processo vendam os alimentos diretamente no mercado, diminuindo assim o papel desempenhado pelos atravessadores³³. Silva (1995 apud SOUSA, 1998) tece uma crítica ao PAP e à ausência de reflexo na comercialização ocorrido, devido à falta de planejamento quanto às culturas implantadas nos polos, a qual implicou em uma grande oferta de determinados produtos no mercado e ausência de outros.

³³ Contando, também, com a presença de produtores dos outros municípios próximos, tais como: Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa.

Outra linha de atuação do Plano refere-se ao Programa de Apoio à Comercialização cujo objetivo era o aumento da capacidade de oferta de produtos hortifrutigranjeiros nas feiras livres e mercados de São Luís através de dois principais projetos: Projeto de Incentivo às Feiras Livres e Projeto de Melhorias e Ampliação de Feiras e Mercados (SOUSA, 1998).

O Projeto de incentivo às feiras livres foi pensado como uma forma de reduzir a dependência dos produtores aos atravessadores; oferecer preços aos consumidores até 30% mais baixo que o mercado convencional; difundir a produção local da ilha de São Luís, haja vista que, em pesquisas realizadas na época, havia sido constatado que cerca de 80% de todo produto comercializado nos centros de abastecimentos da cidade (CEASA e João Paulo) advinham de outros estados. Assim, partiu-se para o estabelecimento de feiras em vários bairros do município de São Luís, as quais ainda se mantêm em funcionamento.

Entretanto, conforme pesquisa desenvolvida por Sousa (1998), na feira livre noturna do mercado da COHAB, foi possível perceber uma incompatibilidade entre o projeto e a realidade de sua execução no que tange às feiras livres de São Luís, gerando algumas críticas no decorrer do tempo, sem negligenciar seu caráter inovador no processo de comercialização.

A primeira questão apontada em seu trabalho refere-se aos preços estabelecidos pela SEMPAB, com participação da Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros de São Luís (PROHORT), devendo ser 30% menor que aquele dos produtos encontrados nos supermercados. As implicações desses preços relacionados aos mercados convencionais podem não ser vantajosas ao produtor, quando existe uma grande oferta de alimentos, acarretando em venda de produtos abaixo do custo de produção.

Outro fator é quando a feira não possui uma grande movimentação de consumidores, havendo baixo volume de vendas. Ademais, a ausência de produtores envolvidos nesse processo de definição de preços levanta muitos questionamentos sobre os locais de coleta. Os preços também variam no decorrer da feira, ficando menores ao final, para que retornem às suas casas com menor volume possível de sobras³⁴.

Um segundo aspecto é a presença de atravessadores nas feiras livres, os quais são citados em três momentos: o primeiro refere-se aos vendedores de importados presentes nas feiras, ou seja, aquelas pessoas que comercializam produtos adquiridos na CEASA ou Mercado do João Paulo e que não são produtores rurais; o segundo é relativo àqueles que não

³⁴ Não ficou claro, nesta pesquisa, o processo de fiscalização dos preços praticados, mas de acordo com os depoimentos destacados, os produtores não seguem completamente a tabela com os preços de comercialização, principalmente quando concorrem com outros feirantes não produtores, que vendem produtos importados.

possuem banca na feira, mas levam produtos para serem comercializados nesses espaços, aumentando a concorrência com os demais feirantes; e o terceiro que a autora cita como os atravessadores que vendem aos próprios produtores, a fim de completarem a cesta de alimentos e atenderem às exigências dos consumidores, contudo, isso gerou uma dependência e abandono da feira por alguns agricultores devido a dívidas contraídas. Essa situação contradiz o objetivo proposto no Programa de Apoio à comercialização, o qual preconiza:

(...) apoiar os pequenos produtores da região metropolitana de São Luís na comercialização direta de seus produtos, libertando-os da rede de intermediação à qual estão subordinados e possibilitando ao consumidor um preço justo, tendo como instrumento básico as feiras livres e as Unidades de Abastecimento da SEMPAB. (SOUSA, 1998, p. 57).

Outro ponto destacado pela autora foi a presença de um ônibus oferecido pela prefeitura de São Luís para transportar os agricultores e seus produtos às feiras da cidade. No entanto, na prática, alguns optavam por fretar carros com a justificativa de que os ônibus no início do Projeto eram pontuais e com menos pessoas, mas no decorrer do tempo, passaram a chegar atrasados e não comportar o volume de mercadorias e produtores. Apesar disso, alguns produtores declararam que o apoio foi crucial para o desenvolvimento da atividade e acesso ao mercado consumidor.

Como vimos em Le Velly (2017), existe uma diferença entre a concepção de um projeto e a realidade de sua execução, o que se tem em comum é a promessa de diferença pautada nesses sistemas alternativos em relação ao sistema convencional, conforme observamos nos objetivos propostos pelo Plano Municipal de Produção e Abastecimento, principalmente quanto à proposição de preços justos aos consumidores e produtores e, redução do intermediário na comercialização. Embora o projeto visasse à alternatividade no processo de comercialização, muitos produtores combinavam canais de abastecimento e comercialização múltiplos, levando-nos ao entendimento do que Le Velly explicou como a ambiguidade do projeto que, por vezes, se apresentam contraditórios.

Em entrevista ao Coordenador de Produção Agropecuária da SEMAPA, na segunda gestão do Prefeito Edvaldo Holanda Junior (2017-2020), observamos a não continuidade de grande parte dos projetos propostos pelo Plano e o principal motivo apresentado trata-se da prioridade dos prefeitos que assumiram posteriormente, com pouco investimento na agricultura praticada em São Luís. Atualmente, a SEMAPA atua com dois Programas, “Assistência Técnica e Extensão Rural” e “Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar”,

os quais estão alinhados a três eixos, os quais são: Produção Agropecuária; Inspeção Sanitária de origem vegetal e animal; e Comercialização.

Os projetos envolvendo ações de assistência técnica e extensão rural são realizados em parceria com o governo estadual, atendendo a Programas como o “Mais Produção” e o “Agropolos”³⁵, haja vista que, segundo o entrevistado, não há recursos suficientes para atender à demanda dos agricultores dos polos de produção, sendo necessárias parcerias para a continuidade das ações.

No tocante à comercialização, a estrutura das feiras livres se mantêm e, atualmente, existe um esforço para criação de outra feira pela cidade³⁶. Apesar disso, houve mudanças na forma de gestão desses espaços, com poucos investimentos diretos por parte da prefeitura municipal. Quanto ao transporte, que antes era oferecido aos produtores para levar os alimentos, no presente, só é utilizado para o deslocamento das barracas que compõem a feira livre³⁷. Além disso, não existe mais um controle de preços, sendo de responsabilidade dos próprios produtores/feirantes essa definição. Quanto aos atravessadores presentes nas feiras livres, ainda é uma realidade que permanece. Além desses, existem os feirantes que vendem produtos importados, mas que possuem seus espaços separados daqueles do produtor.

Dessa forma, as redes de relações estabelecidas, através da parceria entre os governos estaduais e municipais, foram fundamentais para a continuidade das ações da SEMAPA, ainda que de forma deficitária e com prioridades voltadas às demandas estabelecidas pelo estado. Não se trata apenas de relações econômicas sendo estabelecidas nesses espaços, pois como explica Polanyi (2000), para compreendermos os aspectos econômicos, precisamos analisar os fatores políticos e culturais, pois “em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (p. 77).

Um segundo Plano tratou da criação de um Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento (CINPRA), em 1997, durante a gestão do prefeito Jackson Lago. O projeto foi idealizado pelo Secretário Municipal de Agricultura de São Luís, Léo Costa, e ganhou visibilidade através da adesão de, aproximadamente, 13 municípios do Maranhão (CALDAS,

³⁵ Dentre as ações desenvolvidas, estão: distribuição de sementes; distribuição de insumos agrícolas; empréstimo de máquinas e implementos adquiridos pelo governo do estado.

³⁶ A exemplo de uma feira realizada nos shoppings da cidade, a partir de janeiro de 2019, todas as segundas-feiras. A primeira edição dessa feira ocorreu em dezembro de 2018, no shopping da Ilha, em São Luís (MA). Houve também a tentativa de criação de “feiras livre dos agropolos”, em outros bairros de São Luís, mas sem sucesso.

³⁷ Acrescentamos a isso que o Governo do Estado entregou três caminhões refrigerados à SEMAPA, a fim de atender os produtores mais estruturados, que comercializam em redes de supermercados – a exemplo do supermercado Mateus – e que não possuem estrutura adequada para entrega dos produtos.

2003)³⁸. O objetivo do Consórcio foi propor ações conjuntas através de auxílio às secretarias de agricultura dos municípios na elaboração, encaminhamento e acompanhamento de projetos de expansão e diversificação produtiva; constituição de vitrines tecnológicas³⁹; educação de jovens no campo, por meio das Casas Familiares Rurais; projetos de auxílio à produção, dentre outros (CALDAS, 2007).

Essa proposta surgiu, em 1990, quando foi aprovado, pela Assembleia Legislativa do estado do Maranhão, um projeto de lei de autoria do então deputado, Francisco Martins, o qual instituía a região Metropolitana da Grande São Luís, composta pelos municípios de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. No entanto, conforme explica Pires (2015), os prefeitos dos municípios, por receio de perder autonomia ou por incompatibilidade político-partidária, de imediato não aderiram à proposta de metropolização dos quatro municípios. Em 1997, houve a retomada da ideia de metropolização, sendo então proposto pelo prefeito Jackson Lago que a organização da região metropolitana deveria ocorrer na forma de consórcios intermunicipais, através da união dos municípios limítrofes de São Luís, para o enfrentamento das fragilidades de produção e abastecimento do Maranhão na forma de consórcios públicos (PIRES, 2015)⁴⁰.

Essas políticas afetaram conjuntamente a agricultura periurbana na AU de São Luís, proporcionando meios para a reprodução social da agricultura familiar e fomentando a discussão sobre sua importância no abastecimento do mercado local, ainda que momentaneamente. Entretanto, a continuidade desses projetos está atrelada a um ambiente institucional favorável e às parcerias estabelecidas entre os governos locais e estadual.

3.3.2 Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUP) em São Luís

No Brasil, a AUP tomou espaço nos debates públicos, a partir da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), sancionada através da Lei nº 11.346/2006 e mais à frente, em 2010, foi instituída a Política Nacional de Segurança

³⁸ O programa prevê um “pacto pela produção e abastecimento”, em que cada município deve dar uma contrapartida de um fundo mensal correspondendo a 0,5%.

³⁹ São unidades experimentais, a fim de demonstrar aos agricultores a eficiência de algumas tecnologias ou técnicas produtivas.

⁴⁰ Segundo Pires (2015), o CINPRA ainda existe enquanto Projeto, mas tem uma atuação tímida no estado, com pouca relevância no cenário mais geral da agricultura familiar.

Alimentar e Nutricional (PNSAN)⁴¹, chamando atenção para o “fortalecimento da agricultura familiar e da produção urbana e periurbana de alimentos”, apesar de não estar incluído como uma de suas diretrizes.

Em 2009, o Governo Federal, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), criou os Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUP) a serem implantados em todas as regiões, como um “instrumento essencial na mobilização de sujeitos efetivamente envolvidos com as ações e atividades produtivas de agricultura urbana e periurbana (NEVES et al., 2010, p. 28). Dentre os objetivos principais, está o investimento em formação, assistência técnica e doação de insumo para produção.

No município de São Luís, foi desenvolvido um projeto técnico para criação de uma CAAUP visando

(...) aglutinar sinergias entre os diferentes setores governamentais (Universidades, Empresas de pesquisa, Secretarias de Agricultura) e não governamentais (Sindicatos, Associação de Produtores, SEBRAE, SENAR) no sentido de romper os principais gargalos da produção de alimentos nas áreas urbanas e periurbanas da Ilha de São Luís (MARANHÃO, 2009, p. 1).

Esse projeto foi elaborado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sob a tutela da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDAGRO) e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), em parceria com órgãos de pesquisa como a Embrapa e instituições públicas. Teve como público alvo os horticultores da ilha de São Luís, mais precisamente os ligados à Associação dos Horticultores do Jardim São Cristóvão II. Participaram do projeto cerca de 44 famílias para implantação de sistemas de produção com base agroecológica; 900 horticultores através de cursos de capacitação tanto para produção agroecológica quanto comercialização; e indiretamente 45 famílias das comunidades Baixão Grande, Andiroba, Bom Jardim, Coquilho e Mato Grosso.

O referido projeto privilegiou a produção de base agroecológica, buscando melhorar as condições ambientais através da transição de uma agricultura tradicional para uma agricultura sustentável, bem como maior valor agregado aos produtos comercializados. Um dos objetivos era a implantação na UEMA de um Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana, a fim

⁴¹ Instituída pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.

de servir como modelo as demais comunidades rurais que não foram inseridas inicialmente neste projeto.

Contudo, Gomes (2016), em seu trabalho sobre “a multifuncionalidade da Agricultura Urbana e a sua integração no ecossistema urbano da ilha de São Luís”, observou na pesquisa de campo a ausência de resultados contundentes deste projeto realizado pelo Governo do Estado, visto que não houve uma efetiva participação das secretarias estaduais e municipais responsáveis pelo planejamento urbano, demonstrando uma desconexão entre as áreas institucionais de planejamento e execução rural e urbana. Em 2013, o Professor Altamiro Ferraz, coordenador da CAAUP e docente da Universidade Estadual do Maranhão, acessou o edital de Apoio a Projetos de Extensão (AEXT) da FAPEMA, para dar continuidade aos projetos desenvolvidos, tendo sido essa última ação voltada para o projeto da CAAUP em São Luís.

Isso demonstra a necessidade de se estabelecer uma política pública a nível federal e estadual, voltada para a agricultura praticada nos centros urbanos, uma vez que as políticas atuais têm um caráter localizado e de curto prazo, o que não gera grandes mudanças no contexto da agricultura urbana.

3.3.3 Programa Mais Produção e Agropolos

Em 2015, o governo do Maranhão, como parte das ações do SEPAB, coordenado pela SAGRIMA, criou o “Programa Mais Produção” com o objetivo de coordenar ações integradas na agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, no que se refere ao investimento nas principais cadeias produtivas⁴² do estado. Para participar do Programa, os agricultores familiares e as entidades da sociedade civil (associações e cooperativas) devem ser selecionados por meio de chamada pública.

Atualmente, estão sendo trabalhadas nove cadeias produtivas no Maranhão, são elas: arroz; feijão; mandioca; hortifruticultura; leite; carne e couro; ovinocaprinocultura; avicultura (caipira e industrial); aquicultura; e mel. Segundo informações contidas nos sites oficiais do

⁴² Segundo Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015, são definidas “cadeias produtivas” como “um conjunto de etapas consecutivas, ao longo das quais os diversos insumos sofrem algum tipo de transformação, até a constituição de um produto final (bem ou serviço) e sua colocação no mercado. Trata-se, portanto, de uma sucessão de operações (ou de estágios técnicos de produção e de distribuição) integradas, realizadas por diversas unidades interligadas como uma corrente, desde a extração e manuseio da matéria-prima até a distribuição do produto”.

Governo do Estado, o Programa conta com mais de 5,3 mil propriedades cadastradas em 111 municípios (MARANHÃO, 2017a).

Dentre as ações propostas pelo programa, são priorizadas as demandas de cada cultura a ser trabalhada. Na cadeia da hortifruticultura, por exemplo, as ações do governo compreenderam: constituição do Comitê Gestor do Agropolo da Ilha de São Luís; distribuição de Sementes de hortaliças (alface, coentro, cebolinha, rúcula, quiabo, maxixe, couve, pimentão, pepino, melancia, abóbora); distribuição de sementes de frutas (mamão e maracujá); distribuição de 5.000 mil litros de Biofertilizante “verdão” para as 100 Unidades de Referência de Produção (URPs); aquisição de 26 kits de irrigação por aspersão para as URPs do Agropolo da Ilha; aquisição de 01 caminhão para o transporte de hortaliças e frutas das URPs; aquisição de 05 estufas agrícolas, com capacidade de um milhão de mudas/mês. Além disso, é fornecido pela SAGRIMA e/ou SEMAPA um técnico que visita as propriedades uma vez ao mês.

Interagindo com o programa Mais Produção, foi criado o Programa Agropolos, gerido pela SAGRIMA, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Atualmente, cinco agropolos⁴³ estão em funcionamento no estado – na ilha de São Luís, Rio Tocantins, Rio Balsas, Munim e Alto Turi –, com 28 municípios beneficiados. Nos municípios que compõem a AU de São Luís, são mais de 250 propriedades familiares atendidas.

Na Aglomeração Urbana de São Luís, são desenvolvidos projetos voltados à hortifruticultura, com investimento em toda cadeia produtiva que vai do plantio à comercialização. Segundo dados da Sagrima de 2017, existem 125 agricultores urbanos cadastrados no Programa. Desses, 50 estão alocados no município de São Luís e 75 nos demais, sendo 25 agricultores em cada município. Há uma variedade de 31 produtos hortifrutícolas em 49 comunidades cuja área média de produção varia de uma comunidade para outra, a depender da cultura implantada, visto que fruteiras exigem maiores espaços que hortaliças.

Através do Programa Agropolos, o Governo do Estado firmou parcerias com supermercados e sacolões no município de São Luís para escoamento dos produtos dos

⁴³ Segundo Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015, os agropolos são definidos como “espaços geográficos, especializados ou multifinalitários, definidos em uma região de planejamento, no qual produtores rurais, agroindustriais, instituições públicas, privadas e serviços especializados desenvolvem ações de forma sinérgica e integrada, visando fomentar a cultura da inovação e do empreendedorismo, de forma a promover o desenvolvimento sustentável”.

agricultores periurbanos da ilha, entre eles, o Supermercado Maciel, a rede Fribal e uma das maiores redes de supermercado do Maranhão, o Grupo Mateus (imagem 2). Os produtos comercializados nesses supermercados são identificados com o selo do programa e as informações sobre a origem dos produtos.

Imagem 2 - Stand do Programa Agropolos em Supermercados do Grupo Mateus



Fonte: Braga (2018)

No projeto estabelecido para os Programas Mais Produção e Agropolos, damos destaque a duas promessas de diferença que pudemos observar mais claramente no discurso da gestora da SAGRIMA a qual entrevistamos. A primeira trata-se do aumento da produtividade através de investimento em infraestrutura e assistência técnica e a segunda, no tocante ao acesso aos mercados. Segundo a gestora entrevistada, na prática, o programa prioriza os agricultores mais estruturados, com uma produção considerada “regular”, deixando de fora os produtores mais marginalizados, ou seja, aqueles que ainda produzem em áreas menores, com menor escala de produção. Como reflexo, o acesso aos mercados e supermercados parceiros do Agropolos atende somente a uma pequena parcela dos agricultores cadastrados⁴⁴.

Na comunidade Cinturão Verde, existem sete produtores cadastrados no programa, dos quais quatro foram entrevistados durante a pesquisa. Segundo os relatos, eles afirmaram terem visto alguma melhoria na produção, mas insuficiente devido à pouca regularidade da assistência técnica fornecida, cuja frequência é uma vez ao mês. Além disso, são poucos produtores do Agropolos que vendem aos supermercados, sendo a comercialização

⁴⁴ Informações fornecidas pelos gestores do Programa, mas sem dados estatísticos confirmados.

intermediada por uma empresa que, por vezes, complementa a cesta de produtos entregues, com aqueles comprados no mercado convencional.

3.3.4 Programa Mais Feiras

O Programa Mais Feiras é um dos projetos que integra o Departamento de Feiras e Acesso a Mercados da Secretaria de Agricultura Familiar do Maranhão (SAF). Foi instituído em 2015, com o objetivo de fortalecer os circuitos curtos de comercialização através da venda direta de produtos da agricultura familiar.

Dentre os objetivos do programa apontados, citamos a busca pelo fortalecimento da economia local, por meio da geração de postos de trabalhos e da comercialização de alimentos, produtos e insumos produzidos no município; estímulo à organização de associações e cooperativas de agricultores familiares; adequação das famílias e organizações ao ambiente legal da segurança sanitária; melhoria da qualidade das feiras (higiene, estética, informação sobre os produtos, dentre outros aspectos), por capacitação em boas práticas de comercialização (MARANHÃO, 2017b).

Portanto, aos agricultores contemplados pelo Programa Mais feiras, são entregues Kits, contendo barracas (imagem 3), Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), gaiolas plásticas vasadas, caixas de isopor com válvula e balanças eletrônicas digitais com capacidade de 20 kg.

Imagem 3 - Estrutura de barraca doada pelo Programa Mais Feira a agricultores familiares do Maranhão



Fonte: Maranhão (2018)

Até então, já foram beneficiados dois municípios do Programa Mais IDH⁴⁵ e 08 regionais da Agerp, a saber: Codó, Grajaú, Imperatriz (município de Porto Franco), Viana, Chapadinha, Zé Doca e AU de São Luís (atendendo os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís; e a UEMA⁴⁶ que recebe na feirinha da Agronomia os agricultores do Cinturão Verde) (tabela 6).

Tabela 6 - Quantidade de kits feiras entregues na Aglomeração Urbana de São Luís (por ano)

Município	Ano	Quantidade de Kits entregues	Quantidade de Beneficiários/ano
São Luís	2016	18	20
Paço do Lumiar	2017	15	-
São José de Ribamar	2016	10	15
UEMA	2016	10	10

Fonte: SAF (2018)

Esse é um programa que ainda tem uma tímida atuação no estado, bem como na AU de São Luís, por isso não se tem ainda dados concretos sobre seu impacto no processo de comercialização das feiras atendidas. Em entrevista com o coordenador do Programa na Secretaria de Agricultura Familiar, ele destacou que o Mais Feiras atende às demandas que vêm à secretaria, atuando em parceria com as SEMAPAs e outras iniciativas locais, por vezes, organizadas por associações ou cooperativas. Citamos, como exemplo, as barracas doadas para a Feirinha da Agronomia na UEMA e, em novembro de 2018, doadas à Feira livre da Vila Sarney, uma iniciativa da Cooperativa de Agricultores Familiares do Cinturão Verde (COAFACIV).

3.4 Polos de produção agropecuária na AU de São Luís

Como citado anteriormente, a área rural da AU de São Luís é composta, em sua maioria, por polos agrícolas localizados nas áreas periurbanas das respectivas cidades. Em termos absolutos, foi possível identificar a existência de 97 polos de produção agropecuária, dos quais 49,5% (48 polos) estão localizados no município de São Luís, seguido por São José de Ribamar com 25,8%, conforme mostra o quadro 3.

⁴⁵ O Mais IDH é um Plano de Governo que visa à redução da extrema pobreza. Tem atuação prioritária em 30 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

⁴⁶ Ressaltamos que os Kits entregues na AU de São Luís foram solicitados a partir da demanda das SEMAPAs dos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar; da AGERP, no caso de São Luís, para a realização da “feirinha da Agerp”, no bairro do João Paulo; e pela UEMA, para realização da “feirinha da agronomia”.

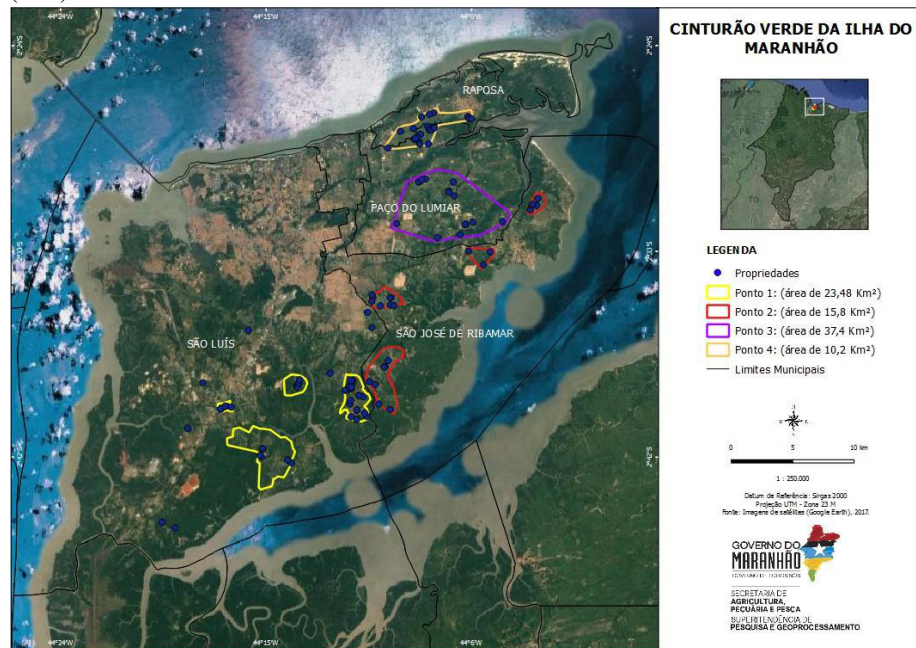
Quadro 2 - Relação dos Polos agrícolas na Aglomeração Urbana de São Luís por município

Município	Polos agrícolas	Quantidade
São Luís	Tajipuru I e II, Coquilho I e II, Conceição, Mato Grosso, Caracueira, Laranjeiras, Murtura, Rio Grande, Cabral Miranda, Assentamento Gisele, Cajupary, Cinturão Verde , Matinha, São Joaquim, Anajatiua, Itapera Polo I e II, Batata, Cassaco, Igarauá, Calembe, Terra do Rumo, Tajaçoaba, Baixão dos Agricultores (São Cristóvão), Quebra-pote, Maracanã, Estiva, Caratatiua, Poeirão, Assentamento Conceição, São José dos Índios, Cajueiro, Parque Sabiás, Vila Maranhão, São Raimundo do Motor, Pedrinhas, Tindiba, Tibiri, Jardim São Cristóvão, Nova República, Novo Horizonte, Maracujá, Ananandiba, Nova Betel, Arraial, Caratativa.	48
Raposa	Vila Boa Esperança, Cumbique, Talita (Pirâmide), Alto da Base, Caura, Itapeua	6
São José de Ribamar	Bom Jardim I e II, Boa Vista da Maioba, Panaquatira, Santa Maria, Santa Mônica, Boa Viagem, Jota Câmara, Sede (Centro, Campina), Vila Julinho, Vila Roseana Sarney, Piçarreira, Mata, São Braz e Macaco, São Paulo, São José dos Índios, Maioba, Sítio do Apicum, Juçatuba, Vila São José, Vila Sarney Filho, Canavieira, Miritiua, Timbuba, Nova Terra	25
Paço do Lumiar	Pindoba, Itapera da Maioba, Mercês, Iguaíba, Parque Thiago, Vila Nova, Multirão, Toari, Maiobão, Vila São José, Nossa Senhora, Paço do Lumiar, Pau Deitado, Mocajituba, Nova Canaã, Mojó, Timbuba e Tendal	18
TOTAL	-	97

Fonte: Gomes (2016) *apud* Ofício nº 11/2016 da Semapa, em 2015; Reis (2017); Secretaria de Agricultura de Raposa (2018).

O Sistema de Informações Gerenciais e Inteligência Territorial Estratégica do Maranhão (SIGITE) elaborou, em 2017, um mapa, a fim de localizar as propriedades familiares cadastradas nos programas governamentais, tais como: Mais Produção e Agropolos (mapa 3). Apesar de não mostrar o total de polos agrícolas existentes na AU de São Luís, podemos perceber a predominância de áreas de produção na região periurbana dos respectivos municípios, com algumas exceções em São Luís e em Paço do Lumiar, com áreas de plantio intraurbana. O mesmo mapa mostra-nos a área total dessas propriedades, no qual temos São Luís com maior extensão territorial (23,48 km²) em relação aos demais municípios, devido ao elevado número de propriedades cadastradas nos programas.

Mapa 3 - Localização dos polos de produção na MRH da AU de São Luís por área (km²)

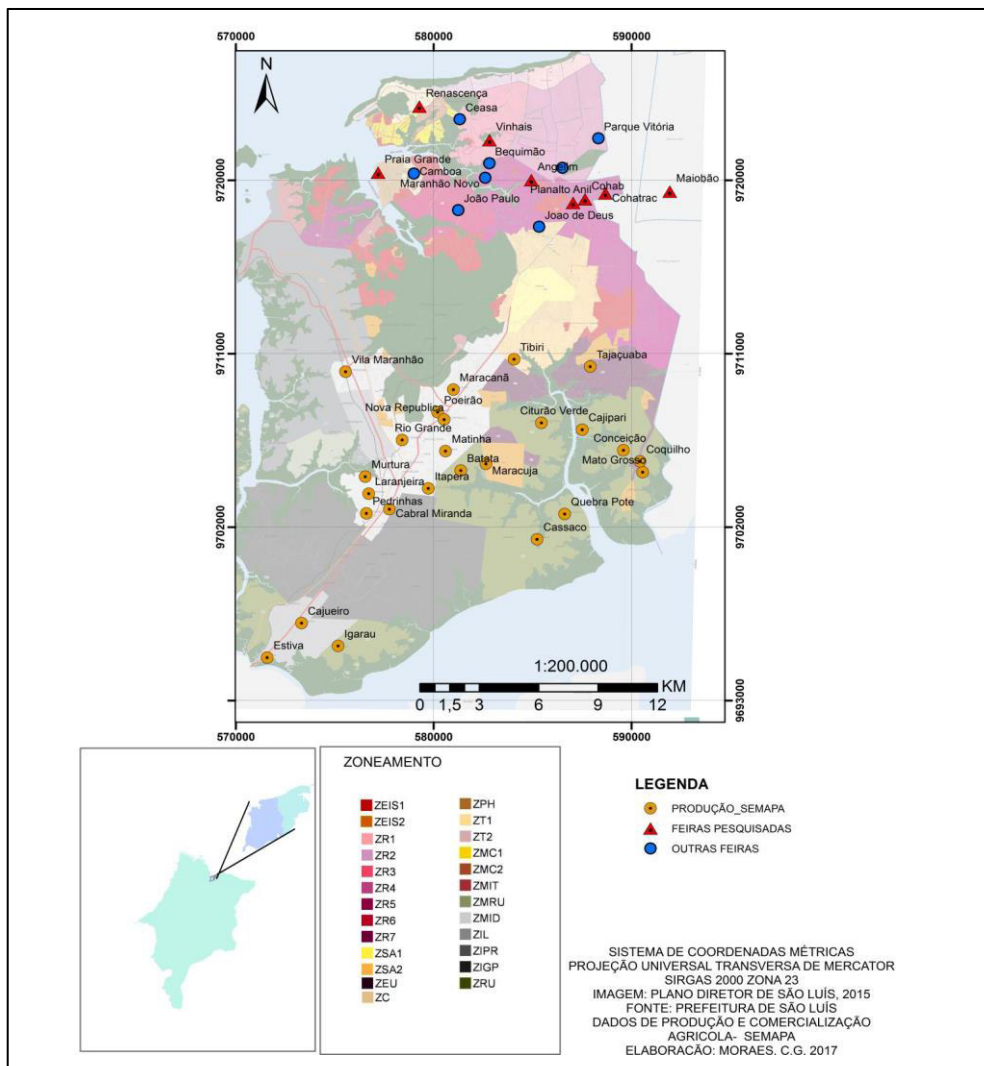


Fonte: SIGITE (2018)

Apesar do município de São Luís apresentar maior concentração de pessoas residindo na zona rural, é o que possui maior quantidade de polos agrícolas, em razão de possuir a maior extensão territorial, em comparação aos demais municípios.

Um aspecto a ser destacado é o local de produção dos alimentos, isto é, na área periurbana da cidade, formando um Cinturão Verde, próximo ao mercado consumidor, localizado na região intraurbana, ou seja, dentro dos bairros mais populosos de São Luís, conforme o mapa 4 nos mostra.

Mapa 4 - Local da produção e comercialização no município de São Luís (MA)



Fonte: GOMES (2016)

3.5 Caracterização dos principais canais de comercialização na Aglomeração Urbana de São Luís

Podemos identificar três principais mercados acessados pelos agricultores da AU de São Luís, a venda nos mercados públicos e feiras livres da cidade; nos mercados institucionais; e no Mercado do João Paulo.

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Agronegócio do Maranhão (INAGRO, 2004), observou-se que ainda existe uma pequena parcela de agricultores que escoam sua produção para mercados particulares, tais como: sacolões, supermercados, mercearias, armazéns ou restaurante. Entretanto, notamos um grande incentivo no desenvolvimento de

Circuitos Curtos de Comercialização (AUBRI; CHIFFOLEAU, 2009), visando reduzir a dependência dos agricultores aos atravessadores, valorização dos produtos locais e melhores preços. Dessa forma, entre os diversos canais de comercialização de hortigranjeiros pesquisados no Aglomerado Urbano de São Luís, observou-se que 75,76% correspondem às feiras (INAGRO, 2004).

3.5.1 Comercialização nos Mercados públicos e feiras livres

A feira livre é apresentada como um dos principais canais de comercialização utilizado para escoar a produção dos agricultores familiares, geralmente realizada periodicamente e em espaços públicos, onde ocorrem trocas comerciais de mercadorias. São caracterizadas como parte de CC, cujo objetivo é propiciar o escoamento da produção agrícola local (PIERRE; VALENTE, 2010).

Nessa perspectiva, na AU de São Luís, encontramos vários circuitos de feiras livres organizados pelas Secretarias Municipais de Agricultura Pesca e Abastecimento (SEMAPAs) dos respectivos municípios ou por iniciativa dos próprios agricultores periurbanos e suas associações ou cooperativas. No entanto, algumas pesquisas também identificaram a presença de produtores rurais comercializando seus produtos nos mercados públicos da cidade, os quais completam sua cesta de alimentos com produtos adquiridos nos Centros de Abastecimentos da cidade (CEASA e Mercado do João Paulo).

Conforme demonstramos, Soares (2015), ao analisar o local de origem dos produtos comercializados em dez mercados públicos do município de São Luís, identificou produtores rurais presentes naqueles localizados nos bairros Cohatrac e Turu e aponta uma média de 28,49% de feirantes que adquirem seus produtos diretamente dos agricultores de São Luís e 30% de agricultores familiares de outros municípios, com destaque para São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar. Em sequência, ao discutir a respeito da aquisição dos alimentos comercializados, 10,6% afirmaram comprar direto do produtor e 24,8% comercializam a produção própria, permanecendo ainda os intermediários, Ceasa e João Paulo, como os principais canais de abastecimento, tendo em vista que os feirantes entrevistados continuam comprando nesses mercados (tabela 7).

Tabela 7 - Origem da aquisição de produtos pelos feirantes de alguns mercados públicos do município de São Luís (MA) (%)

Mercados	Direto do produtor	Intermediários	Ceasa	J. Paulo	Produtor	Mais de um fornecedor
Cohab	12,5	18,75	-	-	6,25	62,5
João Paulo	3,5	6,5	6,5	83,5	-	-
Central	11	48,5	17	14,5	-	9
Vinhais	11	22,5	66,5	-	-	-
Cohatrac	-	53	20	-	-	27
Cidade Operária	-	27,5	54,5	-	18	-
Anjo da Guarda	5	45	5	20	-	25
Liberdade	6	47	-	12	-	35
Praia Grande	25	58,2	-	-	-	16,8
Turu	-	-	50	-	50	-
Média	10,6	36,3	31,4	32,5	24,8	29,2

Fonte: Soares (2015)

O município de São Luís, por ser o maior mercado consumidor da ilha, destaca-se ao receber agricultores familiares das outras cidades, tanto nos mercados públicos, feiras livres, quanto nas feiras organizadas pelas associações de agricultores e órgãos estaduais como a AGERP e SAF, dentre outras. Por conta do recorte dessa pesquisa, não será possível apresentar o perfil de todos os mercados acessados pelos agricultores periurbanos da AU de São Luís. Contudo, segundo dados da SEMAPA apresentados na tabela 8, as principais feiras livres organizadas na capital somam um total de 13, abarcando 109 agricultores dos quatro municípios, com periodicidade que vai da comercialização uma vez na semana à venda em semanas alternadas⁴⁷ (quadro 8).

Quadro 3 - Feiras livres por bairros, periodicidade e número total de produtores em São Luís

Feiras livres	Dia	Total de Produtores
Cohab	Terça-feira	109
Vinhais	Quarta-feira	
Praia Grande	Quinta-feira	
Renascença e Planalto Anil	Sexta-Feira	
Angelim ⁴⁸	Sábado	
Alemanha	Sábados alternados	
Bequimão		
Camboa		
Turu		
Maranhão Novo		
Monte Castelo		
Madre Deus		

Fonte: Elaborado a partir de Gomes (2016)

⁴⁷ Existe um Programa municipal realizado anualmente chamado Programa Feira Livre Itinerante cujo objetivo é levar os agricultores e a estrutura das feiras a vários bairros da capital em um período de 30 dias.

⁴⁸ A Feira do Angelim, denominada Feira São Luís Rural tem um total de 45 produtores participantes.

Gomes (2016), ao analisar as feiras livres geridas pela SEMAPA, tomou como amostra sete feiras, as quais recebem agricultores periurbanos dos municípios de São Luís e de Paço do Lumiar, são elas: feiras livres dos bairros Renascença, Cohab, Vinhais, Praia Grande, Angelim e Planalto Anil, no município de São Luís; e feira livre do Maiobão, localizada em Paço do Lumiar⁴⁹. Essas feiras são divididas em três setores, o de produtos comercializados diretamente por produtores rurais, o de produtos importados – de origem não local –, e pescados e mariscos⁵⁰.

Esse levantamento realizado por Gomes (2016) identificou uma forte presença de atravessadores nas feiras livres, correspondendo a 64% dos feirantes, enquanto que 36% são produtores rurais. Segundo o autor, isso ocorre devido à falta de incentivo governamental, planejamento urbano, bem como problemas referentes à viabilidade da produção agrícola local, como transporte e altos custos de produção.

Quando questionados acerca do local de moradia, 54% dos produtores responderam que moram em Paço do Lumiar, seguidos de 42% em São Luís e 2% com residência em São José de Ribamar. Esses dados demonstram a importância do município de São Luís no escoamento da produção urbana e do município de Paço do Lumiar quanto ao volume de produtos hortifrutigranjeiros para suprir os mercados da capital.

3.5.2 Mercados Institucionais: PAA, PNAE e PROCAF

Os mercados institucionais, representados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribuem para a diversificação da produção e são vistos pelo produtor rural como uma oportunidade a mais de obtenção de renda, pelo fato de serem Programas que objetivam uma ação estrutural de combate à fome e ao mesmo tempo, um mecanismo de apoio à comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar (PLEIN, 2016).

O PAA é uma política inscrita no âmbito da estratégia Fome Zero⁵¹, a partir da proposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), direcionada ao público do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

⁴⁹ Existem 12 feiras livres na cidade de São Luís e 28 mercados públicos, mantidos pela SEMAPA de São Luís.

⁵⁰ Vale destacar que a pesquisa analisada não considerou a venda de produtos, como pescado e mariscos.

⁵¹ O programa Fome Zero foi criado durante o primeiro mandato do Presidente Lula e está subdividido em quatro eixos. O eixo um é tido como o acesso imediato aos alimentos, inclui o Programa Bolsa Família; no eixo

Criado em julho de 2003, conforme o artigo 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Sendo assim, o PAA propõe-se a ser uma ação estruturante, a fim de promover a estabilidade da atividade socioeconômica dos agricultores familiares enquadrados no PRONAF.

O PAA adquire os produtos dos agricultores familiares visando:

(i) o suporte da rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e da rede de instituições socioassistenciais. (ii) a estruturação de circuitos locais de abastecimento; (iii) a formação de estoques para prestar assistência alimentar a populações específicas, populações atingidas por catástrofes e populações escolares em situação de insegurança alimentar. (GRISA; SCHMITT; MATTEI, 2011, p. 35)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado, em 1983, embora o princípio que o norteia tenha sido implementado, desde 1983, com a “Campanha da Merenda Escolar”, durante o governo de Getúlio Vargas. Portanto, o seu objetivo é suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos beneficiários, através da oferta de, no mínimo, uma refeição diária aos estudantes das escolas da educação básica pública (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias que sejam conveniadas com o poder público). A compra dos gêneros alimentícios é de responsabilidade do município e dos gestores das escolas receptoras que, através de chamada pública, cadastram os produtores para a entrega dos produtos com gêneros preestabelecidos a depender da demanda da própria escola, orientadas por um nutricionista.

No decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008, foi instituída a inclusão de recursos do PNAE para aquisição dentro do PAA, com vistas à alimentação escolar. Em sequência, no ano de 2009, foi estabelecida a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, definindo que 30% do valor repassado pelo PNAE devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (BRASIL, 2016).

dois, estão incluídos os programas de incentivo à Agricultura Familiar, temos como exemplo o PAA; o eixo três é o de geração de renda, ou seja, a inclusão de pessoas de baixa renda no mercado de trabalho, a exemplo, temos o programa de Qualificação Social e Profissional; e por fim, o eixo quatro é responsável pela articulação, mobilização e controle social, ou seja, dá suporte à articulação de campanhas de combate à fome e à insegurança alimentar (BRASIL, 2011).

No que concerne aos mercados institucionais na AU de São Luís, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é o que mais se destaca. Atualmente, a sua operacionalização ocorre por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da Secretaria Estadual de Agricultura Familiar (SAF), Secretarias Municipais de Agricultura, Pesca e Abastecimento dos municípios e, no caso específico do município de São Luís, está ligado à Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA).

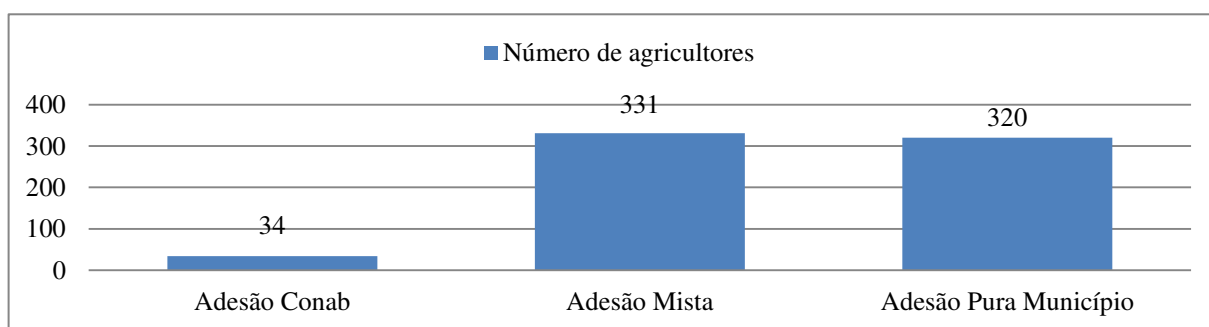
No estado do Maranhão, o PAA pode ser acessado a partir de quatro modelos de adesão, são elas: adesão pela Conab; adesão mista, com recurso do governo federal, gerido pelo estado e com apoio de implementação por parte dos municípios; adesão pura do estado, em que o valor de investimento e processo de adesão é de responsabilidade do governo estadual; e por fim, a adesão municipal pura, em que o financiamento do governo federal é repassado diretamente ao governo municipal, no caso do Maranhão, esse modelo só é encontrado nos municípios de Imperatriz, Codó e São José de Ribamar.

A adesão mista com recurso do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e operacionalização do estado é, atualmente, a modalidade de maior volume no Maranhão, cuja execução direta, no ano de 2016 até 2017, foi de R\$ 3.250.000,00. Já para 2018, o recurso liberado foi de R\$ 17.617.642,35. No tocante à adesão pura do estado, o governo do Maranhão criou, através da Lei nº 10327 de 28/09/2015, o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF), oriundos do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP), que tem por objetivo a aquisição direta de produtos agropecuários e extrativistas (*in natura* ou manufaturados) e de artesanato, produzidos tanto por agricultores familiares quanto por suas organizações sociais rurais e urbanas, bem como, por povos e comunidades tradicionais e pelos beneficiários da reforma agrária. O edital de chamada pública para o ano de 2018 teve o montante de recursos no valor de R\$ 2.500.000,00 (MARANHÃO, 2018), já executados nos meses de outubro e novembro desse mesmo ano.

Quanto ao acesso a essas políticas públicas por parte dos agricultores periurbanos da ilha, a pesquisa de Gomes (2016) demonstrou que 50% dos produtores não recebem nenhum benefício, enquanto que 48% afirmaram serem assistidos pelo governo, com programas como Bolsa Família e aposentadoria. Referindo-se às políticas de compras institucionais, 56% revelaram não participar de nenhum programa de apoio à comercialização. Dos 44% que afirmaram fazer parte, 68% são assistidos pelo PAA, 20% pelo PNAE e 12% pelo PRONAF.

Analisando o número de projetos no Aglomerado Urbano de São Luís por modalidade de adesão do ano 2017/2018, apresentado no gráfico 2, observamos em primeiro lugar, com 48% do total a adesão pelo estado. Em seguida, com 47%, a implementação do Programa pelo município, representados prioritariamente pelos agricultores de São José de Ribamar, já que somente essa modalidade é operacionalizada nesse município. Na adesão pela Conab, apenas 5% dos produtores da AU de São Luís foram cadastrados, representados por uma associação no município de Pindoba, em Paço do Lumiar, com um total de 34 agricultores.

Gráfico 2 - Número de Agricultores por Modelos de Adesão do Programa de Aquisição de Alimentos no ano de 2017/2018

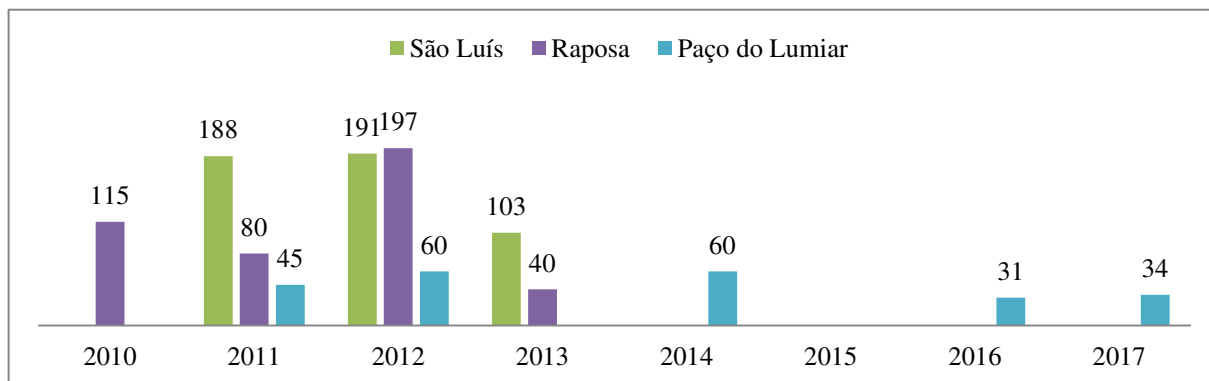


Fonte: SAF (2018); CONAB (2017)

Nos últimos anos, houve um decréscimo no número de agricultores cadastrados no PAA operacionalizado pela Conab nos quatro municípios (gráfico 3)⁵². Com a redução no valor de investimento por parte do Governo Federal na Conab, o estado do Maranhão assumiu grande parte dos projetos do PAA, cadastrando agricultores individuais e não mais de associações como a modalidade pela Conab, o que possibilitou a continuidade deste canal de comercialização.

⁵² Não foram encontrados projetos do município de São José de Ribamar.

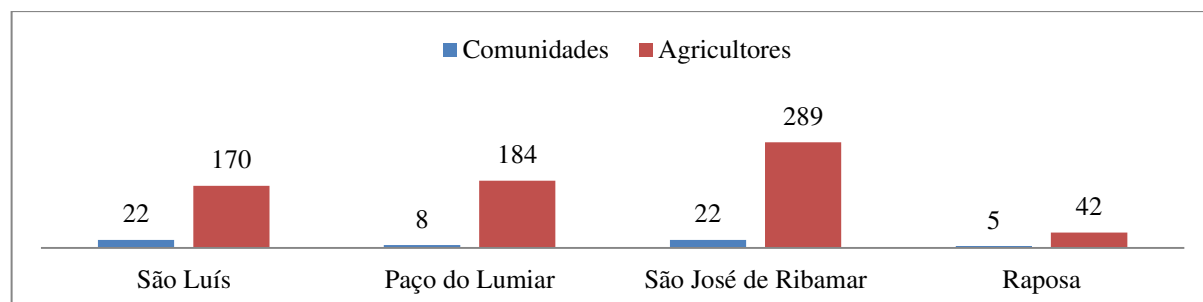
Gráfico 3 - Número de agricultores cadastrados pelo PAA via Conab por município na AU de São Luís de 2010 a 2017



Fonte: CONAB (2017)

Referindo-se estritamente ao número de produtores cadastrados e de comunidades por município (gráfico 4), confirmamos a vocação rural de São José de Ribamar, com a maior quantidade de projetos do PAA, sendo 289 agricultores, divididos entre 22 comunidades e/ou polos de produção. O município de Paço do Lumiar fica em segundo lugar com 184 produtores, divididos em 8 polos, sendo que desses, 100 agricultores estão localizados no polo Iguaíba, demonstrando uma capacidade organizativa maior que os demais polos do município, através da Associação de Pequenos Agricultores da Comunidade de Iguaíba. O município de São Luís apresenta 22 comunidades rurais envolvidas na comercialização do PAA, com 170 agricultores, de forma que o polo que possui o maior número de produtores cadastrados é Cinturão Verde com 33 adesões, seguido do polo Matinha com 31 agricultores. Por último, temos o município de Raposa com menor número de comunidades e produtores acessando o PAA, um total de 42 agricultores, apesar de ter a maior produção de hortaliças da ilha, segundo dados do Programa Mais Produção.

Gráfico 4 - Número de comunidades e agricultores cadastrados no PAA no ano 2017/2018 nos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa

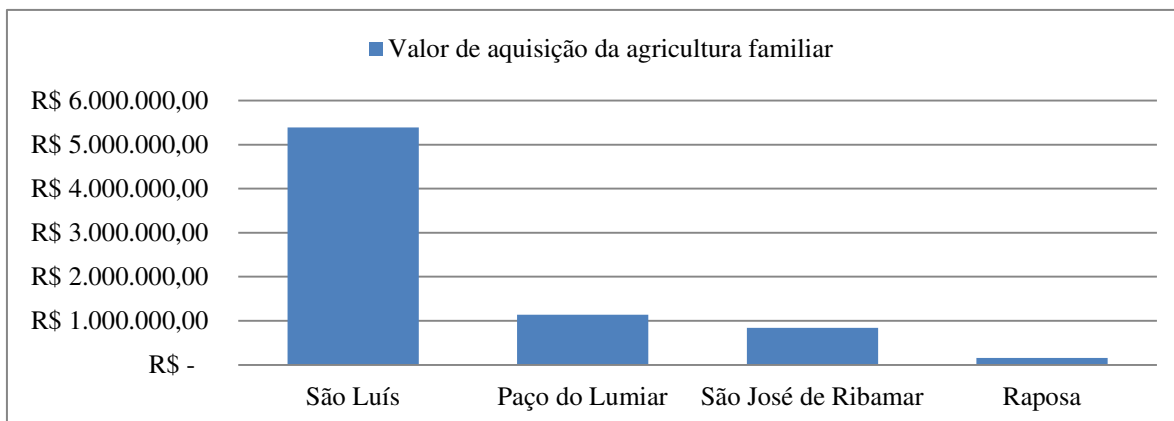


Fonte: SAF (2018); CONAB (2017)

Quanto ao PNAE, sua operacionalização ocorre através da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), com investimento do Governo Federal, para entrega de alimentos às escolas comunitárias da cidade. O acesso ao programa é realizado por meio de chamada pública aos agricultores familiares ou empreendedores familiares, organizados em grupos formais, informais, ou fornecedores individuais. Em São Luís, as chamadas públicas estão divididas em 11 polos, conforme a localização das instituições que receberão os produtos.

Na Aglomeração Urbana de São Luís, no ano de 2017/2018, a SEDUC atendeu apenas instituições localizadas nos municípios de São Luís e São José de Ribamar. Contudo, segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), agricultores familiares de todos os quatro municípios da AU de São Luís vendem seus produtos ao PNAE. Sendo assim, ao analisarmos os valores de investimento do Governo Federal, vemos que o município de São Luís detém o maior valor investido, representando 72% (R\$ 5.392.744,19), seguido de Paço do Lumiar com 15% (R\$ 1.136.201,88), São José de Ribamar com 11% (R\$ 840.033,50) e Raposa com 2% (R\$ 157.296,15), conforme mostra o gráfico 5 (FNDE, 2016)

Gráfico 5 - Valor de Aquisição (R\$) da agricultura familiar pelo PNAE nos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa, no ano de 2017



Fonte: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE, 2016)

Ressaltamos que, no ano de 2018, não houve projetos novos do PNAE, sendo operacionalizado, na AU de São Luís. Dessa forma, os agricultores só entregaram produtos durante os meses de setembro e outubro, recebendo como pagamento a sobra do valor do projeto do ano anterior.

Embora percebidas reduções no número de adesões a esses Programas Institucionais e irregularidades na entrega dos produtos devido a problemas na administração local do

Programa, como o caso do PNAE, os mercados institucionais no Aglomerado Urbano de São Luís ainda constituem um importante canal de comercialização que garantem aos produtores periurbanos um mercado seguro para venda de seus produtos.

3.5.3 Mercado do João Paulo

O mercado do João Paulo fica localizado no bairro de mesmo nome, no município de São Luís, sendo o maior em relação aos demais mercados da cidade, pois abriga três construções, a saber: um mercado público e dois privados.

Algumas características o diferenciam dos demais mercados da cidade: funciona 24 horas, já que é um Centro Atacadista, tal como a CEASA, recebendo diariamente caminhões com alimentos produzidos em várias partes do Brasil; é o principal local de venda dos produtores agrícolas da AU de São Luís e de outros municípios do Maranhão; possui preços mais baixos; apresenta grande variedade de produtos, que vai além dos gêneros alimentícios, localizados no entorno do mercado (lojas de roupas, vendedores ambulantes, eletrodomésticos, supermercados).

Segundo Soares (2015), 83,5% dos produtos comercializados nesse mercado vêm de outros estados, como Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Ceará, Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. Também encontramos produtos vindos da zona rural, localizada próxima de São Luís, totalizando 16,5%.

Dessa forma, esse mercado caracteriza-se como um centro de abastecimento e escoamento da produção local. Os agricultores que comercializam nesse espaço o fazem levando as mercadorias em caixas, geralmente no horário da meia noite. Os produtos ficam expostos nas calçadas ou canteiro central, pois não existe uma infraestrutura para essa comercialização, sendo realizada do lado de fora dos mercados, conforme mostra a imagem 4.

Imagem 4 - Centro de distribuição de produtos no mercado do João Paulo



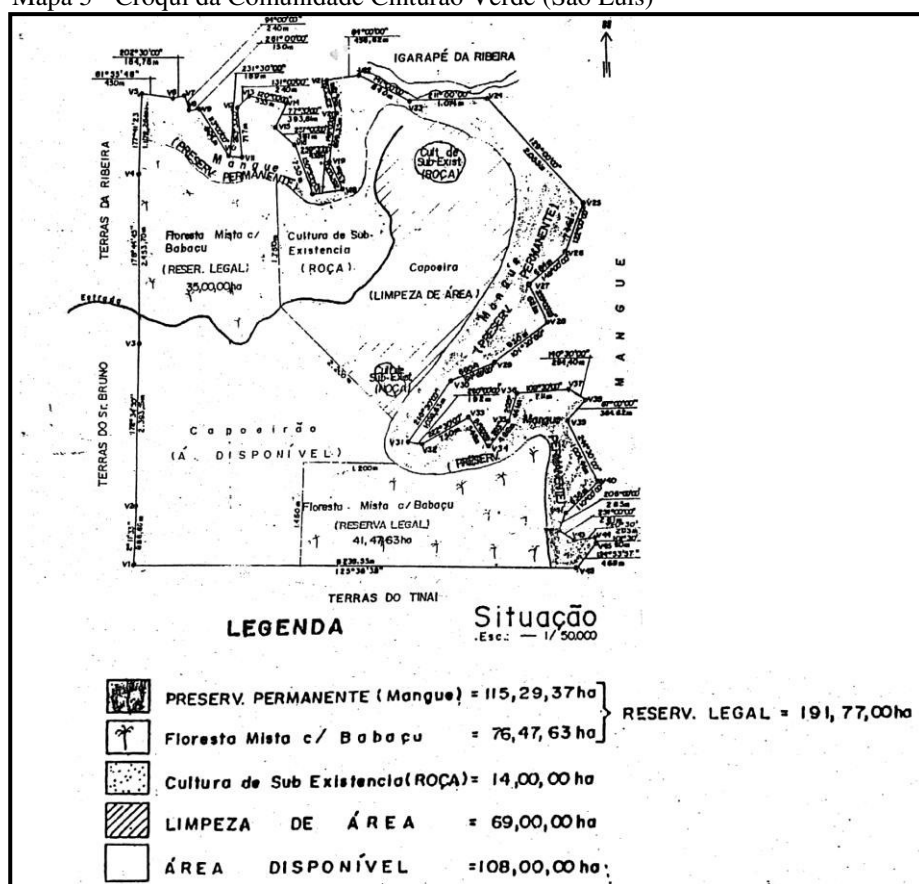
Fonte: TV Mirante (2015)

Chamamos atenção para os consumidores que frequentam esse mercado, pois quando perguntados sobre o interesse em saber a origem dos produtos adquiridos, 66%, de uma amostra de 59 consumidores, responderam não ter interesse nesse assunto, deixando clara a diferença entre um mercado convencional e uma feira livre, em que a última possibilita a interação e construção de laços de confiança entre produtor/feirante e consumidor.

4 OS AGRICULTORES PERIURBANOS DA COMUNIDADE CINTURÃO VERDE, SÃO LUÍS (MA)

A comunidade do Cinturão Verde, localizada no município de São Luís, está situada no Distrito Industrial, bairro Maracanã, a 1 km do antigo Aterro Sanitário da Ribeira, desativado em 2015⁵³, e a 6 km da BR 135 (mapa 5). Atualmente, existem cerca de 80 famílias residindo no local com, aproximadamente, 350 dependentes diretos.

Mapa 5 - Croqui da Comunidade Cinturão Verde (São Luís)



Fonte: Associação do Cinturão Verde da Vila Sarney Filho

O Cinturão Verde possui uma área territorial de 382,77 ha, dos quais 191,77 ha são de reserva legal, divididos em 115,29 ha de reserva permanente (área de mangue) e 76,47 ha de floresta mista com babaçu. Hoje, existem dois polos agrícolas, o primeiro é destinado ao

⁵³ Encontra-se em processo de recuperação e tratamento dos resíduos acumulados. Contudo, segundo os moradores do Cinturão Verde, o Aterro da Ribeira não oferecia dano à produção agrícola na comunidade, visto que já haviam sido feitos testes de laboratório para avaliar a qualidade da água utilizada para irrigação e os resultados apontaram para a ausência de contaminação.

plantio de coco, correspondendo a 6 ha, e o segundo para plantio de hortaliças, com 12 ha. A área de moradia que cada agricultor possui é equivalente a um lote de 2.000 m².

A Comunidade foi organizada, por meio da Associação Cinturão Verde da Vila Sarney Filho I, criada em 1997, a qual teve por função a compra da terra e, posteriormente, a mediação do acesso às políticas públicas de crédito e de apoio à produção e comercialização.

Em 2016, foi criada a Cooperativa de Agricultores Familiares do Cinturão Verde (COAFACIV), com um total de 84 membros cadastrados, dentre esses, agricultores dos polos do Cinturão Verde, Coquilho, Maioba, Vila Sarney Filho e Quebra Pote. O objetivo da criação da cooperativa deu-se em função da sua atuação mais ampla, tanto na compra de insumos em grande quantidade e menores preços, quanto no acesso a novos mercados. Todos os agricultores do Cinturão Verde fazem parte da Associação, uma média de 30 pessoas tem cadastro também na cooperativa.

A partir do que foi discutido, propõe-se, neste capítulo, explicitar a caracterização da Comunidade Cinturão Verde, a fim de compreender o aspecto histórico da formação do território; o perfil desses agricultores familiares periurbanos; a infraestrutura local; perfil produtivo e os mercados acessados por eles.

4.1 Histórico de formação da Comunidade Cinturão Verde

Inicialmente, as famílias que hoje ocupam a área do Cinturão Verde moravam nos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Em uma pesquisa realizada nessa comunidade, no ano de 2005, foi constatado que “65,91% (29) dos agricultores do Cinturão Verde procederam da Vila Sarney Filho e o restante 34,09% (15) vieram de outras localidades, como: Vila Kiola, Maiobão, Mata e municípios de Barreirinhas, Tutóia, Turiaçu e outros” (IRINEU et al., 2005, p. 49).

A mobilização para a criação da comunidade surgiu a partir do agricultor Cyriaco Santos que, após uma reunião com um Secretário Adjunto do Governo de Roseana Sarney (1998-2002), tomou conhecimento de um programa governamental (Cédula da Terra) que possibilitaria aos agricultores a compra de terras. Dessa forma, com a necessidade de organização por parte de alguns produtores rurais, criou-se a Associação Cinturão Verde da Vila Sarney Filho I⁵⁴, no dia 24 de agosto de 1997. Houve, a partir de então, uma busca por

⁵⁴ O nome “Vila Sarney Filho I” é em virtude da origem da associação, que foi criada nessa Vila.

peessoas que desejassem se associar com fins à compra da terra. O perfil de pessoas cadastradas constituía-se daqueles que desempenhavam atividades não agrícolas; dos que trabalhavam como agricultores em terras arrendadas; e dos que haviam abandonado a produção, em razão dos entraves da atividade, principalmente pela falta de terras para cultivar.

Em seguida, foram iniciadas as negociações para a compra da terra, por meio do programa Cédula da Terra, também denominado Bando da Terra, uma política de crédito com fins a atender os agricultores com recursos escassos. Como explica Reydon e Plata (2000, p. 87), “este instrumento procura subsidiar parcialmente e conceder crédito de longo prazo aos beneficiários de baixa renda para aquisição de terras no mercado” (BOX 1).

Box 1 - Programa Cédula da Terra

O que é o Programa Cédula da Terra?

O Cédula da Terra foi um projeto feito em um acordo entre o Banco Mundial e o Governo Federal, implantado em 1996 nos estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e no Norte de Minas Gerais, em forma de projeto-piloto, sendo o mesmo uma política complementar de Reforma Agrária.

Fernando de Lima (2008, p. 60) explica que:

O Programa definia as características gerais da população de possíveis beneficiários e as condições de acesso, sem selecionar prévia e diretamente os participantes. A participação era associativa e não individual; apenas associações podiam participar e a escolha dos beneficiários era feita pelas próprias associações que se candidatavam para participar do programa. Os interessados aptos para atender os requisitos formais de participação deveriam associar-se a outros candidatos também aptos, e pleitear a entrada no programa. A terra não era doada e sim comprada, distinguindo do modelo tradicional.

Sendo assim, uma das principais exigências do Programa para a aquisição de terras consistia na existência de uma associação de agricultores. Uma vez formalizada a associação e identificada a terra que deveria ser adquirida, o governo repassava os recursos para a compra.

A obtenção do crédito no Programa Cédula da Terra pela Associação Cinturão Verde da Vila Sarney Filho I ocorreu, durante o segundo governo de Roseana Sarney, em 1998. No estado do Maranhão, esse Programa foi operacionalizado por intermédio de uma parceria entre os Governos Estadual e Federal.

Algumas exigências deveriam ser cumpridas para haver a liberação da verba destinada à compra de terras, a organização de uma associação para representar os interessados e a

renda familiar de cada pessoa envolvida que não poderia ultrapassar o valor de R\$ 15.000,00 anual⁵⁵.

Dessa forma, 36 agricultores reuniram-se e formaram a Associação, dando início ao pedido de empréstimo e à busca da terra para aquisição. Os agricultores começam a negociação da área que veio a se tornar o Cinturão Verde, localizada no Distrito Industrial, mas que, devido à sua extensa área e impossibilidade de comprar somente metade, precisaram aumentar o número de associados, passando de 36 para 59 sócios fundadores. A origem do nome dado a essa Comunidade surgiu de um grupo de agricultores, localizado no povoado rural de Itapera, no município de Paço do Lumiar. Esse grupo, que tinha por nome Cinturão Verde, foi o que liderou o processo de aquisição da nova área⁵⁶.

Algumas pessoas que se filiaram à Associação para completar o número necessário à obtenção do empréstimo não permaneceram na comunidade por motivos diversos, alguns foram para a cidade morar e trabalhar, outros faleceram tendo a terra assumida pelos filhos. Atualmente, somente 16 dos sócios fundadores continuam residindo no local, tendo sido incorporados outros agricultores após a efetivação da compra, que assumiram as prestações do empréstimo, somando o total de 59 sócios.

De acordo com as informações obtidas junto a um dos sócios fundadores do Cinturão Verde, o hectare de terra custou R\$ 850,00. Como a área comprada perfaz um total de 382,7 ha, o valor final da terra foi de R\$ 325.295,00. Como estabelecem as regras do Programa Cédula da Terra, os agricultores tiveram até 20 anos para a amortização da dívida e um limite de três anos de carência, durante esse período eles não poderiam vender a terra.

Nos anos de 2003 a 2006, no Cinturão Verde, houve atrasos nas prestações da dívida. Todavia, durante o governo do Presidente Lula, houve um subsídio por parte do Governo Federal, baixando os juros para 3% ao ano, adicionado a um bônus aos agricultores, quando o valor era pago até a data do vencimento.

No dia 21 de maio de 2018, houve a quitação do empréstimo para compra da terra, cujo valor final foi de R\$ 430.259,20, com um aumento de 24,4% do valor inicial. Atualmente, estão em processo de georreferenciamento da área, a fim de dividir os lotes entre os associados, incluindo os polos e área de reserva legal. A divisão contemplará as áreas

⁵⁵ Não havia uma exigência para que as pessoas cadastradas na Associação fossem agricultores, mas o programa visava à compra da terra para uso agrícola.

⁵⁶ O nome Cinturão Verde também é um termo usado para se referir a comunidades que se localizam ao redor das grandes cidades e têm como objetivo produzir alimentos para o abastecimento dessas.

próximas às residências de cada agricultor que, a partir de então, poderão vender sua terra, caso assim desejem. Ademais, existe a preocupação por parte da associação no que tange à reserva legal, embora exista uma lei ambiental que garanta a preservação desses espaços. Não está mais sobre o poder da Associação a proibição relacionada à abertura de áreas de plantio ou mesmo a venda.

4.2 Infraestrutura

Logo após a compra da terra do Cinturão Verde, o Governo do Estado do Maranhão, com recursos do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), investiu na infraestrutura da comunidade, contribuindo para a instalação do serviço de energia com eletrificação trifásica; plantio de coco em uma área de 6 ha; perfuração de cinco poços artesianos; construção de estradas; disponibilização de um caminhão e um trator de rodas com caçamba-reboque, usado como suporte no manejo da produção. Após os três anos de carência do Programa Cédula da Terra, a cultura do coco rendeu aos produtores renda suficiente para o pagamento das primeiras parcelas do empréstimo. Alguns agricultores mudaram-se para a comunidade em 1998, outros somente, quando havia condições básicas para moradia.

Isso ocorreu, durante o governo de José Reinaldo Tavares (2002/2006), no qual, além dos poços artesianos, foram construídas duas cisternas e dois reservatórios. Além disso, foram realizadas doações de sementes, insumos agrícolas e montagem de um sistema de irrigação em uma área de 22 ha.

Outro poço artesiano foi perfurado na comunidade, a partir de um projeto coletivo em que cada agricultor deu uma contrapartida de R\$ 600,00. Vale ressaltar que o Cinturão Verde possui, no total, 6 poços artesianos, dos quais somente quatro estão em funcionamento (imagem 5). O primeiro localiza-se próximo à entrada da Comunidade, ou seja, a 1 km do Aterro da Ribeira, e apresentou um mau cheiro na água. Com o segundo poço, houve problemas com *capa rosa*⁵⁷, que deteriorava a bomba de sucção localizada dentro do poço, deixando a água com coloração amarelada, tornando-o impróprio para o uso, o que o fez ser também abandonado. Assim, restaram somente 4 poços que hoje são responsáveis pelo abastecimento da comunidade e pela irrigação.

⁵⁷ Causado pelo Fe_2O_3 (óxido de ferro), o mesmo que ferrugem.

Imagem 5 - Poço artesiano no Cinturão Verde



Fonte: Braga (2013)

Em 2006, um grupo de 41 produtores de hortaliças demandou e obteve recursos do Pronaf A, para construção de uma sala de qualificação para lavagem e embalagem de hortaliças, de forma a atender às exigências de qualidade dos programas institucionais e da venda em feiras. No entanto, essa sala funcionou somente por um breve período de tempo – quando acessavam o PAA operacionalizado pela Conab – permanecendo a estrutura, mas sem estar sendo utilizada. Além disso, também com o crédito do Pronaf A, foi construído um total de 16 estufas para plantio de hortaliças, porém, com pouco tempo de utilização. Segundo o entrevistado C, isso ocorreu em razão da baixa qualidade do material fornecido pela empresa indicada pelo Programa, acarretando em uma deterioração da estrutura das estufas, no período de um ano.

Esse Pronaf pra mim não teve vantagem. Era um Pronaf individual, mas você não pegava nada. Eu tirei pra duas estufas, saiu pra criação de galinha e saiu pra plantio de macaxeira. O plantio de macaxeira até hoje eu continuo. As estufas eu não continuei, material de péssima qualidade, se fosse hoje eu não acessaria. Os fornecedores são escolhidos através deles lá, contratação de empresa, de técnico, tudo. Desses 18 mil, o material que gastaram chegou nem 3 mil. Até hoje tem gente que tá em débito por causa desse negócio aí. A duração da estufa era de 5 anos, não durou 1 ano (informação verbal)⁵⁸.

Uma crítica à política de concessão de crédito foi recorrente durante as entrevistas. Dentre os motivos apresentados, além da estrutura de baixa qualidade, o entrevistado E, que também demandou crédito para construção de uma estufa e de um galinheiro, afirmou nunca ter utilizado a estufa por falta de liberação da licença para o seu uso; quanto ao galinheiro, não

⁵⁸ Fala do entrevistado C, em 04 de outubro de 2018.

teve uma renda satisfatória acarretando no abandono da criação. Segundo o entrevistado B, essas situações são explicadas devido à falta de autonomia dos produtores para escolher em qual estrutura ou qual cultura investir, provocando, muitas vezes, o insucesso do investimento⁵⁹. Como explica,

Pro acesso ao crédito, a maior dificuldade nossa aqui, é que pra você conseguir um Pronaf você tem que fazer do jeito deles, você nunca faz o que você quer. Nós não temos uma política pra agricultura familiar, pro pequeno, porque o banco libera o crédito de acordo com o que ele quer, e a realidade do agricultor é outra (informação verbal)⁶⁰.

Outro projeto de investimento em infraestrutura produtiva na comunidade foi desenvolvido pelo Governo do Estado do Maranhão, em parceria com a Embrapa Meio Norte, através da construção de uma unidade agroindustrial de beneficiamento de Farinha, responsável pelo processamento da mandioca⁶¹, com instalação de equipamentos modernos. No entanto, não houve uma adaptação dos agricultores ao novo equipamento, o que culminou no abandono e retorno à antiga forma de produção manual da farinha (imagem 6).

Imagem 6 - Agroindústria de farinha no Cinturão Verde



Fonte: Braga (2018)

No ano de 2010, por meio do programa Viva Casa, operado com recursos da Secretaria de Cidades, foi liberada verba no valor de R\$ 459.069,10 para construção de casas

⁵⁹ Como constata Gazolla e Schneider (2013), o Pronaf, no formato atual, tem gerado alguns resultados junto às famílias de agricultores, tais como: crescente “fragilização social”; “mercantilização das unidades familiares”; e “especialização produtiva”. Dessa forma, para os autores, apesar de serem inquestionáveis os efeitos positivos do Programa ao desenvolvimento rural brasileiro, ele precisa dar “um passo à frente” em sua evolução política, considerando as reais necessidades da agricultura familiar em suas várias dimensões.

⁶⁰ Fala do entrevistado B, em 04 de outubro de 2018.

⁶¹ A partir dos recursos que os agricultores adquiriram por meio do Pronaf A – crédito de investimento – é que foi construído mais um poço artesiano e a sala de qualificação, ambos com recursos do Banco do Nordeste.

de alvenaria na comunidade, substituindo as casas de taipa construída pelos próprios agricultores (imagem 7).

Imagem 7 - Casa de alvenaria no Cinturão Verde



Fonte: Braga (2018)

Em 2013, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SEDAGRO), foi construído um abatedouro avícola na comunidade, uma vez que muitos produtores possuem criação de aves. O principal objetivo era aumentar a produção e vender galinhas caipiras não somente aos programas institucionais e atravessadores, mas diretamente aos supermercados da cidade. Até o momento da pesquisa, o abatedouro não havia entrado em funcionamento, o motivo apresentado é o entrave na liberação da licença de uso pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED) e, para aquisição dos maquinários restantes, pela SAF. Com isso, quando há necessidade de fornecer frangos aos programas de compras públicas ou outros fins comerciais, os agricultores do Cinturão Verde acionam a parceria estabelecida com o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), para que seja feito o abate de aves no abatedouro dessa instituição.

Quanto ao transporte para escoamento das mercadorias, com fundos do PCPR, foi comprado um caminhão para auxiliar no escoamento da produção da comunidade. Todavia, desde o ano de 2013, não está em funcionamento devido a problemas mecânicos, sendo necessário pagar frete para o transporte dos produtos ou, mais frequentemente, contar com a cooperação dos agricultores que possuem carro próprio, geralmente com pagamento de R\$ 25,00 pelo deslocamento, para cobrir gastos com combustível. Em todo caso, tornou-se um problema para esses produtores, especialmente, no tocante à entrega dos alimentos aos programas PNAE e PAA, realizada duas vezes na semana. A fim de atender a essa demanda

por parte da Cooperativa do Cinturão Verde, em 2018, a SAGRIMA cedeu um caminhão do Programa Agropolos (imagem 8) para as entregas aos mercados institucionais, sendo que os gastos com combustível e o pagamento de um motorista são de responsabilidade dos agricultores. Esse caminhão cedido pela SAGRIMA, por ter sido solicitado pela Cooperativa, atende somente aos agricultores cooperados. Além disso, a SAGRIMA também cedeu um trator para o preparo do solo.

Imagem 8 - Caminhão do Programa Agropolos



Fonte: Karlos Geromy/Secap (2017)

As estradas que dão acesso à comunidade são asfaltadas com piçarra⁶², entretanto, segundo os entrevistados, não oferecem nenhum entrave ao deslocamento para outros locais da cidade. O principal problema apontado nesse trajeto até a BR 135 é a ação de assaltantes que facilmente se escondem na vegetação que contorna a estrada, por ser um local isolado do restante da cidade.

4.3 Perfil produtivo

Em São Luís, a produção agrícola gira em torno de produtos hortifrutigranjeiros, em razão das condições edafoclimáticas favoráveis e da necessidade de menores áreas para produção (cf. capítulo 2). No Cinturão Verde, encontramos áreas com hortaliças, pomares e estruturas para criação de aves e suínos. A escolha do que produzir está relacionada às

⁶² Estrada de chão batida coberta por pedras pequenas de cor vermelha.

características edafoclimáticas locais, bem como às demandas do mercado local, tais como: feiras e mercados institucionais, sobretudo, estes.

Conforme apontou Pereira (2015), as hortaliças ganham destaque na produção da comunidade, principalmente a vinagreira; cheiro verde (coentro, cebolinha e coentro tapuio), alface e quiabo. Entre as frutas, encontramos o mamão e o coco, devido ao investimento em dois polos dentro da comunidade para essas duas culturas. Anteriormente, a produção dessas frutas era realizada em modo de cooperação, mas agora são cultivadas individualmente por alguns produtores. Além do mamão e do coco, outras frutíferas como manga, maracujá, caju, banana, abacate e melancia foram citadas (tabela 8). Quanto à produção de grãos, essa concentra-se no plantio de feijão e de milho. No mais, tem-se a cultura da mandioca para preparo da farinha e a macaxeira. A produção animal, por sua vez, concentra-se na suinocultura (raça landrace) e avicultura (caipirão).

Tabela 8 - Principais culturas produzidas pelos agricultores da comunidade Cinturão Verde

Culturas	Valor absoluto	Porcentagem (%)
Vinagreira (<i>Hibiscus sabdariffa</i>)	28	60
Cheiro Verde (Coentro, Cebolinha e Coentro Tapuio)	20	42
Mamão (<i>Carica papaya L</i>)	20	42
Alface (<i>Lactuca sativa</i>)	14	30
Milho (<i>Zea mays</i>)	14	30
Feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>)	13	27
Colve-flor (<i>Brassica oleracea</i>)	11	24
Quiabo (<i>Abelmoschus esculentus L. Moench</i>)	10	21
Maxixe (<i>Cucumis anguria</i>)	10	21
Banana (<i>Musaceae</i>)	10	21
Mandioca (<i>Manihot esculenta</i>)	7	15
Abóbora Cucurbitáceas (<i>Cucurbitales</i>)	6	12
Pimenta (<i>Cucurbitales</i>)	6	12
Coco (<i>Cocos nucifera</i>)	6	12

Fonte: Pereira (2015)

Sobre o método de produção de hortaliças, segundo Pereira (2015), somente 9% dos agricultores utilizam o plantio em estufas, sendo a maioria da produção realizada em canteiros no chão (59%), seguido pelo uso de canteiros suspensos (14%) (imagem 9). O plantio em estufas dá aos produtores maior controle sob a produção e menos perdas decorrentes dos fatores climáticos ou de pragas e doenças.

Imagem 9 - Canteiro suspenso (1) e Canteiro no chão (2) na propriedade do entrevistado C



Fonte: Braga (2018)

Ao serem questionados sobre os insumos utilizados nos processos produtivos, Pereira (2015) constatou que 88% dos agricultores fazem uso de algum tipo de produto químico ou orgânico, dos quais 94% afirmaram comprá-los em lojas especializadas, principalmente para preparo do solo (NPK e calcário agrícola⁶³), enquanto que 6% utilizam somente insumos de origem exclusiva na propriedade (geralmente adubos orgânicos). Entretanto, nas entrevistas realizadas, foi constatado que os agricultores do Cinturão Verde associam o uso tanto de adubos químicos quanto biológico na propriedade.

Os agricultores que têm criação de frango, afirmaram utilizar a cama de aviário⁶⁴ como adubo orgânico para as hortas; além disso, recebem como doação do antigo Aterro Sanitário da Ribeira, atualmente a Unidade de Beneficiamento de Resíduos da Ribeira, uma compostagem de resíduos orgânicos produzida no local. A compra dos insumos está sendo realizada através da Cooperativa de Agricultores Familiares do Cinturão Verde, que possibilita a aquisição com preços menores.

Esses dados demonstram que alguns agricultores procuram estabelecer algum nível de equilíbrio entre a utilização de recursos internos e a aquisição de insumos externos que serão utilizados em suas atividades, conforme apontado por Ploeg (2016). Na mesma pesquisa, 35% dos entrevistados afirmaram utilizar algum tipo de produto para fazer controle de pragas

⁶³ NPK é a sigla correspondente a três macronutrientes da composição de um fertilizante, “Nitrogênio, Fósforo e Potássio”. O Calcário agrícola é usado antes do plantio, para correção da acidez do solo, que aumenta a eficiência na absorção dos nutrientes pelas plantas e fornece Cálcio e Magnésio, importantes macronutrientes para a estruturação física do solo.

⁶⁴ É um composto produzido a partir da mistura de serragem, maravalha ou casca de arroz usados no piso dos aviários e, por sua vez, misturado com os dejetos das aves confinadas.

e doenças, seja ele químico ou orgânico, enquanto 65% afirmaram que não utilizam nenhum tipo de produto (PEREIRA, 2015). Foi identificada, nas falas dos entrevistados desta pesquisa, uma consciência pela redução no uso de produtos químicos, em detrimento do uso de produtos ecológicos, sobretudo, devido à entrega às escolas cadastradas pelo PNAE e PAA, como afirma o entrevistado A: “*a gente lida com crianças, temos que dar produtos de qualidade*”. Os produtos biológicos mais citados foram o Nim (*Azadirachta indica*) e calda de fumo para controle do pulgão e cochonilha e armadilhas para o controle da paquinha.

Em relação à assistência técnica prestada, as instituições que atualmente cumprem esse papel no Cinturão Verde são a SAGRIMA – atendendo os agricultores cadastrados pelo programa Mais Produção (uma média de 6 famílias) – e a AGERP. A frequência de visitas a cada propriedade é mensal, muitas vezes, sem ida às áreas de plantio, o que gera algumas críticas quanto à assistência técnica oferecida pelos órgãos estaduais. De acordo com o entrevistado E, em meados de 2010, havia uma assistência eficiente, devido à presença constante do técnico da AGERP na comunidade, como explica:

A assistência técnica a gente tá meio perdido agora. Teve um tempo que tinha um agrônomo que morava aqui mesmo, perto, e vinha todo dia, e nós tinha muita mercadoria porque aí ele vinha descobrindo todo problema de doença, essas coisas... O técnico da SAGRIMA vem de mês em mês, porque os problemas de horta aparecem de um dia pra outro. Você vai um dia, tá tudo bonito, no outro dia já tem uns com defeito, e não tem o técnico pra dizer logo o que é ou o que não é (informação verbal)⁶⁵.

Nessa perspectiva, apontamos a relevância da assistência técnica para a reprodução social da agricultura familiar, haja vista que, como explica Wanderley (2003, p. 46), a importância dos serviços de assistência técnica gerada fora da comunidade local cresce em detrimento ao que Mendras denominou de “modernização tradicional”, “aquela que resulta da transformação sem ruptura da forma tradicional de produzir”. Portanto, faz parte da agricultura familiar a integração com técnicas modernas de produção, buscando o equilíbrio entre o trabalho e o consumo citados anteriormente.

Quanto ao uso da irrigação, Pereira (2015) afirma que 92% dos entrevistados utilizam algum tipo de irrigação, com sistemas bem diversificados, sendo que 59% utilizam microaspersão (principalmente nas hortaliças folhosas), 19% usam gotejamento (em fruteiras), 10% utilizam mangueira, 8% fazem uso de aspersores e, 4% utilizam a irrigação

⁶⁵ Fala do entrevistado E, em 09 de outubro de 2018.

por sulco. A água utilizada provém dos poços artesianos, é usada uma bomba de sucção para levar a água às plantações.

Todavia, o custo alto da energia tem sido um dos maiores problemas enfrentados na propriedade. Conforme explica o entrevistado E, ao ser questionado sobre como são realizados os cálculos de custos empreendidos na produção:

Ano passado, desses meses de irrigação, eu tive prejuízo, porque plantei uma abóbora, plantei um milho e não veio o retorno, aí a gente compra o adubo, o fertilizante, somando tudo, só de energia foi R\$ 800,00 e pouco, mais R\$ 300,00 de aradação, aí bota adubo, bota tudo, foi uns R\$ 1.500,00, e eu não apurei nem 50%. O preço da energia tirou meu lucro (informação verbal)⁶⁶.

Segundo os relatos, esse fator tem gerado insegurança na hora de produzir, visto que o custo elevado da energia elétrica tem limitado o investimento na produção. Entretanto, os agricultores têm buscado alternativas para minimizar esses gastos, como por exemplo, passaram a utilizar somente um poço artesiano com tempo limitado de 1 hora e meia de água por dia para cada agricultor⁶⁷; além disso, calculando quando e onde investir, de modo a minimizar as perdas e continuar produzindo.

4.4 Perfil geral dos agricultores do Cinturão Verde

Em uma pesquisa recente, Araújo e Vale (2018) fizeram um levantamento do perfil dos agricultores do Cinturão Verde, com uma amostragem de 45 entrevistas realizadas. Dos resultados, ressaltaram uma população composta de 51% de mulheres e 49% por homens.

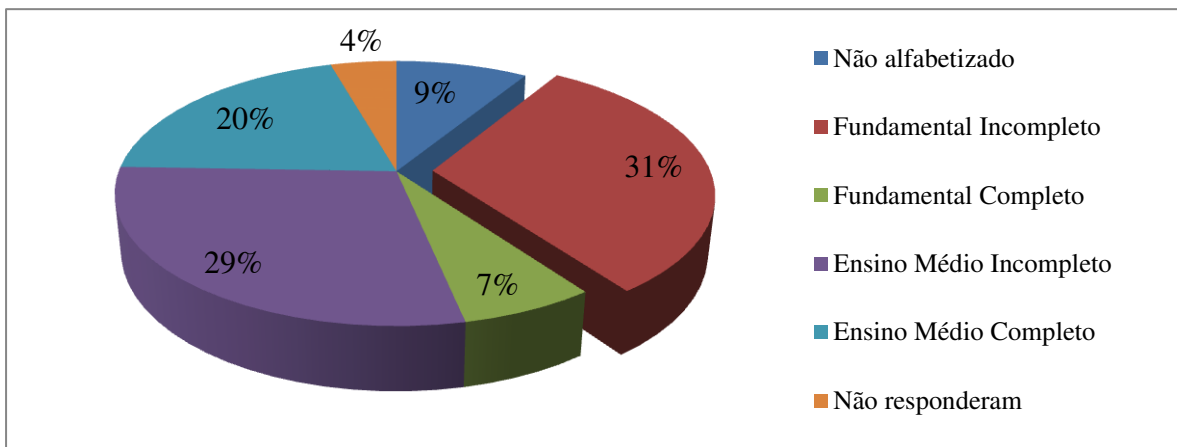
Quanto ao nível de escolaridade – confirmando os dados que encontramos entre os 10 entrevistados desta pesquisa – chamaram atenção para uma quantidade significativa de pessoas sem o Ensino Médio completo, correspondendo a 76%, conforme mostra o gráfico 6. Segundo alguns entrevistados, houve o abandono dos estudos para ajudar a família no trabalho agrícola, e a não continuidade, após o estabelecimento na comunidade, ocorreu devido à ausência de escolas próximas que ofereçam curso supletivo no horário da noite, haja vista que, durante o dia, os agricultores estão na roça ou nas feiras, além disso, apontaram

⁶⁶ Fala do entrevistado E, em 09 de outubro de 2018.

⁶⁷ O valor total pela energia gasta nos poços é pago pela Associação, sendo o valor dividido entre os agricultores da comunidade.

para o problema do deslocamento que, por não haver transporte público regular no local⁶⁸, inviabiliza a ida à escola.

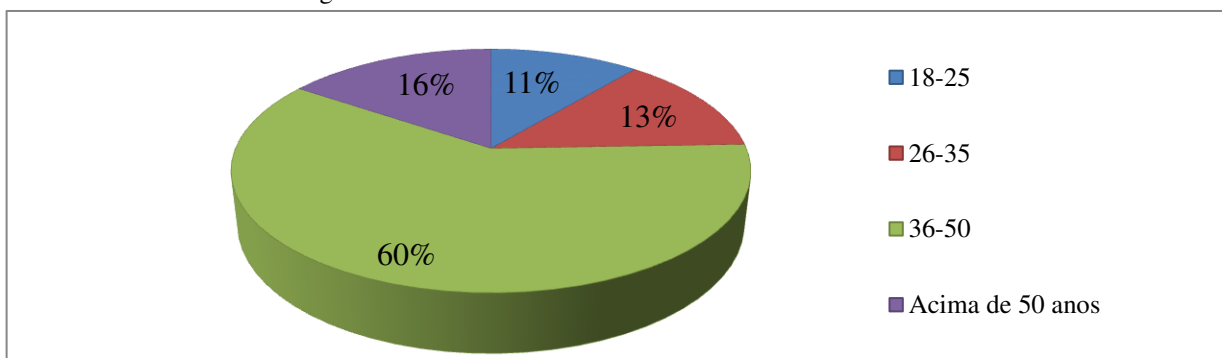
Gráfico 6 - Nível de escolaridade dos Agricultores do Cinturão Verde



Fonte: Araújo e Vale (2018)

Um segundo aspecto analisado por Araújo e Vale (2018) refere-se à faixa etária dos agricultores. Foi possível verificar que 29% dos entrevistados são jovens na faixa de idade entre 18 e 35 anos, e 60% estão na faixa etária entre 36 a 50 anos, seguido por 16% dos que estão acima de 50 anos (gráfico 7), demonstrando que a população do Cinturão Verde é composta por pessoas jovens que têm se dedicado ao trabalho agrícola. Nesse sentido, esses dados corroboram com as afirmações de Boukhaeva et al. (2007), quando afirmam que a agricultura urbana favorece a transmissão de conhecimentos e cultura entre diferentes gerações, assim como a melhoria do meio ambiente.

Gráfico 7 - Faixa etária dos agricultores do Cinturão Verde

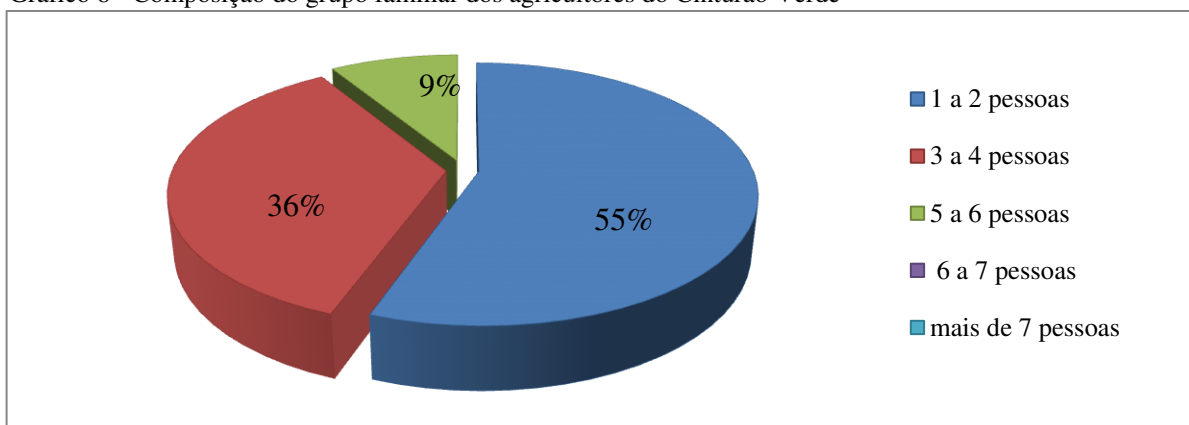


Fonte: Araújo e Vale (2018)

⁶⁸ O ônibus destinado aquela localidade só vai a comunidade duas vezes ao dia, ou seja, as 9h e retorna as 16h.

No que cerne à composição do grupo familiar, 55% dos entrevistados afirmaram ter de 1 a 2 pessoas na família e 36% 3 a 4 pessoas (gráfico 8) (ARAÚJO; VALE, 2018). De modo geral, as famílias no Cinturão Verde são pequenas, o que torna por vezes necessária a contratação de mão de obra para auxiliar na produção e comercialização dos produtos agrícolas, que podem ser realizadas mediante o sistema de pagamento de diárias ou por meio da troca de serviços entre os parentes e amigos da própria comunidade.

Gráfico 8 - Composição do grupo familiar dos agricultores do Cinturão Verde



Fonte: Araújo & Vale (2018)

Ao avaliar o número de pessoas envolvidas na atividade agrícola, mas que não são da família, Pereira (2015), que também desenvolveu uma pesquisa no Cinturão Verde, avaliando o perfil da agricultura familiar desta comunidade, afirma que 78% de uma amostra de 47 pessoas declararam não contratar nenhum trabalhador de fora da família, enquanto que 27% afirmaram contratar de uma a duas pessoas com pagamento em forma de diárias.

Considerando este debate, tomamos como exemplo o entrevistado A que afirmou pagar um funcionário fixo para a atividade de comercialização, pois sua família é composta por quatro pessoas, das quais somente uma, sua esposa, auxilia na produção e comercialização, já que os dois filhos possuem oito e seis anos. Entretanto, conta ainda com a troca de serviços com outros membros da família, também moradores do Cinturão Verde e produtores agrícolas, sobretudo, na atividade de preparo do solo, plantio e colheita. A depender do volume produzido e comercializado, o pagamento de diárias torna-se um dos entraves à reprodução social desses agricultores, corroborando para o aumento dos custos de produção e quando não se tem um mercado fixo e seguro, acarreta em perda da autonomia do produtor que vende seus produtos a preços abaixo dos custos empreendidos na produção.

A partir do que foi discutido, resgatamos a discussão proposta por Ploeg (2016), ao se referir ao equilíbrio trabalho-consumo, a partir das demandas de consumo das famílias e força de trabalho existente. Essa estratégia implica na busca por uma melhor renda familiar, que pode ser limitada, quando se tem um trabalho familiar reduzido, como no caso citado. Outro tipo de equilíbrio apontado pelo autor é entre os recursos externos e internos que pode referir-se à compra de insumos no mercado convencional e utilização de recursos produzidos na propriedade, como também relacionado ao trabalho mobilizado tanto pelo mercado, quanto pela família e/ou comunidade local.

Nesse caso, uma das estratégias encontradas pelos agricultores está na troca de serviços ou parceria, geralmente com irmãos, primos ou cunhados. Segundo o entrevistado B, após a criação da cooperativa, essa estratégia tornou-se mais recorrente entre os cooperados, como explica:

Eu mudei né, agora nós tamo trabalhando cooperado, eu forneço o produto e eles faz e nós divide o produto. Era diária, mas a gente mudou, é parceria, tanto ele tem mais oportunidade de ganhar melhor e eu empresto minha área pra ele. Não dá pra segurar diária mais não (informação verbal)⁶⁹.

Não obstante, constatamos em nossa pesquisa a predominância do trabalho familiar, visto que os filhos dos agricultores, embora trabalhando em outro setor ou estudando, mantêm-se ajudando os pais na atividade produtiva, geralmente em serviços que demandam menos tempo de atuação, tal como a colheita e amarração das hortaliças. Entretanto, também foram identificados filhos que atuam em todas as etapas da produção, desde plantio à comercialização⁷⁰. Isso levanta a questão da sucessão no Cinturão Verde que, segundo alguns entrevistados, não há certeza quanto ao futuro da atividade na propriedade, principalmente após a escritura que comprova a posse da terra e permissão para venda. Dessa forma, apesar da família manter-se ajudando, o cenário futuro é incerto para todos.

O entrevistado D afirmou o interesse dos seus filhos restrito somente à comercialização nas feiras. O entrevistado B declara não haver perspectiva de continuação, porquanto somente ele trabalha na propriedade com ajuda de trabalhadores contratados, já que sua esposa é funcionária pública e sua única filha é casada e, mesmo morando na comunidade, ela e seu esposo possuem empregos não agrícolas, mas auxiliam em trabalhos como “molhação” dos canteiros e colheita. Em contrapartida, o entrevistado H afirma que tem

⁶⁹ Fala do entrevistado B, em 04 de outubro de 2018.

⁷⁰ Não é possível lançar mão de uma estatística para apresentar esses dados devido ao caráter qualitativo da nossa pesquisa.

ensinado a profissão aos filhos, para que deem continuidade à atividade na propriedade e “não sejam empregados de ninguém” (informação verbal).

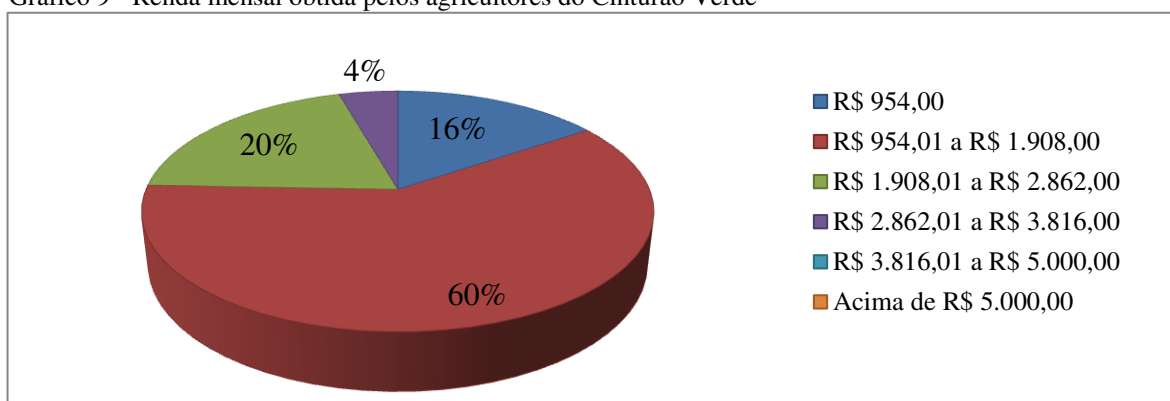
Apesar de uma insegurança quanto à permanência dos filhos na atividade, fica claro nos depoimentos o que Almeida (1986) denominou de ciclo de reprodução longo ou geracional, ou Bourdieu (1994) referindo-se às estratégias de reprodução sucessórias, ambos remetendo à sucessão dos pais na propriedade. Todavia, esse processo pode ser interrompido, caso os pais não consigam criar um ambiente que favoreça a permanência dos filhos na atividade agrícola, como explica Kischener et al. (2015) em sua pesquisa com os agricultores do Sudoeste do Paraná.

Nesse sentido, é importante lembrar as palavras de Ploeg (2014:8-9) de “que os pais trabalham para filhos e filhas. Querem dar à geração seguinte um ponto de partida sólido, dentro ou fora da agricultura”. Assim, o processo sucessório e as escolhas que podem advir dele, são em essência processos de desenvolvimento, escolhas visando o melhor para os filhos e a família (KISCHENER et al., 2015, p. 17).

Trazemos também a discussão da reprodução social através da sucessão familiar o fato de os agricultores do Cinturão Verde estarem inseridos em um espaço predominantemente urbano, o que pode justificar as respostas no tocante à incerteza de permanência dos filhos na atividade, pois encontram-se em um local onde a oferta de trabalho e de estudos é maior se comparado ao meio estritamente rural. Apesar disso, a sucessão ou não dos filhos na atividade agrícola torna-se um indicativo de que a agricultura tem papel primordial na renda da família, ao passo que contribui para a reprodução da família e permanência na atividade.

Quando questionados sobre a renda mensal, 60% afirmaram receber o equivalente a um a dois salários mínimos, sendo que a renda máxima não ultrapassou o valor de até quatro salários (4%), conforme demonstra o gráfico 9 (ARAÚJO; VALE, 2018). De acordo com as entrevistas que realizamos, a renda obtida por esses agricultores advém de aposentadorias, Bolsa Escola, trabalho não agrícola e comercialização agrícola, com destaque para a entrega de produtos nos mercados institucionais.

Gráfico 9 - Renda mensal obtida pelos agricultores do Cinturão Verde



Fonte: Araújo & Vale (2018)

Analisando essa mesma variável, Pereira (2015) demonstrou em sua pesquisa que, no Cinturão Verde, a maior parcela de renda da família advém da produção agrícola, correspondendo a 53% do total, seguida pelo trabalho não agrícola (21%), aposentadoria (9%) e produção animal (8%), este último com a criação de aves e suínos, conforme mostra a tabela 9. Esses dados apontam para o perfil rural da comunidade e para a integração de atividades agrícolas e não agrícolas como estratégias para a reprodução desses agricultores familiares periurbanos, conforme aponta Wanderley (2000), referindo-se à pluriatividade como um dos processos de reprodução social da agricultura familiar.

Tabela 9 - Origem da maior parcela da renda da família

Origem da renda	Valor absoluto	Percentagem (%)
Produção Agrícola	25	53
Trabalho não agrícola	10	21
Aposentadoria	04	09
Produção animal	08	08
TOTAL	47	100

Fonte: Pereira (2015)

Além disso, foi percebido que muitos cadastros para acesso às Políticas Públicas, tais como PAA e PNAE, são realizados por mais de um membro da família, esposa, marido e, por vezes, sogra ou sogro. Essa consiste em uma das estratégias utilizadas para aumentar a renda da família.

Outro ponto importante a ser destacado refere-se à produção para autoconsumo⁷¹, pois nas entrevistas realizadas, constatamos que somente 1% a 5% do que produzem é destinado ao consumo da família. Enquanto que algumas pesquisas nos apontam para o autoconsumo

⁷¹ O autoconsumo refere-se ao cultivo de alimentos para o consumo familiar (horta, pomar, criação de animais etc.) e dos animais presentes no estabelecimento, à fabricação de ferramentas e à produção de insumos para o processo produtivo (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010).

como uma estratégia dos produtores rurais para minimizarem sua exposição a riscos alimentares, buscando alimentos mais saudáveis (GRISA, 2008), outras demonstram ser um dos pressupostos centrais para a segurança alimentar e para a diminuição da pobreza rural (GAZOLLA, 2004) e uma das principais estratégias para reprodução social desses agricultores.

Em se tratando de uma comunidade periurbana, essa dinâmica pode mostrar-se diferente daquela agricultura praticada em espaços estritamente rurais, devido ao acesso facilitado a uma diversidade de produtos nos mercados tradicionais. Além disso, no caso específico do Cinturão Verde, devido a uma produção pouco diversificada para os padrões de consumo diário, há a necessidade de compra de alimentos que não são produzidos por eles. Segundo Ploeg (2016), atualmente, o consumo envolve muitos elementos que não podem ser oferecidos dentro da propriedade (alimentos, escola, roupas, insumos, maquinários, dentre outros), diferentemente do autoconsumo e autoprovisionamento encontrados na economia camponesa do século XX. O autor também chama atenção para a multifuncionalidade da agricultura familiar, a qual está integrada ao mercado, mas mantém o caráter de resistência quanto às investidas dos impérios alimentícios. Assim, em que pese não encontremos, neste caso citado, uma estatística significativa quanto ao autoconsumo, ele ainda está presente e faz parte das estratégias acionadas para garantir a reprodução social da família.

4.5 Características gerais dos agricultores entrevistados

Conforme destacado no início deste capítulo, no Cinturão Verde, existem 80 famílias residindo no local, com aproximadamente 350 dependentes diretos. Do total de entrevistados, temos uma mulher e nove homens, todavia as esposas dos agricultores estiveram presentes em quatro das entrevistas, contribuindo com as respostas, o que demonstra a forte presença da mulher na atividade produtiva. De modo geral, os agricultores entrevistados são jovens, ao passo que somente dois encontram-se na faixa etária acima dos 50 anos (entrevistado B e E).

Entretanto, 60% desses têm baixo nível de escolaridade, com ensino fundamental incompleto, realidade diferente dos filhos que se mantêm estudando no nível correspondente com suas idades. Somente um dos entrevistados tem o status de solteiro e vive com a família. Quanto ao trabalho familiar, foram encontradas de dois a cinco pessoas na atividade agrícola, realizando atividades que vão desde o preparo do solo e plantio à comercialização, mas, ao

mesmo tempo, existe a contratação de mão de obra externa, que pode ser por meio da troca de serviços ou de pagamento de diárias, cujo valor fica em torno de R\$ 50,00.

Um segundo aspecto que podemos destacar é quanto à diversificação da produção, que vão de hortaliças, fruteiras à criação de aves. Não foi possível determinar a quantidade de produção e produtividade de cada cultura implementada, mas destacamos a pouca variedade de alimentos produzidos, principalmente no que se refere às hortaliças, sendo encontrado os mesmos produtos em quase todas as propriedades pesquisadas (coentro, alface, João-Gomes; vinagreira, maxixe, quiabo etc.), com pequenas variações na inserção de algumas fruteiras, tais como: a melancia (Entrevistados A e D), o maracujá (Entrevistados B e C) e a banana (Entrevistado E).

A criação de aves é uma das principais atividades, já que dos 10 entrevistados, oito possuem aviário (Entrevistados A, C, D, F, G, H, I, J) e têm na venda dos frangos uma grande parte da renda da família. Somente dois agricultores citaram criar suínos (Entrevistados B e G), mas somente para consumo.

Dos mercados acessados pelos agricultores, segundo aponta o quadro 4, temos a predominância dos mercados institucionais (PAA, PNAE e PROCAF) e da Feira do João Paulo como principais canais de comercialização. Em sequência, temos as feiras livres representadas pela feirinha da Agronomia, feira livre do Angelim, feira livre Vila Sarney, feira da SAF. A feira Nova República não é caracterizada como feira livre, por ser um mercado convencional com predominância de feirantes não produtores, mas recentemente passou a agregar vários produtores rurais. Quanto à frequência de comercialização nesses mercados, os mercados institucionais e feiras livres possuem datas fixas de entrega de produtos e venda, variando somente a ida à Feira do João Paulo.

Quadro 4 - Mercados acessados, frequência e representação dos agricultores entrevistados

Entrevistados	Mercados	Frequência	Representação
Entrevistado A	Mercados Institucionais (PAA, PNAE, PROCAF)	2/semana	Cooperativa e Associação
	Feira do João Paulo	2/ semana	
	Feira Livre do Angelim	1/semana	
	Feirinha da Agronomia	1/ semana	
Entrevistado B	Mercados Institucionais (PAA, PNAE, PROCAF)	2/ semana	Cooperativa e Associação
	Feira do João Paulo	Esporadicamente	
	Feirinha da Agronomia	1/ semana	
	Feira Livre Vila Sarney	1/ semana	
Entrevistado C	Mercados Institucionais (PAA, PNAE, PROCAF)	2/ semana	Cooperativa e Associação
	Feira do João Paulo	1/ semana	

Entrevistado D	Mercados Institucionais (PAA, PNAE, PROCAF)	2/ semana	
	Feira do João Paulo	3/ semana	
	Feira Nova República	Todo dia	
Entrevistado E	Mercados Institucionais (PAA, PNAE, PROCAF)	2/ semana	Cooperativa e Associação
	Feira Nova República	Esporadicamente	
Entrevistado F	Mercados Institucionais (PAA, PNAE, PROCAF)	2/semana	Associação
	Feira do João Paulo	2/ semana	
	Feira Nova República	Domingo	
	Feira da SAF	Quinta	
Entrevistado G	Mercados Institucionais (PNAE)		Associação
	Feira do João Paulo		
Entrevistado H	Mercados Institucionais (PAA, PNAE, PROCAF)	2 / semana	Associação
	Feira do João Paulo	1/ semana	
Entrevistado I	Mercados Institucionais (PNAE, PROCAF)		Associação
	Feira do João Paulo	1/ semana	
	Feirinha da Agronomia	1/ semana	
	Feira Livre Vila Sarney	1/ semana	
Entrevistado J	Mercados Institucionais (PAA, PNAE, PROCAF)	2/ semana	Cooperativa e Associação
	Feira do João Paulo	1/ semana	
	Feira Livre do Angelim	1/ semana	

Fonte: Elaborado pela autora

No que tange ao tipo de representação local, atualmente, o Cinturão Verde é representado pela Associação Cinturão Verde da Vila Sarney Filho I e pela Cooperativa de Agricultores Familiares do Cinturão Verde (COAFACIV). Todos os agricultores entrevistados fazem parte da Associação por serem sócios fundadores, mas nem todos são cadastrados pela Cooperativa. Durante as entrevistas, ficou claro o caráter de oposição entre ambos, o que trouxe certa divisão entre o grupo de agricultores. Ao mesmo tempo, percebemos a possibilidade de ampliação do acesso a novos mercados, já que os cadastros nos mercados institucionais puderam ser acionados também pela cooperativa, possibilitando mais agricultores terem acesso a esse mercado⁷².

4.6 Mercados acessados pelos agricultores do Cinturão Verde

De acordo com Wilkinson (2008, p. 16), pode-se “identificar pelo menos quatro formas tradicionais de acesso aos mercados: acesso direto, sobretudo no caso do mercado

⁷² Não aprofundaremos, nesta pesquisa, as relações que são estabelecidas entre a cooperativa e a associação, nem suas consequências no tocante ao acesso aos mercados, por exigir mais investigação e pesquisa de campo.

local (informal); intermediação via atravessador; integração com a agroindústria; e compras por parte do poder público”. Baseado nessas formas tradicionais de acesso aos mercados, criamos uma tipologia que contemplasse os tipos de mercados acessados pelos agricultores do Cinturão Verde, são eles: “alternativos” em circuitos curtos; “convencionais” em circuitos curtos; “convencionais” em circuitos longos; e mercados institucionais.

Portanto, os mercados “alternativos” são identificados como venda direta, mas também encontramos essa forma de comercialização em mercados “convencionais”, com predominância de feirantes de importados, dando lugar também a bancas de produtores, misturados no mesmo espaço. A venda indireta é realizada no Mercado do João Paulo e diretamente ao atravessador, caracteriza-se por um circuito mais longo de comercialização. Por fim, venda nos mercados institucionais, através do PNAE; PAA e PROCAF. A seguir, descrevemos a forma de participação dos produtores, nos diferentes circuitos acima indicados.

Em 2006, a Casa da Agricultura Familiar (CAF), órgão que era vinculado à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAGRO), iniciou o projeto da “Feira da Agricultura Familiar” ou como é mais conhecida “Feirinha da Agerp”, no bairro do João Paulo, localizado no município de São Luís (imagem 10). Atualmente, a feira é gerida pela Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP) e acontece no estacionamento do referido órgão. A feira funciona todos os sábados, a partir das seis horas da manhã e abrange produtores rurais da AU de São Luís, um total de 20 agricultores familiares, entre eles, quatro famílias do Cinturão Verde.

Imagem 10 - Agricultores familiares na Feira da Agricultura Familiar no bairro do João Paulo



Fonte: Governo do Maranhão (2016)

Em 22 de março de 2016, por iniciativa do Departamento de Economia Rural da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), foi criada a Feirinha da Agronomia que acontece todas as terças-feiras, das 13 às 18 horas, em frente ao prédio do curso de Engenharia Agrônômica. Surgiu, a partir do projeto de Extensão Universitária “Feira livre do produtor: aliando a teoria e a prática da comercialização agrícola”, idealizado pela Professora Ana Maria Aquino, também coordenadora do projeto, cujo objetivo era aliar teoria e prática para os alunos do Curso de Agronomia e criar outro canal de comercialização com geração de renda para a agricultura familiar. Dos objetivos específicos do Projeto (UEMA, 2017, p. 3), citamos:

- a) Organizar o funcionamento da Feirinha da Agronomia nos dias da sua realização na UEMA;
- b) Acompanhar a produção na área de plantio, a fim de evitar a comercialização de produtos não oriundos da comunidade;
- c) Capacitar os produtores na execução dos tratos culturais das hortaliças e frutíferas, na área de comercialização agrícola e boas práticas de manuseio e conservação dos produtos;
- d) Incentivar e capacitar os produtores a realizarem a gestão de custos e receitas desde a produção até a comercialização dos produtos;
- e) Capacitar os produtores na área de receptor de GPS para delimitação e controle da área de produção;
- f) Divulgar a Feirinha da Agronomia nas escolas públicas e privadas para incentivar o consumo de produtos da agricultura familiar;
- g) Monitorar a visita de alunos das escolas públicas e particulares na Feirinha da Agronomia.

Vale destacar que os agricultores do Cinturão Verde são os únicos que comercializam neste espaço. A escolha ocorreu, após um dos alunos do projeto de extensão desenvolver sua pesquisa de monografia na comunidade, levantando dados no tocante ao sistema produtivo local e o fato de estarem organizados por meio da Associação facilitou o processo de inserção desses à feira. Atualmente, existem 10 produtores que participam semanalmente, uma das regras para participar é a proibição da comercialização de produtos comprados em mercados convencionais. Sendo assim, só somente é vendido o que é produzido na comunidade.

Segundo entrevista com a coordenadora do referido projeto, alguns entraves têm limitado o cumprimento dos objetivos propostos, demonstrando mais uma vez a distancia existente entre o projeto idealizado e a realidade de sua implantação.

A fiscalização na feira é realizada por um aluno bolsista do projeto, que a acompanha e auxilia os produtores quanto a quaisquer eventuais problemas. No mais, são realizadas

reuniões mensais entre o representante da comunidade do Cinturão Verde e coordenadores do projeto.

A estrutura das barracas foi doada pela SAF a partir do Programa Mais Feiras (imagem 11), mas devido ao difícil desmonte e à deterioração dessas, o Projeto que deu início à feira entrou em parceria com a Reitoria da UEMA, a qual subsidiou a compra de novas barracas com estrutura em alumínio e de fácil manuseio.

Imagem 11 - Agricultores do Cinturão Verde comercializando na Feirinha da Agronomia, na Universidade Estadual do Maranhão



Fonte: Pereira (2018)

A Feira São Luís Rural do Angelim é realizada todos os sábados, no bairro do Angelim, no município de São Luís, gerida pela SEMAPA. Possui um total de 15 bancas para produtores de importados⁷³ e 35 bancas destinadas aos produtores rurais, dentre esses, quatro são agricultores do Cinturão Verde (imagem 12). Essa divisão torna a feira bastante frequentada, já que o consumidor encontra diversos produtos em um mesmo local com preços variados.

⁷³ Refere-se a produtos vindos de outros estados, incluindo mesmo aqueles que são produzidos localmente. Essa nomenclatura é utilizada pela SEMAPA para distinguir esses feirantes dos produtores que acessam essas feiras.

Imagem 12 - Feira São Luís Rural do Angelim



Fonte: Cardoso (2018)

A Feirinha da SAF é uma iniciativa da Secretaria de Agricultura Familiar e é realizada no espaço interno da sede da Secretaria (imagem 13). Ocorre todas as quintas-feiras das 12h às 17h e atende somente os funcionários da SAF. Somente uma agricultora do Cinturão Verde que comercializa nessa feira possui transporte disponibilizado pela secretaria para descolamento. Assim como a Feirinha da Agronomia, não é permitida, nesse espaço, a comercialização de produtos que não sejam da agricultura familiar.

Imagem 13 - Agricultora do Cinturão Verde comercializando na Feirinha da SAF



Fonte: Braga (2019)

A feira da Nova República, localizada no bairro da Vila Nova República, fica a 9 km do Cinturão Verde. Anteriormente, era ocupada somente por feirantes, atualmente é utilizada por quatro agricultores do Cinturão Verde, após a iniciativa de um agricultor da comunidade

(Entrevistado D) que, devido à dificuldade em comercializar o excedente da sua produção, tendo em vista o atraso dos Programas de compras públicas, passou a levá-los para essa feira. A feira ocorre todos os dias.

Há também os casos de venda direta, na qual os consumidores deslocam-se ao Cinturão Verde para comprar diretamente dos produtores. Esse tipo de comercialização ocorre principalmente para compra de farinha d'água e de frango caipira, porém é realizada de forma esporádica, não sendo garantia de um canal seguro ao produtor.

Atualmente, por meio de uma parceria entre a COAFACIV e a União dos Moradores da Vila Sarney, foi criada a Feira da Vila Sarney, localizada no bairro de mesmo nome, a 7 km do Cinturão Verde. Teve início, no dia 23 de setembro de 2018, participa um total de seis agricultores do Cinturão Verde e quatro agricultores que produzem em áreas agrícolas nesse bairro. Ainda é uma feira que está se estabelecendo, por esse motivo, não existem muitos consumidores, o que torna a feira ainda pouco atrativa para a maior parte dos agricultores.

A venda indireta é realizada principalmente com agentes que atuam na feira do João Paulo, que é um dos centros distribuidores de São Luís – tal como a CEASA. Há alguns anos, era o principal canal de distribuição utilizado pelos agricultores do Cinturão Verde, todavia, nos últimos anos, outros mercados foram sendo acessados reduzindo a dependência desse centro atacadista. Geralmente, os produtos comercializados no João Paulo são intermediados por um ou mais comerciantes, ou são vendidos aos feirantes que levam ao consumidor, ou a atravessadores que repassam aos feirantes. Ademais, temos os atravessadores que, duas vezes na semana, vão ao Cinturão Verde para comprar frangos para redistribuir a restaurantes e boxes de venda nas feiras da cidade, que podem ser próprios ou de terceiros.

Por fim, têm-se os mercados institucionais, representados pelo PAA, PNAE e PROCAF. Anteriormente, o PAA era operacionalizado pela CONAB nesta comunidade, mas atualmente, existem duas instituições que possuem chamadas públicas individuais para o PAA, geridas pela SEMSA e acessadas pelos agricultores cadastrados pela Cooperativa do Cinturão Verde, a saber: o Exército e o IFMA. O PNAE é acessado por meio de chamadas públicas para entrega de alimentos às escolas comunitárias da cidade.

No ano de 2018, não houve edital do PNAE lançado, mas entregaram alimentos em escolas nos meses de setembro e outubro, com pagamentos referentes às contas do ano passado. O PROCAF está sendo operacionalizado pela SAF, o edital de 2018 atendeu os agricultores familiares apenas nos meses de outubro e novembro, somando um total de R\$

4.500,00, dividido em duas vezes. Para o ano de 2019, novos cadastros foram realizados, lembrando que existem aqueles agricultores que fornecem pela Cooperativa e outros pela Associação.

Assim, apontamos para as vendas em circuitos curtos como uma das principais estratégia utilizada pelos agricultores do Cinturão Verde, através das feiras livres. À vista disso, no próximo capítulo, faremos uma análise da comercialização a partir dos circuitos comercialização curtos e longos, considerando os mercados acessados e qual o impacto sobre a reprodução social desses agricultores periurbanos.

5 MERCADOS ALTERNATIVOS E CONVENCIONAIS: o caso dos agricultores periurbanos do Cinturão Verde

Algumas das questões que nos propomos a discutir nesta pesquisa giram em torno do processo de urbanização e seu impacto sobre a agricultura periurbana da Comunidade do Cinturão Verde. No caso da comunidade estudada, como vimos no capítulo anterior, após a posse da escritura da terra, em virtude da falta de apoio do poder público, assistência técnica, custo alto da energia elétrica, linhas de crédito que sejam vantajosas ao produtor, os agricultores alegam não ter como reinvestir na propriedade, além de tudo, a agricultura periurbana enfrenta dificuldades de outro tipo, como a concorrência com atividades urbanas (mercado de trabalho), o mercado de terras e as exigências de qualidade dos consumidores.

Embora esses problemas estejam presentes no dia a dia do agricultor periurbano do Cinturão Verde, juntamente com a incerteza da continuidade na atividade agrícola, a busca por melhores rendimentos através do acesso a diferentes tipos de mercados tornou-se a principal estratégia para a garantia da reprodução social desses produtores. Dessa forma, eles têm se envolvido em processo de criação de novos mercados, tanto através de iniciativas do poder público, quanto da Cooperativa, da Associação e de agricultores individuais.

Com base nos resultados do nosso campo de pesquisa, apresentaremos, neste capítulo, questões relacionadas aos aspectos do processo de acesso dos agricultores periurbanos aos diferentes tipos de mercados (alternativos, convencionais ou institucionais) e circuitos (longo/curto) de comercialização, considerando questões importantes, tais como, as diferentes exigências de qualidade, o processo de estabelecimento de preços, a relação com consumidores e a relação com agentes intermediários. Nesse sentido, abordaremos, inicialmente, os mercados classificados como alternativos e que guardam as características dos Circuitos Curtos na lógica dos SAAs, tais como a Feirinha da Agronomia, Feirinha da SAF, Feira São Luís Rural do Angelim, Feira livre da Vila Sarney e Feira da Agricultura Familiar da AGERP.

Em segundo lugar, analisaremos um mercado em Circuitos Curtos, mas que funciona na lógica dos mercados convencionais, nesse caso está incluída a feira da Nova República. Temos ainda o Mercado do João Paulo, que representa o mercado convencional em circuito longo. Acrescentamos o debate sobre as políticas públicas voltadas à comercialização dos produtos da agricultura familiar representados pelos mercados institucionais (PAA, PNAE e

PROCAF), analisando as dificuldades encontradas no modelo atual de acesso e execução dos projetos.

5.1 Mercados “alternativos” e “convencionais” em circuitos curtos

5.1.1 Relações entre produtores e consumidores

Na comunidade Cinturão Verde, dos sete mercados físicos acessados⁷⁴, somente o Mercado do João Paulo não se caracteriza como venda direta. Portanto, as seis feiras que eles participam representam um importante canal de comercialização, possibilitando essa proximidade com o consumidor, a partir de uma reciprocidade binária, caracterizada pela relação face a face (SABOURIN, 2013).

Nesse contexto, encontramos nesses mercados alternativos algumas variações a respeito das relações sociais estabelecidas e do público atendido. Na feirinha da agronomia, existem consumidores que, em sua maioria, são estudantes e professores da UEMA e, em número menor, moradores de bairros próximos. A feira da SAF é frequentada pelos funcionários da secretaria; os demais mercados abrangem os moradores do bairro onde está localizada a feira.

Segundo entrevista com a coordenadora da feira da agronomia e também professora da disciplina de Comercialização Agrícola do curso de Agronomia, quando os consumidores realizam a compra dos produtos diretamente dos agricultores, o que está envolvido não é somente uma troca econômica, mas a alternatividade desse sistema alimentar, pois como explica Goodman (2009), torna-se um espaço de resistência ao sistema alimentar convencional⁷⁵. Com isso, existe uma troca de saberes entre estudantes, professores, moradores locais e agricultores periurbanos. Além disso, dentre os objetivos da feira, está o estabelecimento de um campo de observação para os alunos do curso de agronomia. Dessa forma, é possível observar o que Le Velly (2017) denominou de *Consum'atores*, conforme fala do entrevistado H, quando questionado sobre o interesse dos consumidores dessa feira a respeito do alimento comprado, comparando a feira da agronomia à Feira Nova República, em que na primeira temos um consumidor mais ativo e participativo, enquanto que na segunda,

⁷⁴ Quando citamos “mercados físicos”, referimo-nos às feiras, excluindo assim os mercados institucionais e venda direta na propriedade, seja ao atravessador ou consumidor.

⁷⁵ Vale destacar que existe um supermercado Mateus, próximo à Universidade.

por ser um mercado com predominância de feirantes que vendem produtos adquiridos nos centros de distribuição, temos um perfil de consumidor diferente, o mesmo ocorre na Feira da AGERP.

Os consumidores questionam, ainda mais na UEMA, eles perguntam até sobre o manejo, em outras feiras, as pessoas não têm muita curiosidade, mas na UEMA... pelo amor de Deus... no caso da Feira Nova República, eles praticamente não perguntam (Informação verbal)⁷⁶.

Características semelhantes encontramos na Feirinha da SAF, onde somente uma agricultora (entrevistada F) atende os consumidores e funcionários da secretaria, estabelecendo relações ainda mais diretas, haja vista que não há outros produtores no local. A entrevistada F explica que estabeleceu relações de amizade a ponto de trocar número de telefone com os funcionários e esses fazerem pedidos antecipadamente do que irão precisar. Assim, caso ela não tenha o produto, pode pegar com agricultores vizinhos. Portanto, segundo os relatos, na relação face a face nas feiras livres, há o estabelecimento de relações de amizade, respeito e confiança, possibilitando a “pechincha” dos preços, encomenda de produtos previamente por telefone ou, como o entrevistado J, que comercializa na Feira São Luís Rural do Angelim, destacou, “a gente ganha até mãe na feira” (Informação verbal), referindo-se aos laços criados com os consumidores, enquanto comercializa seus produtos.

No relato do entrevistado A no que cerne à Feira São Luís Rural do Angelim, identificamos redes sociais que se formaram a partir da entrega de produtos do PNAE às escolas do Bairro, pois o Angelim é composto por vários residenciais e muitos professores e diretores das escolas às quais os alimentos são entregues pelo Programa moram nos entornos de onde ocorre a feira. Com isso, optam por comprar sempre desse agricultor responsável pela entrega dos produtos do PNAE. Os dois agricultores entrevistados que comercializam nesse mercado (entrevistados A e I) relataram a visita em suas propriedades de alguns dos gestores de escolas que frequentam a Feira São Luís Rural do Angelim.

Uma das consequências possíveis dessa relação de proximidade são os conflitos que podem existir nesses espaços, a exemplo do ocorrido no início da Feirinha da Agronomia. Das 10 pessoas que entrevistamos, quatro (entrevistados F, G, H, J) chegaram a participar dessa feira, mas abandonaram após a permanência por seis meses, com a justificativa de que havia muitas reclamações por parte da coordenação e em razão da pequena quantidade de consumidores frequentando o local. Um segundo exemplo é a recente Feira Livre da Vila

⁷⁶ Fala do entrevistado H, em 03 de dezembro de 2018.

Sarney, iniciada em setembro de 2018, acessada por seis agricultores do Cinturão Verde, após a primeira semana de funcionamento, alguns produtores desistiram de comercializar nesse espaço, devido ao baixo número de consumidores frequentando a feira. Apesar disso, o entrevistado I explica que se mantém comercializando, baseado na experiência da feirinha da agronomia, que iniciou da mesma forma, mas com o tempo foi se estruturando, tornando-se conhecida e atraindo mais consumidores.

5.1.1.1 A exigência da Alternatividade

Chamamos a atenção para a exigência da alternatividade, a qual visa reconstituir os vínculos entre os produtores e consumidores, a fim de reapropriar o produto local, fato esse observado em duas feiras estudadas: a feirinha da agronomia e a feirinha da SAF.

À vista disso, destacamos um conflito entre o projeto de alternatividade, presente na feirinha da agronomia e a realidade de sua execução. Como aponta o Regulamento interno, referindo-se às competências dos produtores/feirantes.

Fica proibida a comercialização de produtos comprados em centrais de abastecimento ou outro tipo de comércio atacadista. O produtor/feirante será imediatamente desligado do projeto caso seja flagrado desrespeitando este item do Regulamento (REGULAMENTO INTERNO DA FEIRINHA DA AGRONOMIA, Cap. VI).

Para compreender essa dinâmica, precisamos analisar esses mercados acessados, seu volume de venda, e as regras estabelecidas pelos atores responsáveis. Segundo entrevista com a coordenadora da feira da Agronomia, alguns entraves têm limitado o cumprimento dos objetivos propostos. O problema mais recorrente foi quanto aos produtores que compravam alimentos no mercado do João Paulo para vender na feirinha, em decorrência disso, os preços comercializados ficaram altos para o consumidor.

Outro problema citado foi a variação de preços durante as feiras, os quais baixavam no fim, gerando reclamações por parte dos consumidores. Além disso, alguns agricultores, que iniciaram, desistiram de comercializar nesse espaço com a justificativa de que o volume vendido não compensava o esforço de deslocamento, já que o transporte é de responsabilidade de cada produtor⁷⁷, restando apenas três agricultores que se mantiveram na feira. Partiu-se,

⁷⁷ Pagam em média R\$ 25,00 para um dos produtores que tem carro, levar os alimentos à feira. Pagam também o valor de R\$ 5,00 para a manutenção das bancas.

então, para a reestruturação da feira através da adesão de novos agricultores, desta vez, tendo como mediador a Cooperativa do Cinturão Verde e não mais a Associação⁷⁸.

Portanto, na Comunidade Cinturão Verde, ao questionarmos a respeito da importância de comercializar-se, nas feiras livres, somente o que é produzido por eles, as respostas seguem duas linhas de pensamento, os que são contra a venda de produtos de fora e os que são a favor, conforme vemos nos discursos a seguir.

Eu acho que não é bom não, muitos faz isso, mas eu não faço não. Tu sabe por quê? Porque não me dá lucro, eu gosto de trabalhar, mas quero saber o que tô fazendo. A feira nunca garante que você vende seus produtos todos. Vamos dizer eu compro uma caixa de mamão pra eu vender, aí eu vendendo o meu mamão... eu vendo o quilo de R\$ 3,00, então eu faço R\$ 75,00 numa caixa. A pessoa que compra, quando tá barata, ela vai comprar uma caixa por R\$ 40,00, aí ele ainda sai daqui pra ir no João Paulo comprar e volta, aí ele leva pra feira, quando ele chega na feira, vai ganhar R\$ 20,00 numa caixa se ele vender tudo. Os produtores que fazem isso, vão lá na feira, ficam um mês, dois meses e num vendem, aí desistem, não tem sustentabilidade. Mas se ele for pra uma feira que vende bastante, aí é outra questão. Mas eu não quero entrar nisso, eu quero vender mesmo os meus produtos. Na feirinha da agronomia tem o estatuto que não deixa vender esses produtos, mas mesmo assim tem é muita gente que vende (Informação verbal)⁷⁹.

Quando eu não tenho produto eu compro de outro colega produtor que tem, não gosto de tá comprando no mercado, porque eu me preocupo muito com a qualidade do produto. O consumidor sabe o que é produzido aqui e o que é lá do Ceará, Bahia. Quando não tem produto aqui, compramos em de colegas de outros municípios do Maranhão, pra não comprar de outro estado (Informação verbal)⁸⁰.

Eu acho que é válido terminar de interar, porque se tu chega na minha mesa tu vai comprar uma coisa, tu só tem cheiro verde, aí tu vai numa mesa que tem tomate, cheiro verde, cebola, batata, que tem tudo... tu vai comprar tudo, tu vai deixar só o cheiro verde pra comprar na minha mão? Logicamente que não! Quer dizer então que eu vou perder cliente! Eu tenho que ter na minha banca o que o cliente pede. Na Feira da SAF é diferente, porque eles já sabem o que eu levo. Eles me procuram por tomate, cebola, mas eu digo que só vou botar se a direção autorizar (Informação verbal)⁸¹.

Nesses relatos, identificamos os cálculos que são feitos pelos agricultores no momento da comercialização, a fim de evitar que a venda acarrete em prejuízos e, consequentemente, afete a reprodução de suas famílias. No primeiro depoimento, são evocadas questões referentes à compra de produtos importados e possibilidade de prejuízo na hora da

⁷⁸ Chamamos a atenção para o fato de que todos os quatro entrevistados que deixaram de participar da feira da Agronomia possuíam vínculo apenas com a Associação. Porém, atualmente, há uma predominância de agricultores ligados à cooperativa, geralmente com laços familiares entre eles, o que denota a indicação de pessoas com grau de parentesco.

⁷⁹ Fala do entrevistado B, em 04 de outubro de 2018.

⁸⁰ Fala do entrevistado A, em 11 de setembro de 2018.

⁸¹ Fala da Entrevistada F, em 21 de novembro 2018.

comercialização. No segundo caso, a preocupação perpassa pela qualidade dos produtos e valorização do que é produzido localmente e, por último, o foco está no fato de ter produtos para atender os consumidores, sejam eles locais ou não.

Nas feiras da agronomia e da SAF, os critérios de participação são mais limitados, havendo um estatuto e fiscalização quanto ao cumprimento dessas regras e isso é possível por serem mercados pequenos e de fácil gestão.

Quanto às demais feiras, como a Feira da Nova República, por ser um mercado convencional, mas com a participação de alguns produtores rurais que adquiriram bancas, não existe qualquer critério que limite a aquisição de alimentos comprados em centros atacadistas. A feira livre da Vila Sarney é gerida pela Cooperativa, mas ainda assim, os produtores têm autonomia em sua comercialização, estabelecendo seus preços e o tipo de produto vendido, sendo que a feira da AGERP segue a mesma lógica. A Feira São Luís Rural do Angelim gerida pela SEMAPA possuía regras bem definidas quanto ao preço dos alimentos e local de produção, mas com o passar o tempo, expansão da feira e mudanças de governos, houve um abandono por parte da secretaria quanto ao projeto inicial, a qual assume, atualmente, somente a responsabilidade de cadastro de permissionários, e montagem das barracas nos dias de feira.

5.1.2 Relações entre agricultores e atravessadores

A figura do atravessador nessas feiras aparece em três momentos: quando são comprados produtos no mercado convencional para comercialização em algumas dessas feiras; quando são acionados como outro canal de comercialização para escoamento da produção própria; e no momento que o agricultor assume o papel de atravessador.

O primeiro caso ocorre quando são incorporados produtos exógenos, a fim de complementar a cesta de alimentos e atender a algumas exigências dos consumidores, acontecendo com mais frequência nos mercados convencionais em circuitos curtos, porém, essa relação também é encontrada nos mercados alternativos, embora com produtos em menor volume, já que a predominância é da venda de produtos locais. A exceção encontrada, como citamos anteriormente, refere-se às feiras da SAF e da Agronomia, nas quais os produtos comprados nas centrais de abastecimento ou mesmo nos mercados públicos são fornecidos com pedidos prévios do consumidor, evitando-se a exposição desses alimentos nas bancas.

Em relação ao segundo tipo de intermediário, os relatos confirmam que, com o acesso às feiras livres, houve uma redução na comercialização no Mercado do João Paulo, o qual é acionado agora somente quando existe sobra de produtos, que nem as feiras nem os mercados institucionais incorporaram. Contudo, o acesso ao circuito longo de comercialização não deixou de ser utilizado.

A figura do atravessador aparece também no próprio agricultor, haja vista que, em razão da pouca diversificação da produção – considerando a produção individual –, os próprios agricultores agem como intermediários comprando alimentos dentro da comunidade para levarem as feiras livres e/ou fornecerem ao PAA, PNAE e PROCAF e existem aqueles que compram para vender nos Centros Atacadistas como o mercado do João Paulo, assumindo um papel social importante e abrindo mais um canal de comercialização na comunidade. Nesse caso, geralmente, o mesmo agricultor que compra também vende alimentos aos agricultores locais, sejam do Cinturão Verde ou de outras comunidades próximas.

5.1.3 Exigências de qualidade e estabelecimento dos preços

Duas outras questões importantes, quanto às características dos mercados alternativos e convencionais discutidos, estão relacionadas à rentabilidade obtida no que diz respeito à qualidade e formação de preços dos alimentos comercializados.

Isso fica claro quando perguntamos aos agricultores a respeito da preferência dos consumidores pela feira livre, as opiniões foram unânimes, os quais afirmaram que a procura ocorre em razão da melhor qualidade e menores preços dos produtos ofertados.

As exigências por qualidade foram citadas como o grande diferencial da produção de base familiar em relação aos alimentos vendidos em centros de abastecimentos, por oferecem produtos mais frescos, com nenhum ou baixo índice de agrotóxicos. Apesar disso, os preços ainda são citados como fator determinante na hora da compra, seguidos da qualidade do produto, em que a última é mais valorizada nos mercados alternativos em circuitos curtos.

Quanto às feiras livres estudadas, um primeiro aspecto a ser destacado é que os preços são definidos fundamentados no mercado convencional, tanto das feiras alternativas quanto das convencionais em circuitos curtos. Na feirinha da agronomia, os produtores têm como base os preços encontrados no Supermercado Mateus, que se localiza a 2,5 km da UEMA –

local onde ocorre a feira –, a partir disso, segundo o entrevistado I, eles estabelecem, em uma decisão conjunta, preços menores sem haver prejuízos ao produtor “porque o produto é próprio” (informação verbal)⁸². Portanto, sinalizamos que preços mais baixos ao consumidor das feiras livres é resultado de um mercado relocado, enquanto que preços maiores não significam melhor qualidade do produto, no caso das feiras estudadas, pode indicar comercialização de produtos comprados em centros atacadistas.

Constatamos em entrevistas com a coordenadora da Feirinha da Agronomia que, na concepção do projeto, não havia cláusulas correspondentes à definição dos preços de venda dos produtos, mas durante a execução, alguns conflitos foram surgindo e essa questão tornou-se prioridade para manter o caráter alternativo da feira livre, como veremos no depoimento a seguir:

Muitos agricultores queriam determinar o preço dos produtos. E o preço delas era sempre mais caro e quem saía perdendo era quem produzia, porque podia vender mais barato, mas não podia por causa delas. Os outros que queriam colocar preços menores recebiam pressão dos demais do grupo, e não poderiam colocar preços mais baixos. Quando a gente trabalha na feira livre, a gente não pode colocar um preço tão alto ou compatível com o Mateus, por que vai diminuir o número de consumidores. E como eles produzem, eles têm condição de vender mais barato, a gente vende e ganha por quantidade vendida. As pessoas estavam se afastando da feirinha (Informação verbal)⁸³.

Desta feita, havia uma tentativa de regulação dos preços por parte dos responsáveis pelo projeto que, a todo custo, tentavam diferenciar-se do mercado convencional. Como consequência, esse foi um dos motivos da saída de alguns desses agricultores da feirinha, juntamente com a justificativa da baixa frequência de consumidores.

Para coordenação, a baixa frequência de consumidores nas feiras foi em decorrência do aumento dos preços de comercialização, o que pode indicar um projeto de alternatividade limitado ao produtor, com a baixa participação de *consumidores* preocupados com a qualidade e características intrínsecas ao alimento adquirido (LE VELLY, 2017).

Quanto às demais feiras livres, como a feira da SAF, Feira Livre da Vila Sarney, Feira São Luís Rural, Feira da Nova República e Feira da Agerp, os preços são definidos com base no mercado do João Paulo e dos demais feirantes – onde funcionam três mercados para atender os consumidores da localidade –, não havendo controle dos preços por instituições fiscalizadoras. Sendo assim, a regulação é de responsabilidade dos próprios agricultores.

⁸² Fala do entrevistado I, em 07 de dezembro de 2018

⁸³ Fala da Coordenadora da Feirinha da Agronomia, em 28 de novembro de 2018.

Como explicaram: “todos acompanham os mesmos preços, assim não tem conflito”; “me baseio no preço que os outros feirantes estão vendendo”; “coloco de acordo com o do vizinho, pela experiência eles já sabem a faixa de preços” (Informação verbal)⁸⁴

Existe uma dinâmica na maioria das feiras, no começo os preços são maiores por conta da maior circulação de pessoas, entretanto, ao final da feira, os preços diminuem, conforme vai reduzindo o número de consumidores. Nos mercados convencionais, tais como supermercados, esse sistema não é comum. Identificamos essas características nas feiras estudadas, ao questionarmos se os preços dos produtos variavam em um mesmo dia, como apontou o entrevistado A: “varia, porque sempre vai acompanhando a oferta e a procura” (Informação verbal)⁸⁵, embora a maior justificativa seja para reduzir as sobras, a fim de voltar com o mínimo de produtos para casa. Na feirinha da agronomia, é proibida essa variação dos preços.

Os agricultores começavam com um preço, e quando chegava lá no final eles abaixavam o preço, então, o que tava acontecendo era a xepa no final da feira, então comecei a ouvir “ah não vou mais cedo professora, só vou no final porque o preço tá mais barato”. Aí que começamos a ver esse processo da venda. Agora a questão do preço tá regulada (Informação verbal)⁸⁶.

Apesar dessa limitação imposta pela coordenação da feira, os agricultores criaram outros meios para reduzir a sobra de produtos, como explicou o entrevistado I, “é uma regra, não pode variar os preços, a única coisa que pode fazer é baixar no final da feira, mas é só entre a gente e o freguês” (Informação verbal)⁸⁷. Dessa forma, os agricultores permanecem baixando o valor dos seus produtos, não mais de forma aberta como ocorria anteriormente, mas em uma relação direta com o consumidor.

5.2 Mercado convencional em circuito longo

5.2.1 Relações entre agricultores e atravessadores

O mercado convencional, em circuito longo, é representado pelo Mercado do João Paulo e diferencia-se das demais feiras acessadas, por ser caracterizado como uma central de

⁸⁴ Fala dos entrevistados C, F e J, na sequência citada.

⁸⁵ Fala do entrevistado A, em 11 de setembro de 2018.

⁸⁶ Coordenadora da Feirinha da Agronomia, em 28 de novembro de 2018.

⁸⁷ Fala do entrevistado I, em 07 de dezembro de 2018.

abastecimento, ao mesmo tempo em que é um local de escoamento da produção dos agricultores da AU de São Luís. A relação de comercialização é caracterizada como circuito longo por possuir entre um ou mais intermediários, mediando a negociação até o consumidor final. Ademais, os preços praticados são em média 50% menores do que das feiras livres.

Do Cinturão Verde, somente o entrevistado E não acessa esse mercado, mas afirmou que esporadicamente pede ao filho, que também é agricultor, que leve alguns produtos para serem comercializados. Nos últimos anos, com o acesso a novos mercados, como as feiras livres e mercados institucionais, houve uma diminuição da venda aos atravessadores do João Paulo que, até então, era o principal canal de comercialização acessado por eles. Antes a venda no João Paulo ocorria com uma frequência de três a quatro vezes por semana, porém, atualmente, os agricultores que acessam mais as feiras livres relataram levar seus produtos no João Paulo somente uma vez por semana ou a cada 15 dias.

No Cinturão Verde, encontramos dois perfis de atravessadores, aqueles que vão até a comunidade comprar diretamente com o produtor, nesse caso, para a compra de frangos; e aqueles que compram no Mercado do João Paulo para abastecimentos das feiras da cidade.

Nas entrevistas que realizamos, constatamos que não existem relações de confiança estabelecidas entre atravessadores e agricultores, pois ao questionarmos sobre o número de atravessadores com os quais fazem negócio regularmente, as respostas foram sempre as mesmas: “Não tem um atravessador fixo, é aleatório”; “faço negócios com quatro atravessadores regularmente. Mas nem sempre são os mesmos, sempre varia”; “São muitos atravessadores, cada vez é um diferente. Mas não mantenho relação com eles, porque às vezes vem com indicação dos vizinhos” (Informação verbal)⁸⁸. Outro agricultor justificou a ausência de uma relação fixa com os atravessadores pelo fato de não possuir uma regularidade na sua produção capaz de atender às demandas, pois sua prioridade é fornecer aos mercados institucionais, em seguida às feiras e caso haja sobras, ao Mercado do João Paulo, com o argumento de que é “melhor vender a preços baixos do que dar pros porcos” (Informação verbal)⁸⁹.

As vendas realizadas para intermediários na propriedade ou para comerciantes no Mercado do João Paulo possuem características diferentes. Os atravessadores que vão comprar diretamente no local de produção são, em geral, donos de boxes nos mercados da

⁸⁸ Fala dos entrevistados B, D e E.

⁸⁹ Fala do entrevistado G, em 28 de novembro de 2018.

cidade, podendo ser caracterizada, do ponto de vista da distância percorrida pelo alimento, como uma venda em circuito curto, embora não se enquadre como um SAAs, porém, também como circuito longo, já que também foi citada a presença de atravessadores que compram aves para fornecer a restaurantes ou outros fins.

Normalmente, eles compram de vários agricultores da comunidade, ou seja, daquele que tenha o produto para vender na hora demandada. Por isso, alguns agricultores entrevistados não souberam identificar o nome do atravessador para o qual realizaram a venda, nem o local de destino do frango comercializado. A frequência de venda é variável, consistindo geralmente de uma a duas vezes na semana, mas nem sempre o agricultor tem frango em ponto de abate, logo a estratégia é indicar outro produtor local que tenha o animal pronto para comercializar.

Notamos que os agricultores não consideravam o comprador dos frangos como atravessadores, somente os que compram no mercado do João Paulo. A explicação foi por conta dos preços praticados, já que o aviário garante grande parte da renda da família, em torno de 40% a 50%. Além disso, os preços são fixos e praticados por todos os agricultores da comunidade – um frango vivo custa de R\$ 25,00 a R\$ 30,00 –, os quais também têm a possibilidade de negociar o valor de venda, conforme a quantidade comercializada, denotando uma autonomia do agricultor em relação à venda de seu produto.

Devido à grande demanda por frangos, não foi percebida nas entrevistas qualquer conflito entre os agricultores, pelo contrário, existe uma parceria entre eles ao indicarem aqueles que têm frango pronto para comercializar. Quanto aos agricultores que não têm aviários, esses concentram-se na produção de hortaliças e frutas e, esporadicamente, há atravessadores indo direto na propriedade para comprar seus produtos. Nesse caso, eles precisam acessar mais feiras e o Mercado do João Paulo com mais frequência.

Uma vantagem da venda aos atravessadores que compram o frango é o fato de os agricultores não precisarem se deslocar para a entrega do produto, possibilitando a diminuição dos custos empreendidos em transporte, assim como, o tempo economizado para dedicar nas atividades produtivas e comercialização em outros canais.

5.2.2 Exigências de qualidade e estabelecimento dos preços

Como citamos anteriormente, o mercado do João Paulo tem algumas peculiaridades por ser um centro de distribuição e abastecimento que atende feirantes que comercializam em diversos mercados da AU de São Luís, ao mesmo tempo em que também atende consumidores do João Paulo e de bairros próximos e, por ser o principal local de venda dos agricultores periurbanos.

Quando perguntamos a respeito das vantagens e desvantagens da comercialização nesse mercado, as respostas foram muito semelhantes. A principal vantagem está relacionada com o volume vendido e a desvantagem são os baixos preços praticados, acarretando em uma forte dependência dos preços estabelecidos pelos atravessadores. Por outro lado, há o risco de não vender tudo e retornar com o alimento para casa, conforme o relato do Entrevistado B ao falar do preço da macaxeira (*Manihot esculenta* Crantz) nos mercados acessados por ele.

Eu tô tirando uma média agora de 5 caixa por semana, é um programa que tem aí, da SAF, o PROCAF. Eu entrego toda semana cinco caixas, dá uma média de R\$ 75,00 a caixa. Se eu vendo na feira da UEMA, é R\$2,50 o kg, deve dá uns R\$ 65,00. No João Paulo eles não querem dar mais do que R\$ 25,00 numa caixa, aí eu nem levo. Um dia desses nós tinha muita, e ainda não tinha chegado o programa, peguei 12 caixas e levei pra Feira do João Paulo, dia de sábado, aí eu cheguei lá e vendi seis caixas. Eu vendi duas caixas por R\$ 40,00, deu R\$ 20,00 cada uma. Eu fiquei lá, aí quando amanheceu o dia, chegou um cara dizendo “rapaz, quer vender isso aí? Quanto é? Eu quero quatro caixas. Eu respondi “é R\$ 25,00” cada. Ele falou que não queria. Aí eu disse que deixava por R\$ 15,00, ele disse “Tu quer R\$ 50,00 em quatro caixas? E eu respondi que podia ser. O que eu apurei no fim foi R\$ 90,00, e ainda voltei pra casa com seis caixas (Informação verbal)⁹⁰.

Vemos, então, a diferença de preços entre os mercados institucionais, feira livre e Mercado do João Paulo, demonstrando que a ausência dos dois primeiros colocaria novamente os produtores em uma situação de completa insegurança e dependência na hora de comercializar seus produtos. Assim, quando perguntamos se eles consideram-se dependentes dos atravessadores, quatro deles responderam de forma negativa e são esses que possuem o maior número de mercados acessados, ou seja, de uma a duas feiras, somado aos Programas de compras públicas – geralmente PNAE, PAA e PROCAF –, com exceção do entrevistado D, que comercializa diariamente na Feira da Nova República, o que permite uma renda fixa diária.

⁹⁰ Fala do entrevistado B, em 04 de outubro de 2018.

Dos produtores que se consideram dependentes do João Paulo, as justificativas referem-se à ausência de mercados fixos para escoamento da produção, já que as feiras livres ocorrem somente uma vez na semana e nem sempre o volume comercializado é suficiente para manter a família. Ademais, como já citado, os mercados institucionais não têm funcionado regularmente.

Com certeza que não, por exemplo, agora de dezembro a fevereiro de 2019 não tem PAA, PNAE, só tem a feira e o João Paulo, então tenho que ir pro João Paulo, porque não consigo vender tudo na minha feirinha. Se eu não for pro João Paulo eu vou perder. Mesmo eu vendendo barato, mas me ajuda. E ainda te digo uma coisa, a área rural de São Luís não seria a mesma se não existisse o João Paulo. A ilha de São Luís toda depende do João Paulo (Informação verbal)⁹¹

Existem também aqueles que, além de produzirem, também compram na comunidade para vender a feirantes, como os entrevistados D e H.

Eu passei uma época, uns meses atrás que eu não tinha nada plantado, eu só comprava aqui mesmo dentro da comunidade, e vendia. Porque tem muita gente que não tem transporte, por exemplo, aí fica mais complicado pra ele ir pra feira. Então é mais vantagem pra ele vender na porta pra alguém que vai pro João Paulo, do que ele ir pro João Paulo com todas as despesas. Até porque a gente trabalha no João Paulo mais é de madrugada, e nem todo mundo se acostuma com esse negocio de perder sono. Eu ia todo dia pra lá, menos no sábado. Eu comprava mercadoria aqui e ia pra lá revender. Agora eu já tô produzindo, mas às vezes faço a mesma coisa, compro mercadoria e vou lá revender. Porque hoje em dia, esse negócio de compra pra revenda, sai mais vantagem do que você plantar, porque o cara gasta muito, às vezes tem um plantio que você leva prejuízo, o adubo hoje é muito caro, a energia, eu parei de plantar mais por causa disso, da energia (Informação verbal)⁹².

Esse mesmo agricultor, ao ser questionado sobre um cenário possível sem atravessadores para comercializar seus produtos, afirmou que abriria um sacolão por ser mais vantajoso; outro agricultor (entrevistado C) afirma que não teria para quem vender, havendo a necessidade de abrir novos mercados para atendê-los. Assim, percebemos, nesses últimos relatos, as implicações de produzir-se em um centro urbano, no que se refere ao acesso a mercados e sua importância para a continuidade desses produtores na atividade agrícola.

Quando referimo-nos aos preços praticados no mercado do João Paulo, quem determina são os atravessadores, mas também são influenciados por fatores climáticos e sazonalidade da produção. Outro ponto de destaque é que, nas feiras livres, podem ser levados alimentos em pequena quantidade, como frutas produzidas nos quintais de casa, enquanto que, no João Paulo, a venda deve ser realizada em grandes quantidades, pois em virtude da

⁹¹ Fala da Entrevistada F, em 21 de novembro de 2018.

⁹² Fala do entrevistado H, em 03 de dezembro de 2018.

presença de um grande número de produtores, a concorrência aumenta, jogando os preços para baixo, como destacou o entrevistado G:

Eu acho muito difícil você chegar na feira do João Paulo e vender uma caixa de quiabo por R\$ 30,00, e uma caixinha dessas pega uns 800 ou 900. Aí o cara compra no João Paulo e leva pra feira e vende 5, 6 unidades por R\$1,00. Ele ganha umas 10 vezes mais do que eu que batalhei o tempo todinho. Mas não é só eu que sou vendedor, é muita gente que é vendedor. Ainda tem mais o pessoal que vem de fora, que vem do Ceará. E a gente que é produtor, não se reúne pra fixar um preço, nem que nós jogue no mato, porque assim, eu vejo no João Paulo, tem a feira do Ceará, se eles dizem que é R\$ 50,00 é R\$ 50,00, nem que eles joguem no mato, vai ser esse preço. Agora nós produtores não chega a esse ponto de se reunir pra fixar o preço. A gente chega no João Paulo, é uma disputa, é muita gente, se eu não vender, você vende, e eu fico sem vender. Ou eu acompanho teu preço ou não vou vender nada (Informação verbal)⁹³.

O principal problema citado é a ausência de uma instituição organizada pelos produtores que acessam esse mercado, que tenha por função mediar essas relações de comercialização, a fim de regular os preços praticados. Atualmente, o cenário é de uma total dependência tanto aos atravessadores quanto aos preços definidos para os produtos que vêm de outros estados⁹⁴, principalmente do Ceará. À vista disso, outros planos devem ser postos em prática para ganhar a concorrência, em um contexto de adaptação constante para se manterem produzindo e comercializando, como o exemplo a seguir deixa claro.

Algumas coisas a gente concorre, o cheiro verde, por exemplo, teve uns dois anos atrás que a gente levava nosso cheiro daqui e voltava com ele, porque o Ceará tinha dominado, nem era por causa do preço, era porque o cheiro deles era mais bonito, mas ele tinha tanta coisa química que ele saía do Ceará e chegava mais verde que o nosso que era plantado aqui. E eu acho que o pessoal foram caindo na real, por que o cheiro deles não pode pegar água, ele desmancha todinho. E o cheiro de lá tá ficando barato porque o pessoal tá deixando de amarrar, e eu já levo amarradinho com a cebolinha, a salsinha e o coentro tapuio (Informação verbal)⁹⁵.

Com esse exemplo, vemos uma mudança no gosto do consumidor quanto a esse produto, denotando uma procura não mais pela aparência, mas pela qualidade. Ademais, o método de apresentação do cheiro verde para comercialização possibilitou fazer frente aos produtos exógenos, demonstrando uma vinculação da agricultura periurbana à economia de mercados.

⁹³ Fala do Entrevistado G, em 28 de novembro de 2018

⁹⁴ Porque muitas vezes os produtos vindos de fora, devido à produção em escala e outras tecnologias implementadas, têm seu custo reduzido, portanto, preços mais baixos. Enquanto que os produtos locais às vezes não conseguem competir, como consequência, os produtores terminam por vender alimentos a preços abaixo dos custos empreendidos na produção, ou mesmo, retornando para casa sem ter vendido sua produção.

⁹⁵ Fala do entrevistado G, em 28 de novembro de 2018.

Salientamos, ainda, que não há um controle de custos de produção, dificultando a definição de preços relacionados ao que foi investido na produção, como o entrevistado E explicou: “já anotei antes, mas dá muito trabalho, se eu for anotar tudo eu desisto, porque se ganha pouco” (Informação verbal)⁹⁶, demonstrando a dificuldade de produzir e suas incertezas. Apesar disso, afirmam que existe uma compensação na venda dos produtos, pois o importante é ter o mínimo de perdas, logo, aquele produto que é comercializado abaixo do que foi investido em sua produção é compensado por outros vendidos a preços melhores.

5.3 Mercados Institucionais

5.3.1 Relações estabelecidas entre agricultores e agentes dos programas de compras públicas

Como já destacado, parte da produção dos agricultores do Cinturão Verde é vendida para os chamados mercados institucionais. Nesse sentido, atores sociais, como a SAF e SEMSA, bem como a Associação e Cooperativa do Cinturão Verde, assumem um papel de destaque nas mediações mercantis. Diante disso, as principais políticas públicas de apoio à comercialização executadas pela SAF e SEMSA na Comunidade Cinturão Verde são PAA, PNAE, PROCAF.

No ano de 2015, o PAA na modalidade pura do estado teve o maior volume de cadastros, 55 no total, com uma queda em 2018 para 14 agricultores no Cinturão Verde. O PROCAF, por sua vez, teve seu primeiro edital aprovado em 2018, mas a entrega de produtos ocorreu apenas nos meses de outubro e novembro, havendo uma expectativa de regularização no fornecimento a partir do ano de 2019. Com a criação da cooperativa, novas oportunidades surgiram através da chamada pública por meio do PNAE para fornecer alimentos ao Exército e IFMA, com entregas semanais nas instituições, sendo esse o único programa que se manteve regular no ano de 2018.

O PNAE é o programa mais acessado na comunidade que, juntamente com o PAA, garantiam uma grande parte da renda das famílias da comunidade. Todavia, nos últimos dois anos, não há uma regularidade quanto ao fornecimento dos produtos às escolas cadastradas, gerando insegurança na hora de produzir e limitando a comercialização, como os depoimentos a seguir demonstram.

⁹⁶ Fala do entrevistado E, em 09 de outubro de 2018.

Este ano foi um ano muito ruim. O ano passado foi ruim, e este agora foi ruim até setembro quando começou o PNAE, porque desestimulou muito. Porque eu botei uns homens pra trabalhar dentro e molhando pra ter bastante produto, aí os programas não vieram e eu tive muito produto e tive que vender pro atravessador ano passado, e fiquei com muitas contas, fiquei devendo energia, fiquei devendo trabalhador e aí as coisas ficou ruim porque eu não tinha uma feira pra colocar esses produtos. Aí eu parei no início desse ano e fiquei só esperando. O problema é que não temos um mercado seguro, se desse pra fornecer pro supermercado Mateus, seria ótimo, eu poderia até tirar um empréstimo e investir na produção, porque sabia que ia receber o dinheiro certinho. E nesse ano que teve, só funcionou o PNAE dois meses, novembro e dezembro, e desde março que dizem que ia começar. O PAA pra mim não veio, cortaram meu nome. Eu já tava querendo é procurar outro ramo de negócio (Informação verbal)⁹⁷.

Por exemplo, edital saiu hoje, a cooperativa ganhou edital de uns sete a oito colégios, e não fornecemos, mas lá tava dizendo que a cooperativa tinha ganhado. Por causa de que que estamos colocando esse produtos agora? Porque quem foi fornecer os produtos foi comprado, e eram produtos que nós tinha aqui pra botar. Eu perdi pra mais de R\$ 2.000,00 só de alface aqui, produzi esperando, e não saiu (Informação verbal)⁹⁸.

Notamos, também, que o período de entrega de alimentos ao PNAE variou entre os agricultores fornecedores, porém, de modo geral, cada agricultor entregou no máximo durante dois meses do ano. Como a gestão desse programa é de responsabilidade dos diretores das escolas receptoras, os agricultores entrevistados apontam para eles como os principais responsáveis pela irregularidade nas entregas.

O entrevistado B explicou que existe uma grande resistência aos alimentos da agricultura familiar com a justificativa de que os alunos não gostam desses produtos. Contudo, como explicou a entrevistada E, o motivo é outro.

É as pessoas na cozinha que não querem, se tu vê a reclamação quando vai melancia, banana, reclamam demais, porque dizem que é só pros meninos suarem, porque eles querem é industrializado. Então quando vai uma fruta natural eles nem querem dar pras crianças. A gente chega até a brigar, digo que se não quiserem receber é pra ligar pro secretário, assinam nossa nota, que nós leva de volta pra casa. E elas dizem: não, senhora, pode colocar aí (Informação verbal)⁹⁹.

Outra fala a ser destacada foi a do entrevistado B, o qual afirmou que “esses programas foram uma lei abençoada, porque ela ajuda muita gente, se tivesse um pouco de justiça, eu já li a lei todinha, e diz que os programas de merenda escolar tem que obedecer até a cultura local” (Informação verbal)¹⁰⁰. Apesar disso, os gestores, nutricionistas e cozinheiras têm autonomia para modificar a lista de produtos contida no projeto inicial, levando os

⁹⁷ Fala do entrevistado B, em 04 de outubro de 2018.

⁹⁸ Fala do entrevistado C, em 06 de outubro de 2018.

⁹⁹ Fala da entrevistada F, em 21 de novembro de 2018.

¹⁰⁰ Fala do entrevistado B, em 04 de outubro de 2018.

agricultores a comprarem nos mercados convencionais para suprir as demandas do Programa¹⁰¹, ainda assim, a maioria dos produtos entregues às escolas são compostos por alimentos industrializados, comprados de grandes empresas fornecedoras.

Quanto ao PAA operacionalizado pela SEMSA, notamos baixo número de cadastro e, com isso, pouca representatividade na comunidade. A entrevistada F citou a redução no número de adesões e irregularidades na seleção de agricultores para fornecer ao programa e, segundo ela, a aprovação dessa lista passa pelo sindicato, o qual tem excluído agricultores que são produtores, por alguns que não têm nada plantado e, portanto, compram na comunidade para fornecer aos programas. Com isso, notamos vários conflitos em torno dessa relação entre os agricultores e os agentes de políticas públicas, tantos os agentes externos quanto os internos, representados pela Cooperativa, Associação e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís.

Contudo, também observamos serem estabelecidas relações de reciprocidade, a exemplo do caso já citado em que gestores e professores de escolas receptoras de produtos da comunidade compram diretamente do entrevistado A, na Feira São Luís Rural do Angelim, estabelecendo relações que se iniciaram através da política de compras públicas.

5.3.2 Exigências de qualidade e estabelecimento dos preços

Durante as entrevistas, a questão da qualidade dos alimentos teve pouco destaque na fala dos agricultores, principalmente a respeito dos mercados institucionais, aparecendo somente na fala do entrevistado A, o qual afirmou priorizar na sua produção a qualidade dos alimentos através da não utilização de agroquímicos, sobretudo, para aqueles entregues ao PNAE, tendo em vista o fornecimento de alimentos a crianças.

Vale ressaltar que, no artigo 25 da Resolução/CD/FNDE n.º 38, de 16 de julho de 2009, consta que a tarefa de garantir a qualidade da alimentação entregue pelo PNAE deve ser coletiva, com a participação dos nutricionistas, mas também do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), a merendeira, a direção da escola, os professores e todos que fazem parte da comunidade escolar, incluindo pais e alunos. No PAA e PROCAF, esses seguem as mesmas normas, mas a qualidade do produto é atestada no momento do recebimento nas Centrais de

¹⁰¹ Solicitam produtos como laranja, melão, abacaxi, banana, tomate, cebola etc., que não são produzidos por esses agricultores.

Recebimento e Distribuição, portando o “Termo de Recebimento e Aceitabilidade”, o qual é admitido como comprovação da entrega e da qualidade dos produtos.

Quanto aos gêneros de origem animal, devem perpassar pela fiscalização dos órgãos competentes como a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED), a exemplo, temos os frangos que vão ao abate no abatedouro do IFMA, já que é o local que estabeleceu parceria com os agricultores e tem capacidade de oferecer o serviço dentro das normas estabelecidas pelos programas.

Em relação aos preços praticados, quando perguntados sobre qual dos mercados acessados tem os melhores preços, eles afirmaram serem os mercados institucionais e isso ocorre, principalmente, pelo grande volume de venda. Alguns agricultores declararam que, mesmo com alguns preços defasados, ainda são mais vantajosos ao produtor e o preço de um produto é compensado em outro.

Apesar dos entraves destacados, ainda assim, os agricultores consideram os programas como PAA, PNAE e PROCAF com muitas vantagens ao produtor, principalmente pelos preços praticados que são superiores às feiras livres e ao João Paulo, bem como aos pagamentos nos prazos previstos. Embora o PNAE e o PROCAF tenham sido executados somente durante dois meses – no caso do primeiro, com a necessidade de compras nas centrais de abastecimento –, o valor do projeto que seria distribuído no decorrer do ano foi pago integralmente aos produtores da comunidade, garantindo um valor alto de rendimento nos últimos meses do ano de 2018.

5.4 O acesso a diferentes mercados como parte das estratégias de reprodução dos agricultores periurbanos

Os mercados alternativos e convencionais em circuitos curtos são representados aqui pelas feiras livres e pelos mercados com a presença de agricultores familiares comercializando em venda direta, ao mesmo tempo em que dividem os espaços com feirantes praticando a venda indireta, predominando relações mais convencionais de comercialização. Apesar de ambas caracterizarem-se como um circuito curto, as feiras livres diferenciam-se das demais em razão do seu projeto de alternatividade, buscando um rompimento com a lógica convencional da troca mercantil.

As principais motivações citadas para acesso às feiras em circuitos curtos foram, primeiramente, a busca por autonomia representada pela redução dos atravessadores, seguida por melhores preços ao produtor e consumidor; acesso direto aos consumidores, estabelecendo relações de amizade e confiança; e por último, a possibilidade de divulgação do produto local, através da manutenção da identidade cultural e valorização territorial que remete às representações do local onde o alimento é produzido.

Constatamos que existem relações sendo estabelecidas entre produtor e consumidor nessas feiras e, com isso, há um senso de pertencimento que fortalece as relações sociais na construção e estabilização de uma ação que é econômica (FERRARI, 2011). No entanto, destacamos uma crítica à visão encantada das feiras livres, em que as relações sociais e de reciprocidade estabelecidas nesses espaços tomam o centro das análises, excluindo-se as motivações dos agricultores para acessar esses canais de comercialização que perpassam pela busca da reprodução econômica e social de suas famílias, ou seja, o acesso a um mercado que permita a venda de seus produtos a preços justos. Diante disso, o agricultor não vai à feira por causa da amizade, no fim, as motivações sociais para acesso a esses mercados não se separam das econômicas, como afirmou Ploeg (2016), ao citar Chayanov, explicando que uma rede de sujeitos bem equilibrada está centrada em uma busca por uma melhor renda familiar.

Os agricultores periurbanos do Cinturão Verde têm buscado um equilíbrio entre autonomia e dependência no tocante ao processo de comercialização, isso implica no acesso tanto a circuitos curtos – que garantem melhores preços e mais autonomia, embora em alguns casos haja um menor volume de vendas –, quanto aos circuitos mais longos com a presença de intermediários. Sendo assim, os agricultores que acessam os mercados alternativos também acessam os mercados convencionais, sendo essa uma das estratégias para a reprodução social de suas famílias. Nesse caso, o mercado do João Paulo funciona como uma válvula de escape àqueles produtores que não conseguiram escoar toda produção nas feiras e mercados institucionais, cumprindo um importante papel social para a permanência desses na atividade agrícola.

As pesquisas recentes sobre os mercados institucionais têm apontado para uma capacidade de contribuir para a criação de mercados locais para os agricultores familiares, a partir da diversificação dos mecanismos de comercialização, possibilitando aos produtores organizarem outras formas de comércio que deem conta do excedente de trabalho e produção investidos nos mercados institucionais e que, agora, podem ser direcionados aos mercados

locais (GHIZELINI, 2018). Contudo, analisando os depoimentos citados, observamos um retrocesso no que tange a essa política, pois o que antes possibilitava um planejamento produtivo e renda fixa, atualmente, devido à redução do número de adesões – principalmente do PAA –, e irregularidade no fornecimento dos alimentos, tem gerado insegurança em relação ao “o quê” e “o quanto” produzir, comprometendo a reprodução social das famílias agricultoras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida desta dissertação fundamentou-se nos impactos que a urbanização acelerada causou sobre a agricultura praticada na chamada zona rural do município de São Luís, em especial na comunidade rural do Cinturão Verde, procurando verificar as dificuldades enfrentadas pelos (as) agricultores (as) com a concorrência com o mercado de trabalho urbano, com a pressão exercida pelo mercado imobiliário e com as novas exigências de qualidade estabelecidas pelo mercado consumidor urbano. Por outro lado, procuramos analisar também as novas perspectivas e oportunidades que a proximidade com esse mercado consumidor representa para o desenvolvimento desta atividade nesses espaços, através das políticas públicas e abertura de novos mercados agroalimentares, possibilitando o investimento em estratégias e equilíbrios que garantissem a reprodução social dessas famílias de agricultores periurbanos.

Destacamos as estratégias de reprodução social acionadas pelos agricultores periurbanos do Cinturão Verde concernente a atividade desenvolvida, com base nos equilíbrios internos e externos abordados por Ploeg (2016), e as estratégia de reprodução social citadas por Bourdieu (1994) e Almeida (1986), desta forma, foi possível identificar os efeitos da urbanização sobre a agricultura periurbana.

A proximidade com o centro urbano possibilitou aos agricultores do Cinturão Verde terem fácil acesso a informações referente a políticas públicas de concessão de créditos e políticas de apoio a produção e comercialização. Ao mesmo tempo, observamos uma crítica a essas políticas, principalmente ao PRONAF quanto à ausência de autonomia na hora de escolher em qual atividade investir, e baixa qualidade do material para montagem da infraestrutura (granja e estufas), acarretando em prejuízo a muitos produtores entrevistados, além disso, alguns investimentos do governo estadual em infraestrutura inacabada – seja por falta de licitação ou irregularidades na construção -, como a exemplo do abatedouro, terminam por gerar insegurança e limitar o aumento da produção e acesso a alguns mercados. Essas informações refletem a relação existente entre o Estado e o campesinato, como explicou Ploeg (2016, p. 103) ao afirmar que o “Estado é uma força autônoma que impõe sua própria marca na dinâmica rural”, demonstrando, com isso, a importância do equilíbrio entre as relações de poder, para diminuir as desigualdades ainda predominantes nas concepções das políticas públicas para o campo.

Relacionado ao perfil produtivo da comunidade, chamamos atenção para o equilíbrio entre a utilização de recursos internos e a aquisição de insumos externos através tanto do uso de produtos encontrados na propriedade, como utilização de adubos e inseticidas orgânicos/biológicos, quanto àqueles comprados no comércio (NPK; Calcário; inseticidas e herbicidas)¹⁰², facilitado por estarem localizados próximos aos fornecedores desses insumos, diminuindo custos. Isso significa que os agricultores utilizam ambos, buscando um equilíbrio que garanta a redução dos custos de produção, diminuição das perdas, bem como, uma oferta de alimentos mais saudáveis para atender as exigências dos consumidores.

Quando nos referimos ao equilíbrio entre trabalho e consumo, temos na agricultura familiar a integração com técnicas modernas de produção, uso de implementos agrícolas, sementes doadas pela SEMAPA, e assistência técnica fornecida pelo governo estadual, mesmo que esta última seja motivo de críticas por conta das visitas esporádicas a comunidade - geralmente uma vez ao mês. Outro fator determinante na busca por este equilíbrio trata-se da contratação de trabalhadores quando a mão de obra familiar não atende as demandas de consumo da família, caso este mais recorrente quando identificamos membros da família que possuem também trabalho não agrícola, caracterizando a pluriatividade como um dos processos de reprodução social da agricultura familiar (WANDERLEY, 2000). Acrescentamos ainda, o autoconsumo como uma das estratégias acionadas para garantir a reprodução social associado ao equilíbrio entre trabalho-consumo, embora tenhamos identificado uma produção pouco diversificada para os padrões de consumo diário, o que acarretou na aquisição de alimentos tanto dos agricultores vizinhos, quanto no mercado convencional.

As estratégias de sucessão (BOURDIEU, 1994; ALMEIRA, 1986) tornam-se uma das mais importantes considerando-se a tendência de encolhimento da agricultura familiar em detrimento do processo de urbanização. Conforme observamos durante as entrevistas, não há certeza quanto ao futuro da atividade nesta comunidade, principalmente após a obtenção da escritura que comprova a posse da terra e, conseqüentemente, a possibilidade de venda dos lotes, já que grande parte dos entrevistados afirmou terem intensão de vender sua terra.

Esta é uma das preocupações citadas por Fleury e Donadieu (1997) em se tratando das relações funcionais recíprocas entre a agricultura e a cidade, tendo em conta que entre as características da AUP, citam o fato de que são um grupo social aberto a outros grupos da

¹⁰² O mesmo exemplo vale para o incremento de tecnologias na produção como o uso de irrigação.

sociedade urbana, correndo o risco de ter seu espaço urbanizado, e somado a isso, o valor da propriedade geralmente estimado é muito superior ao potencial de produção agrícola, o que pode levá-los à venda de sua propriedade.

Como motivo principal desta possível redução das áreas de produção, os entrevistados apontaram para a ausência de políticas públicas permanentes que englobem todos os produtores, a fim de garantir a permanência na atividade agrícola. Apesar disso, o fato da agricultura ser praticada na cidade, permite aos filhos dos agricultores estudarem sem precisarem abandonar o campo, mantendo a unidade do grupo familiar.

Diante disso, nosso eixo de análise diz respeito às estratégias de comercialização acionadas pelos agricultores do Cinturão Verde, ou seja, a busca por melhores rendimentos através do acesso a diferentes tipos de mercados. Posto isto, uma primeira constatação refere-se à natureza dos diferentes mercados acessados pelos agricultores do Cinturão Verde, que, de acordo com nossa tipologia, tratam-se de: a) mercados alternativos e convencionais em circuitos curtos, b) mercados convencionais em circuitos longos e, c) mercados institucionais de circuito longo, devido a não relação direta com os consumidores.

Identificamos em dois mercados alternativos (feirinha da Agronomia e feirinha da SAF) a ocorrência dos princípios da chamada “Alternatividade”, tal como essa questão é discutida nos estudos dos SSAs, cujas principais características são a proximidade, realocação das fontes alimentares, preços mais baixos, presença de *consumidores*, e uma forte contraposição a lógica de funcionamento dos Sistemas Alimentares Convencionais, inclusive na definição de preços e qualidade do alimento. Como consequência, nesses dois casos verificamos a ocorrência de relações de proximidade, com a vigência do princípio da reciprocidade - tal qual citado por Polanyi (2000) - entrelaçado nas relações mercantis. No entanto, também identificamos mercados alternativos em circuitos curtos nos quais foi possível perceber elementos que fogem ao princípio da alternatividade (Feira São Luís Rural do Angelim; Feira livre da Vila Sarney; Feira da Agricultura Familiar da AGERP), como por exemplo, a presença de alimentos comprados em centrais de abastecimento. Esta constatação aponta para os argumentos de que determinar a alternatividade dos sistemas se torna uma tarefa difícil, pois envolve vários elementos como o contexto social, político, características dos atores locais, bem como, as atividades de regulação existentes (LE Velly, 2017).

Outro aspecto que gostaríamos de destacar é o fato de que os agricultores estudados acessam mercados convencionais tanto em circuitos curtos quanto circuitos longos,

demonstrando a busca por melhores rendimentos, o que foge a visão encantada das feiras livres como espaços onde a prioridade são as relações sociais de confiança. Ao contrário, o objetivo principal perpassa pela busca por autonomia e reprodução social da unidade familiar, como observamos na estratégia de realização de vendas no Mercado do João Paulo, pois, embora seja citado como aquele cujos preços são os mais baixos em relação aos demais (feiras e mercados institucionais), não deixou de ser acionado por nenhum dos agricultores entrevistados, embora percebamos uma menor frequência nas vendas neste local.

Sendo assim, quando analisamos os mercados acessados para escoamento da produção local, destacamos a importância do Mercado do João Paulo com grande importância para os Agricultores da AU de São Luís, pois trata-se de uma Central de Abastecimento, ao mesmo tempo que atende os consumidores locais através das feiras implantadas (no total três mercados físicos), sendo assim, são encontrados no mesmo espaço, feirantes, atravessadores, produtores e consumidores.

Portanto, constatamos que operar na lógica dos mercados alternativos em circuitos curtos não significa que haja um abandono do acesso a mercados mais convencionais, pois, a participação nesse tipo de mercado faz parte das estratégias de reprodução social da agricultura periurbana do Cinturão Verde, principalmente por estar inserida em uma zona urbana com um mercado diversificado e com concorrência direta com várias redes de supermercados, ou mesmo dividindo espaços com feirantes que comercializam produtos importados como no caso das feiras Nova República e Feira São Luís Rural do Angelim.

Assim, Le Velly e Dubuisson-Quellier (2008) sugerem analisar os circuitos curtos como espaços híbridos, não no sentido de um grande compartilhamento entre circuitos longos e curtos, mas a partir das atividades de regulação como híbridas, que por sua vez “podem depender de relações de oposição, mas também das relações de coabitação e relações mais simbióticas” (LE VELLY, 2017, p. 40, tradução nossa)¹⁰³. Portanto, nos mercados acessados pelos (as) agricultores (as) do Cinturão Verde identificamos relações de coabitação a partir da qual foi percebida como estratégia, uma adaptação na forma de produzir dependendo das exigências do mercado, levando a um padrão de regulação mais alternativo ou mais convencional. Nos casos vistos, o objetivo não é manter a alternatividade dos sistemas, mas sim a reprodução social das famílias. No entanto, também encontramos relações de oposição e

¹⁰³ “(...) les activités de régulation alternatives et conventionnelles peuvent entretenir des rapports d’oppositions mais aussi des rapports de cohabitation et des rapports plus symbiotiques” (LE VELLY, 2017, p. 40).

conflitos dentro do projeto de alternatividade como o caso citado da feirinha da Agronomia. Com isso, as relações sociais imbricadas nesses espaços vão além de relações abstratas entre oferta e demanda ou entre atores atomizados (GRANOVETTER, 2007).

Contudo, segundo os entrevistados, isso ocorre devido à ausência de mercados em circuitos curtos em quantidade suficiente, com frequência diária – já que no caso das feiras livres só ocorre uma vez na semana - e volume de consumidores suficientes para atender os agricultores familiares da comunidade. Com volume de vendas limitado nessas feiras, eles buscam outros mercados para comercializar o excedente da produção.

Quando nos referimos às relações existentes entre atravessadores e produtores, percebemos relações frágeis tendo em vista a diversidade de intermediários com os quais os agricultores fazem negócios regularmente, diferentemente do que foi encontrado na pesquisa de Craviotti (2017) ao estudar o mercado de leite na Argentina, onde havia uma permanência de laços já desenvolvidos com os atravessadores o que os impedia de arriscar acessando novos mercados. No Cinturão Verde a ausência desses laços ocorre por dois motivos principais, primeiramente, devido ao baixo volume de produção o que impossibilita atender regularmente um único atravessador; e devido ao Mercado do João Paulo ser o principal local de venda dos agricultores da AU de São Luís, com isso, os atravessadores se concentram neste espaço em busca de preços mais baixos, já que existe uma grande concorrência entre produtores locais e produtos vindos de outros estados.

Nas feiras livres existe predominância de produtos locais, portanto, a dependência do atravessador é reduzida significativamente, sendo substituída pelos próprios produtores que se tornam fornecedores de outros agricultores que comercializam nessas feiras, geralmente da mesma comunidade, ou locais próximos. Isto demonstra a importância das relações sociais estabelecidas entre os agricultores, as quais afetam diretamente a comercialização, e adquirem importância dentro das estratégias de reprodução.

Quando discutimos a questão dos preços praticados remetemos também a qualidade dos produtos comercializados. De acordo com Marsden et al. (2000) o padrão de qualidade irá tratar-se da forma como o produto é oferecido ao consumidor, a fim de convencê-los a pagar melhores preços. No Cinturão Verde, a qualidade foi citada com maior importância nos mercados alternativos, sendo apresentados como um diferencial através de produtos mais frescos, com baixo ou nenhum uso de agroquímicos, mesmo assim, não percebemos relação

entre qualidade e os preços praticados em nenhum dos mercados estudados, haja vista que os preços são definidos sempre com base no que é estabelecido no mercado convencional.

Quanto aos mercados alternativos, uma das características dos SAAs é a busca pela construção da qualidade (MARSDEN et al., 2000), contudo, temos como exemplo o “triângulo de incompatibilidade do comércio justo” discutido por Le Velly (2017), demonstrando que nem todas as dimensões do projeto podem ser atendidas ao mesmo tempo.

Notamos que não há controle de custos de produção para definição dos preços, nem uso das atribuições do produto local como incentivo a comercialização (embalagem, certificação, selos etc.). No entanto, observamos o que Ploeg (2016) denominou como estratégias de produção e reprodução, pois segundo os entrevistados, há uma compensação na venda dos produtos, pois o importante é ter o mínimo de perdas, logo, aquele produto que é comercializado abaixo do que foi investido em sua produção, é compensado por outros vendidos a preços melhores, principalmente tratando-se dos programas de compras públicas, os quais são citados como possuindo melhores preços em relação aos demais mercados, estando o João Paulo como os mais baixos, já que ocorre venda em atacado, com preços determinados pelos atravessadores.

Dentre as principais políticas executadas no estado, destacamos os mercados institucionais através do PAA, PNAE e, mais recentemente, PROCAF. Esses mercados se constituem, na visão dos agricultores entrevistados, como o principal canal de comercialização acessado, devido a possibilidade de uma renda fixa a qual permite o planejamento produtivo e reinvestimento.

Segundo Ghizelini (2018), as políticas públicas de apoio a comercialização podem contribuir para a diversificação dos mecanismos de comercialização, possibilitando aos produtores organizarem outras formas de comércio que deem conta do excedente de trabalho e produção investidos nos mercados institucionais, e que agora, podem ser direcionados aos mercados locais.

Com isso, observamos a promessa dos Programas de compras públicas no processo de uma ressignificação da agricultura camponesa¹⁰⁴, a qual possibilita a organização da produção e do trabalho familiar exigido para responder as demandas do programa e das entidades

¹⁰⁴ Para Ghizelini (2018, p. 185) a resignificação do campesinato ou recampesinação “significa a retomada, por parte da família, de estratégias de produção e organização do trabalho cuja centralidade seja a diversificação da produção pautada na produção de alimentos que façam parte da cultura alimentar e de produção dos camponeses, na diversificação produtiva, em pensar a propriedade enquanto espaço de vida e gerenciá-lo como um território de autonomia e gestão a partir do olhar de quem vive e trabalha nele”.

sociais, contrariamente a uma forma de produção da agricultura industrial onde são priorizadas grandes escalas, alimentos altamente processados, com distribuição via atacadista numa dimensão regional ou nacional (GHIZELINI, 2018).

No entanto, atualmente, a operacionalização destes programas perpassa por alguns entraves, como por exemplo: as relações estabelecidas entre agricultores e gestores do PNAE, os quais limitam a compra da agricultura familiar; irregularidade dos programas quanto ao recebimento dos alimentos; redução do número de cadastros ao longo dos últimos anos, deixando muitos produtores de fora; e insegurança em relação à produção já que foi observada uma perda de confiança na regularidade dos programas. Chamamos atenção para o PAA operacionalizado pela SEMSA a partir da Cooperativa do Cinturão Verde fornecendo alimentos ao Exército e ao IFMA, como o canal de comercialização que se mantém regular nos recebimentos e pagamentos; bem como ao PROCAF implementado pelo governo estadual, como estratégia para suprir o espaço deixado pelos programas PAA e PNAE, no entanto, é um programa que ainda está em fase inicial, atendendo a poucos agricultores, porém com perspectiva de ampliação no edital para o ano de 2019.

Outro ponto a ser destacado sobre a importância dos mercados institucionais diz respeito a adesão aos programas por vários membros da famílias de agricultores, geralmente o marido, esposa, sogra ou sogro etc., esta estratégia garante o aumento da renda da família e possibilidade de reinvestimento não somente na produção, mas também melhoria da casa, aquisição de bens de consumo como carro, moto, os quais fazem parte do equilíbrio entre trabalho e consumo (PLOEG, 2016). Quando nos referimos à qualidade dos alimentos entregues, os programas possuem normas especificadas nos contratos, e fiscalização nos locais de recebimentos. Os preços praticados são determinados com base em pesquisas realizadas pelos órgãos responsáveis pela operacionalização, variando de acordo com o programa, sendo que, o PNAE apresenta os melhores preços na opinião dos entrevistados, seguido pelo PROCAF.

Sendo assim, as questões abordadas levam-nos a pensar em um cenário com a total ausência dessas políticas públicas de apoio à comercialização, se haveria um retorno à dependência total dos atravessadores; se recorreriam à abertura de novos mercados priorizando os circuitos curtos; ou os levaria ao abandono da atividade agrícola. Essas são questões que não podem ser respondidas no momento, mas ao questionarmos sobre o fato de conseguirem competir com produtos vindos de outros estados, todas as respostas remeteram à

ausência de políticas públicas que possibilitem o investimento na produção, bem como a irregularidade dos programas de compras públicas, que limitaram a comercialização, demonstrando a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura periurbana do Cinturão Verde.

As feiras livres, embora importantes para a reprodução social das famílias do Cinturão Verde, ainda não existem em quantidade suficiente para atender a todas as demandas das unidades familiares, o que demonstra a importância dos programas de compras públicas associados a outros canais de comercialização como as feiras convencionais e Mercado do João Paulo, para a permanência desses agricultores na atividade agrícola.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- ABRAMOVAY, R.; SAES, S.; SOUZA, M. C.; MAGALHÃES, R.. Mercado do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas**. Brasília: CEPAL; DFID, 2003. P. 235 – 3111. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28345/LCbrsR137_pt.pdf;jsessionid=20870515599B74590B904D921187BA41?sequence=1. Acesso em: 14 out. 2016.
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, pp.66-93, 1986.
- ALTIERI, M. A.; COMPANIONI, N.; CAÑIZARES, K.; MURPHY, C.; ROSSET, P.; BOURQUE, M.; NICHOLLS, C. **The greening of the “barrios”**: Urban agriculture for food security in Cuba. *Agriculture and Human Values*, n. 16, p.131–140, 1999.
- AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Revista Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. X, n. 1. p. 137-150, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/assoc/v10n1a09.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- ARAÚJO, J. A.; VALE, A. B. F. **Contabilidade de custos aplicada no desenvolvimento da agricultura familiar da comunidade cinturão verde na zona rural de São Luís – MA**. São Luís, 2018, 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Ciências Contábeis) – Universidade CEUMA, 2018.
- ARRUDA, J. ARRAES, N. A. M. 38 ARRUDA, J. & ARRAES, N. A. M. Análise do programa de hortas comunitárias em Campinas-SP. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 1, p. 38-52, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87890103>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- ARRUDA, J. **Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias**. Rio de Janeiro, 2011. 197 f.: il: Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais., Rio de Janeiro, 2011.
- AUBRI, C.; CHIFFOLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l’agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, v. 5, p. 53-97, 2009. Disponível em: <https://www6.inra.fr/ciag/content/download/3324/34568/file/Ciag5-6-Aubry.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

BOUKHARAEVA, L. M.; CHIANCA, G. K.; MARLOIE, M.; MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M. A agricultura urbana como fenômeno universal. In: CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (Orgs.). **Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual**. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Tradução Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

BOURDIEU, P. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 105, 1994.

BOVO, C. R. M. A contribuição da teoria da rede social, de Mark Granovetter, para a compreensão do funcionamento dos mercados e da atuação das empresas. **Revista Pensamento & Realidade**, v. 29, n. 3, p. 135-151, Julho-Setembro, 2014.

BRAGA, C. L. **Os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos para a agricultura familiar periurbana: o caso da comunidade do Cinturão Verde, São Luís/MA**. São Luís, 2013. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2013.

BRASIL. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2ª edição, versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015, Brasília, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm#art52. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 9 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Fome Zero**. [Brasília], 2011. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2012

CALDAS, E. de L. Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento: CINPRA - São Luís (MA). In: BROSE, M. (Org.). **Participação na Extensão Rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004, v. 1, p. 63-74.

CALLON, M. **L'emprise des marchés**: comprendre leur fonctionnement pour pouvoir les changer. Paris: La Découverte, 2017.

CASSOL, A. P. **Redes Agroalimentares Alternativas**: mercados, interação social e a construção da confiança. Rio Grande do Sul, 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Grande do Sul, 2013.

CORDEIRO, E. F. **Sistemas Alimentares Alternativos**: o papel dos circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos em Florianópolis, SC. Florianópolis, 2014, 216f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Agrárias, Santa Catarina, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128896/327787.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CRAVIOTTI, C. La problemática de la coexistencia entre la agricultura familiar y la agroindustria: una aproximación desde la producción de quesos. **Revista Brasileira de Sociologia**, V. 5, n. 10, Mai-Ago, 2017. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/download/209/149>. Acesso em: 15 fev. 2018

CUNHA, A. R. A. de A.; BELIK, W. Entre o declínio e a reinvenção: atualidade das funções do sistema público atacadista de alimentos no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 3, p. 435-454, Sept. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2019.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M. De C. F.; ABREU; L. S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XIX, n. 2, p. 1-22, abr.-jun. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/317/31746369002/>. Acesso em: 5 jan. 2018.

DILL, M. D.; CORTE, V. F. D.; OLIVEIRA, C. A. O. de; BARCELLOS, J. O. J.; CANOZZI, M. E. A.; GIANEZINI, M. Venda Direta: o principal canal de comercialização de carne bovina e suína das agroindústrias rurais do Brasil. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v.7, nº 02, 2014.

DINIS, J. D. de A. S.; CERDAN, C. Produtos da Sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p.259-280.

ESPÍRITO SANTO, J. M. do (Org.). **São Luís**: uma leitura da cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

FEITOSA, R. M. M.; RIBEIRO, E. B. Desenvolvimento Industrial do Maranhão: ensaio socioeconômico e histórico. In.: **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (orgs). Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

FERRARI, D. L. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares de Santa Catarina**. Porto Alegre, 2011. 345f.: il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/49829>. Acesso em: 28 jan. 2018

FERREIRA, J. M. C. **Atualidade da contribuição do objeto científico da sociologia econômica**. RAE-eletrônica, São Paulo, v. 23, n. 2 (90), p. 01-22, abr./jun. 2003.

FIANI, R. **Cooperação e Conflito: instituições e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FLEURY, A., DONADIEU, P. De l'agriculture périurbaine à l'agriculture urbaine. **Courrier de l'environnement de l'INRA**, n° 31, p 45-61, 1997. Disponível em: <https://www7.inra.fr/lecourrier/assets/C31Donadieu.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

FLEURY, A.; BA, A. Multifuncionalidade e Sustentabilidade da Agricultura Urbana. **Revista de Agricultura Urbana**. [s.l.], v.1, n. 15, p. 4-6, jun., 2007.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Dados da Agricultura Familiar, 2016. **Site**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 18 dez. 2018.

FURTADO, C. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. In: D'AGUIAR, R. F. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo, Cia. das Letras, 2013, p. 35-52.

GAZOLLA, M. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai, RS**. Porto Alegre, 2004. 306 f.: il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Econ Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 1, p. 45-68, Mar. 2013 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2018.

GHIZELINI, A. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos e diversificação: possibilidades para a recampesinização e suas limitações estruturais. In.: CASSARINO, J. P. et al.(Orgs). **Abastecimento alimentar e mercados institucionais**. Chapecó: Ed. UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018.

GODBOUT, J. **O espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

GOMES, A. M. **Por um lugar na fábrica: estratégias, limites e possibilidades para o ingresso numa indústria de alumínio**. São Luis, 2009. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão, 2009.

GOMES, J. F. B. **A multifuncionalidade da Agricultura Urbana e a sua integração no ecossistema urbano da ilha de São Luís**. 2016. 161 p. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) — Universidade Estadual do Maranhão.

GOODMAN, D. **Place and space in alternative food networks**: Connecting production and consumption. Department of Geography. King's College London. 36p. 2009. Disponível em: <https://www.kcl.ac.uk/sspp/departments/geography/research/Research-Domains/Contested-Development/GoodmanWP21.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018

GRANOVETTER, M. (1983). The strength of weak ties: a network theory revisited. In: Sociological Theory. Ed. Randall Collins. San Francisco, Califórnia, série Jossey-Bass, v.1. p. 201-233.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE electron.**, São Paulo, v. 6, n. 1, Junho 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482007000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 fev. 2018

GRISA, C. A produção para autoconsumo na agricultura familiar: uma análise a partir da teoria da sociedade de risco. **Revista Varia Scientia**, Vol. 08, Nº 14, Jul/Dez, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/variascientia/article/view/2166/1979>. Acesso em: 22 dez. 2018.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**. Vol. 16, Nº 31; Jul/Dez, 2010 (65-79). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-sergio-grisa-catia-gazolla-marcio-a-producao-invisivel-na-agricultura-familiar-autoconsumo-seguranca-alimentar-e-politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-agroalimentaria-caracas-merida-venezuela-vol-16-no-31-julio-diciembre-2010-65-79>. Acesso em: 22 dez. 2018.

GRISA, C.; SCHMITT, S.; MATTEI, L. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revistas Agriculturas**: experiências em agroecologia. v.8, n.2, setembro de 2011. ISSN: 1807-491X.

HUAULT, I. Embeddedness et théorie de l'entreprise: autour des travaux de Mark Granovetter. **Annales des Mines**, Juin, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura Familiar: primeiros resultados**. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **População**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma>. Acesso em: 5 mai. 2018.

INSTITUTO DE AGRONEGÓCIOS DO MARANHÃO - INAGRO. **Pesquisa: hostifrutigranjeiros**: região metropolitana de São Luís. São Luís, 2004.

IRINEU, J. R.; NETO, L. T. da S.; DA CONCEIÇÃO, S. P. **Análise do processo de produção e comercialização agrícola na comunidade Cinturão Verde - zona rural de São Luís-MA**: estudo de caso. Monografia (Curso de Administração), Unidade de Ensino Superior Faculdade São Luís, São Luís, 2005.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção os Economistas).

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo agrário**, La Plata, v. 16, n. 33, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942015000300007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LE VELLY, R. La promesse de différence des systèmes alimentaires alternatifs : la place du projet dans la structuration de l'action collective. **XVI Rencontres du Réseau interuniversitaire de l'économie sociale et solidaire**, Montpellier, 25 -27 mai, 2016. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/2_1_le_velly.pdf. Acesso em: 14 fev. 2018.

LE VELLY, R. **Sociologie des systèmes alimentaires alternatifs**. Une promesse de différence. Paris: Presses des Mines, 2017.

LE VELLY, R.; DUBUISSON-QUELLIER, S. Les circuits courts entre alternative et hybridation. In: Maréchal, Gilles. **Les circuits courts alimentaires**. Bien manger dans les territoires, Educagri, pp.105-112, 2008. Disponível em: <https://hal-sciencespo.archives-ouvertes.fr/hal-00972710/document>. Acesso em: 15 fev. 2018.

LEDA, L. C. N., GOMES JR, N. Comércio tradicional de alimentos: avanço na contracorrente. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 20, n.2, p. 13-30, 2017. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/279>. Acesso em: 27 jan. 2019.

LÊNIN, V. I. **O Problema Agrário 1**. Belo Horizonte: História; Aldeia Global, 1978.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P., LENOIR, R.; MERLLIÉ, D. **Iniciação à prática sociológica**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996.

LIMA, F. de L. **Programa cédula da terra: uma releitura dos principais resultados**. Campinas, 2008, 122 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, 2008. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285801/1/Lima_Fernandode_M.pdf. Acesso em: 5 mai. 2012.

LOVO, I. C. Agricultura urbana: o potencial da produção de alimentos nas cidades e os desafios para sua consolidação. In: CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**: desafios e novas estratégias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 153 - 179.

LUXEMBURG, R. **The Accumulation of Capital**. London, New York: Routledge, 2003, 512p. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/accumulation.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

MARANHÃO. Chamamento público para a aquisição direta de produtos da agricultura familiar em atendimento ao Programa de Compras da Agricultura Familiar - PROCAF. **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018**. Disponível em: <http://www.saf.ma.gov.br/files/2018/04/Edital-n%C2%BA-001.2018-PROCAF-GERAL.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018

MARANHÃO. **Decreto nº 30.851, de 11 de junho de 2015**. Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Produção e Abastecimento – SEPAB, 2015. Disponível em: <http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4256>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MARANHÃO. **Investimentos concretos do Governo do Estado vêm promovendo o desenvolvimento do setor agropecuário**. 13 de outubro de 2017a. Site. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/investimentos-concretos-do-governo-do-estado-vem-promovendo-o-desenvolvimento-do-setor-agropecuário/>. Acesso em: 13 nov. 2018

MARANHÃO. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**. SISTEMA SAF, Cartilha, 2017b. Disponível em: <http://www.saf.ma.gov.br/files/2017/02/Cartilha-Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-para-a-Agricultura-Familiar-SISTEMA-SAF.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires**: bien manger dans les territoires. França: Ed. Educagri, 2008.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, 2000, vol. 40, n. 4, pp. 424-438. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9523.00158/pdf>. Acesso em: 2 fev. de 2018.

MERLLIÉ, D. A construção estatística. In: MERLLIÉ, D.; PINTO, L.; CHAMPAHNE, P.; LENOIR, R. **Iniciação à prática sociológica**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MOREIRA, T. S. **Gestão Metropolitana**: a região metropolitana da grande São Luís e desafios das políticas urbanas. São Luís, 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional), Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

MORGAN, K. Feeding the city: The challenge of urban food planning. **International Planning Studies**, p.341-348, 2009.

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 1, p. 1-8, 2000. Disponível em: <http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU1conceito.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

MOUSTIER P.; FALL, A. S. Les dynamiques de l'agriculture urbaine : caractérisation et évaluation. In: SMITH, B; MOUSTIER, P; MOUGEOT, L. J.A; FALL, A. Editeurs. **Développement durable de l'agriculture urbaine en Afrique francophone**: enjeux, concepts et méthodes Olanrewaju. CIRAD - Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement, 2004. Disponível em: http://doc.abhatoo.net.ma/doc/IMG/pdf/devpt_durable_et_agricult_afrique.pdf. Acesso em: 15 fev. 2018.

NAHMIAS, P.; LE CARO, Y. « Pour une définition de l'agriculture urbaine: réciprocité fonctionnelle et diversité des formes spatiales », **Environnement Urbain / Urban Environment** [En ligne], v. 6, septembre 2012. Disponível em: <http://eue.revues.org/437>. Acesso em: 16 fev. 2018.

NETO, B. S.; DEZEN, M.; SANTOS, P. E. dos. O conceito de reprodução social na análise de unidades de produção agropecuária. **Teoria e Evidência Econômica**. Ano 15, n. 32, p. 87-108, jan./jun. 2009.

NEVES, E. C. A.; SOUSA, C. L.; BARBOSA, M. J.; OLIVEIRA, A. E. de M.; SANTANA, G. S. Contribuição do centro de agricultura urbana e periurbana da região metropolitana de Belém para a segurança alimentar em assentamento periurbano. **Brazilian Journal of Food Technology**, III SSA, novembro 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO. **Issues in urban agriculture**: studies suggest that up to two-thirds of city and peri-urban households are involve in farming, 1999. Disponível em: <http://www.fao.org/ag/magazine/9901ap2.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PALEN, J. J.. **O mundo urbano**. Tradução: Ronaldo Sérgio de Biasi e Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária Ltda, 1975.

PEREIRA, P. V. M. **Caracterização agrícola e socioeconômica da comunidade rural “Cinturão Verde – Vila Sarney Filho I”**. São Luís, 2015, 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

PIERRE, M. E.; VALENTE, A. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. Sessão de debates, **Congresso da SOBER**, 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018

PIRES, S. S. O Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento (CINPRA): gênese, estrutura e dinâmica. In.: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, São Luís. **Anais eletrônicos**, São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo8/o-consorcio-intermunicipal-de-producao-e-abastecimento-%E2%80%93-cinpra-genese-estrutura-e-dinamica.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PLEIN, C. **Desenvolvimento, mercados e agricultura familiar: uma abordagem institucional da pobreza rural**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2016.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. Tradução Claudia Freire. – 1. Ed. – São Paulo; Porto Alegre: Editora Uererp; Editora UFRGS, 2016.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POLANYI, K. **El sustento del hombre**. Tradução de Ester Gómez Parro. Madri: Capitán Swing Libros, 2009.

RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política & Sociedade**. Nº 6, abril de 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1931/1698>. Acesso em: 10 ago. 2018.

REGULAMENTO INTERNO DA FEIRINHA DA AGRONOMIA. **Competências dos produtores/feirantes**. Programa Institucional de bolsa de extensão (PIBEX), 2017.

REIS, A. J. C. C. dos. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: análise da execução do Programa de Aquisição de Alimentos na comunidade Itapari/Panaquatira no município de São José de Ribamar (MA) no período de 2011 a 2015**. 2017. 118 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J.. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 27-51.

RETIÈRE, M. I. H. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas**. São Paulo, 2014. 114 p.:il. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Piracicaba, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06102014-160246/pt-br.php>. Acesso em: 28 jan. 2018.

REYDON, B. P.; PLATA, L. A. (Coord.). **Intervenção estatal no mercado de terras: a experiência no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Rural, 2000. 172p.

ROMAN, C.; SOUBAGNÉ, J.; CHAMARDE, C. Agriculture de proximité, circuits courts: les territoires Aquitains s'impliquent: guide pour l'action 2011. **Réseau Rural em Aquitaine**, Bordeaux, 2011. Disponível em: http://aquitaine-pqa.fr/wp-content/uploads/2016/08/pqa-guide-circuits-courts-2011_bd-1.pdf. Acesso em: 28 fev. 2018.

SABOURIN, E. Comercialização dos produtos agrícolas e reciprocidade no Brasil. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 1, 2013: 5-33. Disponível em: https://agritrop.cirad.fr/571026/1/document_571026.pdf. Acesso em: 26 fev. 2018.

SABOURIN, E. Que politica pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p.715-751, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/09.pdf>. Acesso em: 01 mar. de 2018

SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W. I.; CALDAS, N. V. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização**: perspectivas e tendências. Pelotas/RS: Editora e Gráfica Universitária, 2005. 195 p.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura Urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras: documento referencial geral. Belo Horizonte: REDE, 2007.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES C. F.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. 1 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016, v. 1, p. 93-140.

SCHNEIDER, S.. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18 nº. 51, fevereiro/2003.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 9-24.

SILVA, M. N.; CECCONELLO, S. T.; ALTEMBURG, S. G. N.; SILVA, F. N.; BECKER, C. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **ESPACIOS (CARACAS)**, v. 38, p. 1-14, 2017. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n47/a17v38n47p07.pdf> Acesso em: 05 fev. de 2018.

SINGER, P. (1932). **Economia política da urbanização**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SMITH-DOERR, L. & POWELL, W. W. Networks and Economic Life. In: SMELSER, N. J. & SWEDBERG, R. (editors). **The handbook of Economic Sociology**. 2º Edition. Princeton and Oxford: Princeton University Press; New York: Russel Sage Foundation, 2005.

SOARES, D. F. C. **Análise histórica e socioeconômica dos mercados públicos da cidade de São Luís – MA**. São Luís, 2015. 66f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Agronomia) – Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

SOUSA, D. L. de. **Da produção à feira: trabalho feminino na feira da Cohab.** São Luís/MA. São Luís, 1998. 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 1998.

STEINER, P. **A sociologia econômica.** Tradução de Maria Helena C. V. Trilinski. São Paulo: Atlas, 2006.

TREILLON, R. Faire du territoire un lieu d'échanges. **Transrural Initiatives**, 4 Julho 2006. Disponível em: <http://www.transrural-initiatives.org/wp-content/uploads/2014/05/dossier-circuits-courts-volet-1-313.pdf>. Acesso em: 01 mar de 2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA. **Acompanhamento e organização da Feirinha da Agronomia: o caso da Comunidade Cinturão Verde** – Vila Sarney Filho I. Programa Institucional de bolsa de extensão (PIBEX), 2017.

VIEGAS, M. da T.; ROVER, O. J.; MEDEIROS, M. Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 42, p. 370-384, dezembro 2017. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/50759>. Acesso em: 20 fev. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p.87-146, out. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores:** o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WILLIAMSON, O. E. "Markets and Hierarchies: Some Elementary Considerations," **American Economic Review**. American Economic Association, vol. 63(2), pages 316-325, May, 1973. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/51e0/624399096cb1bbf76f358f1fc790b274d4cd.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018

APÊNDICE A

Roteiro do Questionário para Agricultores do Cinturão Verde

LOCAL DE APLICAÇÃO: _____

DATA DA APLICAÇÃO: / /

A – Identificação do Chefe do Estabelecimento Agropecuário.

1 – Nome do(a) Produtor(a): _____

2 – Área Total do Estabelecimento: _____

3 – Sexo: () Masculino () Feminino

4 – Idade: _____

5 – Situação Conjugal?

() Solteiro () Casado () Divorciado () Outro, qual? _____

6 – Sabe ler e escrever?

Sim () Não ()

7 – Qual o curso de nível mais elevado que concluiu?

1. () Nunca frequentou a escola 5. () Até a 2ª série

2. () Até a 4ª série 6. () Até a 8ª série

3. () 2º grau incompleto 7. () 2º grau completo

4. () 3º grau incompleto 8. () 3º grau completo

97. () NS 98. () NR

B - Pessoas ocupadas em atividades no estabelecimento.

8 – Quantas pessoas com laço familiar (parentesco) auxiliam nas atividades no estabelecimento?

Nome	Sexo	Idade	Atividade Realizada	Laço de Parentesco

9 – Quantas pessoas sem laço familiar você envolve_(ocupa, emprega) nas atividades no estabelecimento?

Nome	Sexo	Idade	Atividade Realizada	Forma de Remuneração (ou troca de serviço)

C – Condição da Produção.

10 – Possui energia elétrica no estabelecimento?

Sim () Não ()

11 – Utiliza em alguma atividade produtiva?

Sim () Não ()

11.1 – Qual: _____

12 – Recebe algum tipo de assistência técnica?

Sim () Não ()

12.1 – Quem presta essa assistência técnica? _____

13 – Faz algum tipo de adubação? Sim () Não ()

13.1 – De que tipo? Orgânica () Química () Ambas ()

13.2 Se orgânica, qual tipo? _____

14 – Faz correção de solo? Sim () Não ()

15 – Utiliza produto químico para fazer controle de praga/doença? Sim () Não ()

15.1 – Qual? _____

15 – Usa algum tipo de proteção? Sim () Não ()

15.1 - Qual? _____

16 – Utiliza algum produto ecológico para fazer controle de praga/doença?

Sim () Não ()

16.1 – Qual? _____

16.2 – Para combater qual praga/doença? _____

17 – Utiliza irrigação no estabelecimento? Sim () Não ()

17.1 – De que tipo? () Gotejamento () Aspersão () Outro, qual? _____

17.2 – Para qual tipo de cultivo? _____

D – Criação animal no estabelecimento.

18 – Você possui criação animal você possui no estabelecimento? Sim () Não ()

18.1 – Qual?

Bovinos () Suínos () Caprinos () Ovinos () Equinos ()

Aves () Abelha () Peixes () () Outro, qual? _____

E – Produtos da Horticultura.

19 – Qual a área total utilizada para plantar os produtos da horticultura? -

20 – Quais produtos você cultiva?

Nº	Produto	Periodicidade da colheita	Quantidade Vendida	Preço médio de venda
1				
2				

F – Outras receitas do estabelecimento e financiamentos.

21 – Alguém da família recebe aposentadoria? () sim () não

21.1 – Se sim, quantos? _____

22 – Recebe bolsa família? () sim () não

22.1 – Se sim, quantos?

23 – Alguém da família recebe pensão? () Morte () Invalidez

24 – Recebe bolsa escola? () sim () não

24.1 – Se sim, quantos? _____

25. Alguém da família obtém renda de trabalho não agrícola? () sim () não

24.1 – Se sim quantos? _____

24.2 – Em quais atividades? _____

24.3 – A família recebe recursos de algum membro que reside fora? () sim () não

24.4 – Se sim qual a atividade exerce?

24.5 – Em qual localidade?

G – Composição do grupo familiar.

Nome	Sexo	Idade	Laço de Parentesco	Escolaridade

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista com Agricultores do Cinturão Verde

A. CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

1 – Quais os mercados você acessa?

() Mercados Institucionais () PAA () PNAE

() Feira do João Paulo

() Feira Livre do Angelim

() Feirinha da Agronomia

() Feira da Agricultura Familiar (AGERP)

() Feira Nova República

() Feira da SAF

() Atravessador

() Supermercados

() Direto ao consumidor na propriedade

() Feiras promocionais

() Restaurantes

() Outros _____

2 – Sobre os mercados

MERCADOS	Frequência	Há quanto tempo acessa esse mercado?	Compra produtos pra vender? De quem?	Principais produtos vendidos.
Mercados (?)				

B. CIRCUITOS CURTOS – Proximidade e realocização

3 – Quais o principais motivos para participar das vendas em feiras livres?

() A relação com o consumidor

() Autonomia pra vender seus produtos

() Autonomia para colocar os preços

() Espaço de venda

() Não depender dos Intermediários

() Outra _____

4 – Você estabelece algum tipo de relação com os consumidores? Que tipo? (*amizade, respeito, negócios, nenhuma*)

5 - Você vende sempre para os mesmos clientes? Eles já lhe conhecem?

6 – Os consumidores sabem como é produzido os alimentos que eles estão comprando de você? Já perguntaram sobre o local de produção, como produz?

7 – Porque você acha que o consumidor compra na feira livre?

8 – Qual a diferença entre vender na feira livre e mercado do João Paulo? E quanto a venda ao PAA / PNAE e supermercados?

9 – Você acha que é importante o agricultor vender na feira livre somente o que é produzido por ele, ou é necessário comprar alimentos na CEASA e João Paulo? Por que?

10 – Você acha que nas feiras que você comercializa há a valorização dos produtos locais por parte dos consumidores?

11 – Como ocorre a organização dessas feiras?

12 - Como você começou a acessá-la?

13 – Como era feita a comercialização antes desses mercados?

C. CIRCUITOS CURTOS – Intermediários

14 – Com quantos atravessadores você faz negócio regularmente?

15 – Eles vêm na propriedade pegar os produtos?

16 – Quais produtos? Qual a frequência?

17 - Quanto da sua produção total é vendida para eles? (Contando as vendas aos intermediários no Mercado do João Paulo)

18 - Você sabe o destino da produção?

19 – Eles moram em São Luís ou em outros municípios?

20 – Em um cenário sem esses atravessadores, você conseguiria continuar com a atividade agrícola e manter sua família?

21 – Quais as vantagens e desvantagens da venda ao atravessador? (Reduz alguns custos, como transporte, insumos, preços)

22 – Você se considera dependente dos atravessadores?

23 – Na sua opinião, o que poderia ser feito para reduzir essa dependência?

24 – O quanto da sua produção é destinada ao consumo interno da sua família?

D. CIRCUITOS CURTOS – Preços

25 – Como é decidido o preço que será cobrado?

- a) Feiras livres;
- b) Mercado João Paulo;
- c) Outros.

26 – Como você define os preços dos seus produtos? Existe alguma pressão do grupo caso esteja mais baixo ou mais alto que do restante?

27 – Você tem uma planilha de custos de produção?

28 – O preço do seu produto varia num mesmo dia? Por que?

29 – Geralmente, qual a forma de pagamento dos seus produtos? (a vista, fiado, cartão)

30 – Costuma negociar o preço com o consumidor?

31 – Dos mercados que você acessa, qual você considera ter os preços mais vantajosos para o produtor? Por que?

E. MARCO INSTITUCIONAL e ASSOCIATIVO (canais coletivos e em rede)

32 – Há quanto tempo você é associado a “Associação” ou a “cooperativa”?

33 – Como a Associação e Cooperativa mediam o acesso a esses mercados?

34 – Qual o diferencial que a cooperativa trouxe no processo de produção e comercialização?

35 – Quais Políticas públicas você já acessou? Quando? (Mais produção, Kits feira, Pronaf, PAA, PNAE, outros)?

36 – Como você vê os programas de apoio a produção e comercialização criados pelo Estado e Município, houve mudanças na sua propriedade e na renda da sua família?

37 – Qual a importância delas para o aumento da renda da sua família?

38 – Qual a importância do PAA e PNAE na sua renda mensal?

39 – Como ocorre a entrega dos alimentos ao PAA e PNAE?

40 – Produzir em um grande centro urbano, é uma vantagem ou desvantagem? Por que?

41 – Vocês conseguem competir com produtos vindos de outros estados? Isso é um problema? Como enfrentar esse problema?

42 – Vocês acreditam que a agricultura na Ilha de São Luís seria capaz de abastecer o mercado local?

F. SOBRE O TRANSPORTE

- 43 – Como é realizado o transporte dos produtos as feiras?
- 44 – Como você vê a condição das estradas até o local de venda?
- 45 – Vocês tem um caminhão? Como é utilizado?
- 46 – Como a cooperativa vê essa questão?
- 47 – Existem políticas que subsidiam a questão do transporte desses produtos?

G. PERGUNTA DE FECHAMENTO

- 48 – Como você vê o futuro da sua atividade?
- 48.1 Se tem filhos, eles darão continuidade? O que pretende fazer da propriedade?